



Organização Não Governamental de Ambiente, de Utilidade Pública, com atividades desde 1981

Associado fundador da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente (CPADA) | Membro de: EEB | Seas At Risk | Green Budget Europe | PASC CC – Plataforma de Associações da Sociedade Civil-Casa da Cidadania

Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo; Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; FPCUB; Marés; OIKOS; PATO; Palhota Viva; ADPCCBombarral; Associação de Defesa do Património de Mértola; REAL21; Amigos dos Açores; SETA, CNE

Plataformas: C6 – Coligação de ONGA para a Natureza e o Ambiente; PALP – Plataforma Algarve Livre de Petróleo; PONG Pesca


Década dos Desertos e do Combate à Desertificação (2010 a 2020)


Década da Biodiversidade
Decade Living in Harmony with Nature (2011 a 2020)



Relatório de Atividades E Relatório de Contas 2018

Aprovado a 31/03/2019

**Marlene Marques
Presidente da Direção**

Lisboa, 31 de Março de 2019

ÍNDICE

ÍNDICE	2
Objetivos e Prioridades.....	3
Sumário Executivo de 2018.....	3
Quem fez o quê em 2018?	4
Órgãos.....	4
Áreas de Trabalho/Atividades.....	5
Áreas temáticas	5
Água	5
Avaliação de Impacte Ambiental	5
Consumo Responsável	5
Energia e Clima	5
GEOTAMAR	6
Ordenamento do Território e Mobilidade	6
Projetos de educação, informação e intervenção ambiental	7
Rios Livres	7
GEOTALINE	16
Coastwatch @.....	17
Projeto O Meu Eco-Sistema @	19
Projeto BiodiverCidade@.....	20
Estratégia de Comunicação para o GEOTA	20
TerraSeixe	23
Projetos colaborativos	29
Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada Professor João Evangelista (GEOTA/ PATO) e Reserva Natural Local do Paul de Tornada	30
Representações junto de ONG ou similares	31
ATTCEI - Associação Transferência de Tecnologia e Conhecimento	31
Agência Oeste Sustentável	31
C6 – Coligação de ONGAS GEOTA, FAPAS, SPEA, LPN, QUERCUS, ANP	32
CPADA – Confederação Portuguesa das ADA-ONGA	32
EEB/BEE – European Environmental Bureau	33
GBE – Green Budget Europe	33
MIA – Movimento Ibérico Antinuclear	33
PASC – Casa da Cidadania	34
PALP – Plataforma Algarve Livre de Petróleo	35
PONG Pesca	35
Seas At Risk	35
Representações em Organismos	35
Conselho Nacional da Água (CNA)	35
Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (1)	35
Comissão de Acompanhamento do Parque Natural de Montesinho (1)	36
Conselho Estratégico Do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (CE-PNSAC) (1)	36
Compromisso para o Crescimento Verde	36
Conselho de Região Hidrográfica do Norte (1)	36
Comissão Diretiva da Reserva Natural Local do Paul de Tornada	36
Comissão de Acompanhamento do Aproveitamento Hidrelétrico de FozTua (1)	36
Comissão de Acompanhamento Ambiental do Sistema Eletroprodutor do Tâmega (1)	36
Conselho Consultivo da Reserva Natural Local do Estuário do Douro (1)	37
Logística.....	37
Secretariado e apoio técnico	37
Equipamento.....	37
Serviços externos.....	38
Recolha de Consumíveis de Informática e outros materiais	38
Sede (obras e manutenção).....	38
ANEXO 1 - LISTA DAS POSIÇÕES DO GEOTA – 2018.....	39
ANEXO 2 - LISTA DAS REFERÊNCIAS NA COMUNICAÇÃO SOCIAL – 2018	49
ANEXO 3 - LISTA DE REPRESENTAÇÕES EM EVENTOS E REUNIÕES EXTERNAS – 2018	81
ANEXO 4 - LISTA DE ENTIDADES APOIANTES DO GEOTA EM 2018	87
ANEXO 5 - GEOTA na Rede.....	90
RELATÓRIO DE CONTAS DO GEOTA DE 2018.....	1
Análise de Contas.....	1
Indicadores Principais.....	2
Balanco Individual.....	3

Objetivos e Prioridades

Os decorrentes do Plano de Atividades de 2018 e centram-se no conceito de “decrecimento sustentável”, na promoção do voluntariado e na angariação de novos associados.

Sumário Executivo de 2018

Principais tópicos a destacar na conjuntura de 2018 e com reflexos no período a seguir:

- Anúncio da decisão sobre o novo aeroporto sem estudos e consulta pública adequados;
- Administração pública sem embalagens e recipientes descartáveis;
- Incêndios de Monchique e falha da Proteção Civil;
- O pacote florestal foi e é criticado por todos os setores ligados à floresta e obriga à aplicação de medidas que revelam desconhecimento por parte dos decisores em relação à realidade do terreno;
- Tendências crescentes de municipalização de setores anteriormente à tutela exclusiva do Estado Central, incluindo na área do ambiente, território, cadastro, portos, florestas, proteção civil, conservação da natureza, jogo e casinos, educação, saúde e outros.
- Incentivos ao transporte coletivo no OE, no apoio à mobilidade em TC e mobilidade suave, com reflexos nas facilidades a esse nível nas principais cidades;
- Investimentos no aumento da rede de Metro em Lisboa;
- Os diversos modos de transporte público manifestaram diversos problemas ao nível de serviço, avarias, supressão de carreiras e outras situações que prejudicaram bastante os utentes das periferias da AML Lisboa;
- Plano Nacional de Investimentos 2030 exclui as novas barragens tendo como alternativa o investimento nas barragens existentes, com bombagens;
- Anúncio dos primeiros descomissionamentos e remoção de barragens em Portugal;
- Acidente de poluição no Tejo, em janeiro de 2018, com uma reação muito rápida de limpeza por parte do Estado, fica a culpa solteira;
- Infestação pela vespa asiática, sem solução técnica à vista;
- Caça à rola brava (espécie ameaçada) sem plano de gestão ou moratória e caça com munições de chumbo sem penalização;
- Política de energia e clima na Europa e em Portugal em grandes transformação, tendo sido publicados vários diplomas;
- A tendência de investimento nos conceitos de “Smart Cities” e Internet das Coisas está a evoluir grandemente e as eventuais consequências no controlo das preferências dos cidadãos ou outras formas de violação de privacidade e controlo de eventuais consequências críticas para o futuro;
- Subsídios perversos e desregulação para as produções intensivas agrícolas e florestais
- Aumento da poluição do mar em plásticos e microplásticos
- Evidências crescentes dos efeitos das alterações climáticas, através de fenómenos climáticos extremos (tempestades, ondas de calor, secas) que se podem prolongar por 2019;

O GEOTA manteve atividade intensa nos seus principais projetos: Rios Livres, Terra Seixe, Coastwatch e Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada Prof. João Evangelista. Desenvolveu também uma atividade de preparação intensa com outros projetos como o Sustenturis, Projeto Bebedouros de Lisboa e outros.

A participação em organizações de cúpula a que o GEOTA pertence e em plataformas que colabora também se revelou bastante intensa em 2018, ocupando por vezes a liderança: Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; Plataforma de Associações da Sociedade Civil – Casa da Cidadania, European Environmental Bureau; Seas At Risk; PONG Pesca; C6; PALP; Rede Douro Vivo.

O ano também foi marcado com alguns sucessos na angariação de financiamentos, especialmente da Fundação MAVA, da Euronatur, do CRESC Algarve (finalização), do Fundo Ambiental (várias linhas), Câmaras Municipais e mecenato.

Legendas utilizadas neste relatório:

[1] LISTA DAS POSIÇÕES DO GEOTA – 2018

[2] LISTA DAS REFERÊNCIAS NA COMUNICAÇÃO SOCIAL – 2018

[3] LISTA DE REPRESENTAÇÕES EM EVENTOS – 2018

[4] LISTA DE ENTIDADES APOIANTES DO GEOTA EM 2018

[5] GEOTA NA REDE

[6] RELATÓRIO DE CONTAS DO GEOTA DE 2018

(1) – Representação em nome das ONGA, gerida pela CPADA

(MR) – Marca Registada no INPI

© – Coordenador/a

Quem fez o quê em 2018?

Órgãos	Equipa
Assembleia Geral Reunião ordinária da Assembleia-geral em 17 de Março de 2018 e reuniões extraordinárias em 13 de maio e 1 de dezembro de 2018.	Presidente: João Miguel Dias Joanaz de Melo (n.º 17) Vice-presidente: Ana Filipa Ribeiro Ramalhete (n.º 1117) Secretário: Pedro Miguel Faria Mota (n.º 2679) Suplente: João Carlos Pires Caninas (n.º13)
Comissão Executiva A CE reuniu numa base semanal durante 2018	Presidente: Marlene Isabel Figueiredo Alves Pereira Marques (n.º 20) Tesoureiro: Hélio Carlos Rasteiro Antunes (n.º 2684) Vice-presidente: Patrícia Tavares Latino Tavares Rocha (n.º2558) Vice-presidente: Olga Alexandra Romão Branco (n.º 1677) Vogal: Luís Miguel Batista Jerónimo (n.º 2649) Suplente: Pedro Campos Rodrigues da Costa (n.º 862) Suplente: António Miguel Portugal Galvão (n.º2531)
Conselho Fiscal Realizaram-se várias reuniões em conjunto com a Comissão Executiva para apreciação dos documentos a aprovar na Assembleia Geral.	Presidente: Maria Isabel Lopes Moura Teixeira (n.º 753) Vogal: Joaquim Manuel da Rocha Afonso (n.º 2080) Vogal: Maria de Fátima Mata Monge Valverde (n.º 76) Suplente: Maria da Conceição da Costa Martins (n.º 57)
Direção Reuniões mensais em 2018.	Comissão Executiva e coordenadores de grupos e Projetos
Conselho Geral Não ocorreram reuniões deste órgão durante 2018.	Direção do GEOTA e ONGA com protocolo de representação: ADAPA, AEAT, Amigos da Beira, Azórica, FPCUB, Oikos Leiria, PATO, Palhota, ONGaia, Marés, Centro de Arqueologia de Almada, ARCHAIS, ADPCCBombarral, Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, SETA, Amigos dos Açores, CNE

Áreas temáticas

Água

A área da água foi dominada principalmente pela atividade no projeto Rios Livres e pela participação no Conselho Nacional da Água e do grupo de trabalho da água do EEB, bem como na representação em organismos do setor.

Consultar as seções respetivas neste documento.

Avaliação de Impacte Ambiental

Foram elaborados os pareceres de EIA em consulta do público que constam da lista de posições do GEOTA.

Consultar a tabela de posições do GEOTA em 2018

Consumo Responsável

Objetivos cumpridos em 2018

1. Discutir o decrescimento como alternativa ao modelo económico vigente. Pensar alternativas, desenvolver campanhas de informação visando a mudança de comportamentos.
2. Colaboração com a EPAL num projeto de promoção da água da torneira em alternativa à água engarrafada, nomeadamente através da promoção dos bebedouros públicos; e um projeto de divulgação junto das juntas de freguesia de quais as espécies de plantas ornamentais adequadas ao nosso clima. Elaboração do Protocolo de Colaboração com a EPAL e CML. Reuniões na sede da EPAL para discutir a implementação do projecto - Junho 2018 e Set 2018 - Patrícia e Helder
3. Preparar informação geral sobre as implicações do excesso de consumo para divulgar na página do GEOTA das redes sociais, nomeadamente sobre o preço dos produtos baratos e as implicações do consumo. Divulgar igualmente as premissas defendidas na Encíclica Papal Laudato Si sobre a Proteção da nossa casa Comum.
4. Acompanhar o legislação adotada sobre economia circular e promover a defesa de produtos com maior qualidade e duração junto do consumidor e das empresas, combatendo a obsolescência programada.
5. Acompanhar e contribuir para o Plano de redução de resíduos da Câmara Municipal de Lisboa.
6. Defender junto dos representantes políticos a abolição ou redução dos copos de plástico, como já foi adotado em alguns países da Europa.
7. Continuação do projeto para eliminar a distribuição de sacos de plástico com a venda de bolas de Berlim nas praias, que provoca poluição marinha por resíduos plásticos.

Elaboração de documentos e troca de correspondência com as Câmaras Municipais.

Reunião com a Câmara Municipal de Mafra - Jul 2018

Reunião com a Câmara Municipal de Albufeira - Out 2018

8. Defesa dos produtos tradicionais, locais e biológicos
9. Acompanhar a política de OGM na Europa e em Portugal

Patrícia Latino Tavares (C)

Helder Careto

Marlene Marques

Energia e Clima

- Acompanhamento do acordo de Paris, da evolução das políticas energéticas e do grupo de contacto "Carbon pricing" liderado pelo Citizen Climate Lobby (CCL).

Pedro Mota©

João Joanaz de Melo

Filipa Fernandes

- Posição sobre o Roteiro de Neutralidade Carbónica "RNC 2050", 4Dez2018.

GEOTAMAR

José Maria Candeias ©



Mais informações: <https://underwaterwatchgeo.wixsite.com/underwaterwatch>



Ordenamento do Território e Mobilidade

O grupo manteve uma atividade residual em 2018, com algumas representações [3].

31 de Janeiro 2018 - AR / Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação - Tema: alteração do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT); Irina e Joanaz.

15 de Fevereiro DGT - Tema: 5ª Reunião da Comissão Consultiva (CC) do PNPOT - Irina em representação da CPADA.

1 de Março DGT - Tema: 6ª Reunião da CC do PNPOT - Irina em representação da CPADA.

19 de Março DGT - Tema: 7ª Reunião da CC do PNPOT - Irina em representação da CPADA.

28 de Março DGT - Tema: 8ª Reunião da CC do PNPOT e Assinatura - Filipa Ramalhete em representação da CPADA.

30 de Junho Associação Renovar a Mouraria - Tema: Encontro sobre a Lei de Bases da Habitação - Irina.

30 de Julho Associação de Inquilinos Lisbonenses - Tema: MEL (Morar em Lisboa) - Irina.

19 de Setembro Monchique - Tema: Workshop Terra Seixe - Irina, Justin, Miguel e Marlene.

9 de Outubro Recreios da Amadora (Org: DGT e CM Amadora) - Tema: Apresentação no âmbito da Conferência "Transformação Fundiária e Conservação do Cadastro" - Irina e Marlene.

10 de Outubro Liceu Camões - Tema: Apresentação sobre os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e Cidadania a 3 turmas do Liceu Camões (11º e 12º anos) - Irina e Ricardo Próspero.

7 de novembro Biblioteca de Marvila (Org: Fundação Friedrich Ebert) - Tema: Reclaim Europe - Perspetivas Urbanas, Estratégias Transnacionais - Irina.

Irina Gomes

Pedro Costa

Filipa Ramalhete

J. Joanaz de Melo

Justin Sondergard

Ricardo Próspero

Marlene Marques

Projetos de educação, informação e intervenção ambiental

Rios Livres

Ana Brazão ©

Seminário e Visita de Campo “Opening Barriers in European rivers”

Madrid, 16 e 17 de abril

O projeto Rios Livres GEOTA participou, em Madrid, num [seminário sobre remoção de barragens](#). A organização esteve a cargo da [AMBER](#) (Adaptive Management of Barriers in European Rivers) e da [DRE](#) (Dam Removal Europe). No seguimento desta participação, e a convite da organização, o Rios Livres GEOTA tornou-se um dos 22 [apoiantes](#) do projeto DRE.

Das várias apresentações (que podem ser descarregadas [aqui](#) e cujos vídeos podem ser vistos [aqui](#)), ficámos a conhecer melhor alguns casos práticos, planos nacionais de descomissionamento e vantagens ecossistémicas da remoção de barragens.

Mais informações: <http://rioslivresgeota.org/o-futuro-e-agora-desmantelar-barragens/>

Site do evento: <https://amber.international/madrid/>

Com participação efetiva:
[João Labrincha](#)

Com participação pontual:
[Equipa RL](#)

[URL:---\[consultado em data dd/mm/aaaa\]](#)



Estreia nacional do documentário “Blue Heart” e debate

11 de Maio, na loja Magic Quiver, Ericeira

Com a participação de Tony Butt, embaixador Patagónia, e João Joanaz de Melo, GEOTA.

Com participação efetiva:
[Ana Brazão](#), [João Labrincha](#),
[João Joanaz de Melo](#) e [Inês David](#)

Com participação pontual:

<https://www.facebook.co>

m/events/787307211479578/



Lançamento da Rede Douro Vivo 22 de maio, Casa das Artes do Porto

O Dia Mundial da Biodiversidade foi o escolhido para o lançamento público da **Rede Douro Vivo**, resultado de uma parceria multidisciplinar de cientistas, ambientalistas, conservacionistas e especialistas na área jurídica e da participação pública, nacionais e internacionais.

O projeto é liderado pelo [GEOTA](#) em parceria com a [ANP|WWF](#) Portugal, o [CEDOUA-UC](#) (Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente – Universidade de Coimbra), o [CIBIO-UP](#) (Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos – Universidade do Porto), o [CITAB-UTAD](#) (Centro de Investigação e Tecnologias Agroambientais e Biológicas – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), a [FCT-UNL](#) (Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Nova de Lisboa), a [Rede INDUCAR](#), [IUCN-Med](#) (International Union for Conservation of Nature – Centre for Mediterranean Cooperation), a [LPN](#) (Liga para a Proteção da Natureza). e a [WI-EA](#) (Wetlands International – European Association).

O evento contou com a presença de todos os parceiros e que incluiu o debate “A gestão da Bacia

Com participação efetiva:
Equipa Rios Livres
Marlene Marques

<http://dourovivo.pt/>

hidrográfica do Douro: que desafios?”, com a participação do Eng.º José Carlos Pimenta Machado (Presidente da Administração da Região Hidrográfica do Norte) e de Ana Brazão (Coordenadora da Rede Douro Vivo) e com a moderação de Arminda Deusdado (Jornalista / Diretora da Farol de Ideias – Biosfera).

Vídeo da apresentação: <https://youtu.be/Pz32o8LkLT8>



A rede Douro Vivo apresenta como metas: demonstrar alternativas a novas barragens, num contexto de adaptação às alterações climáticas; promover a adaptação ou remoção de barreiras obsoletas, assim como a sua definição; para as que têm uso, estudar medidas de mitigação de impactes como a implementação de caudais ecológicos, implementação e adaptação de passagens para peixes ou a gestão de sedimentos; conservar rios e/ou trechos de rios ainda em estado livre.



Participação da Mostra de Cinema de Viagem e Aventura da NOMAD - Manifesto

15 de setembro, Mercado Municipal de Matosinhos

A propósito da projeção do documentário da Patagonia® *Blue Heart*, o Rios Livres GEOTA foi convidado a fazer uma apresentação de contextualização do documentário ao caso português, para uma plateia de quase 500 pessoas.

A presença de Tony Butt, embaixador da marca, uma prova de vinhos oferecida pelo Esporão®, bem como parte da comunicação do evento foram fruto de co-organização do Rios Livres GEOTA. À tarde, antecedendo a projeção do filme, a associação Manifesto, juntamente com a Surfrider Foundation e o GEOTA promoveram um debate sobre a preservação dos nossos recursos hídricos.

Com participação efetiva:

Ana Brazão, João Labrincha e Daniel Demétrio

<http://rioslivresgeota.org/mostra-de-cinema-e-debate-rios-livres/>



Áreas de Trabalho/Atividades

Coordenação @/ Equipa

Participação na primeira edição do European Rivers Summit

27 a 29 de setembro, Sarajevo

O Rios Livres GEOTA, juntamente com 250 pessoas de mais de 30 países participaram na I Cimeira para salvar os rios da Europa e parar a construção de barragens. A próxima edição será em Portugal, em 2020, organizada pelo GEOTA.

Reportagem Biosfera – RTP: <https://www.rtp.pt/play/p4238/e372649/biosfera>

Com participação efetiva:
Ana Brazão, João Labrincha

<http://rioslivresgeota.org/1-a-cimeira-europeia-dos-rios-em-sarajevo-com-presenca-do-geota/>



III Caravana pelo Tâmega 2018

De 17 a 21 de outubro, a Caravana pelo Tâmega voltou à estrada pela terceira vez.

Além dos eventos públicos de sábado, realizaram-se durante a semana um conjunto de encontros e ações de rua que conseguiram angariar 38 Declarações Pessoais e 253 assinaturas do Abaixo-Assinado para juntar à Ação Popular contra a construção da barragem de Fridão.

Com participação efetiva:
Equipa Rios Livres,
Marlene Marques

<http://rioslivresgeota.org/c-aravana-pelo-tamega-2018/>



1.ª Edição Prémio Guarda-Rios

Entre o Dia Internacional da Ação pelos Rios e Contra as Barragens (14 de março) e o Dia Mundial da Terra (22 de abril), estiveram abertas as nomeações e votações online do prémio de boas práticas (Guarda-Rios) e outro de más práticas (Guarda-Rios de Luto), àqueles/as que afetam o presente e o futuro dos rios em Portugal.

A 9 de Novembro decorreu a Gala de entrega de prémios, na Fábrica do Braço de Prata, Lisboa.



Rede Douro Vivo | Reuniões e workshops com parceiros

Com participação efetiva:
Equipa Rios Livres

Com participação pontual:
Direção e Trabalhadores do
GEOTA

<http://rioslivresgeota.org/category/premio-guarda-rios/>

Com participação efetiva:
Equipa Rios Livres

- 17 e 18 de janeiro, Amarante – Reuniões com parceiros (Consórcio Académico e Parceiros *Reviving Douro Basin*)
- 9 de fevereiro, Coimbra - Ação de Formação para INDUCAR na FDUC
- 26 e 27 de fevereiro, Porto – Reunião de kick off para parceiros
- 22 e 23 de março, Gland (Suíça) – Training workshop de coordenadores de projeto
- 9 e 10 de abril, Porto – Rede Douro Vivo, 2ª reunião de parceiros e 1.º Workshop para definição de territórios caso de estudo
- 23 de maio, Porto – Rede Douro Vivo, 2ª reunião de parceiros
- 24 de maio, Porto - 2.º Workshop para definição de territórios caso de estudo
- 1 a 3 de outubro, Amarante – MAVA *Steering Committee*
- 22 de outubro, Chaves – Rede Douro Vivo, “Sessão Aberta: Tâmega Vivo”
- 23 de outubro, Amarante – Rede Douro Vivo (Reunião de OPG)
- 14 de novembro, Porto – Rede Douro Vivo, “Sessão Aberta: Estuário do Douro”
- 15 de novembro, Bragança – Rede Douro Vivo, “Sessão Aberta: Parque Natural de Montesinho”
- 20 de novembro, Arouca – Rede Douro Vivo, “Sessão Aberta - Paiva: Que rio temos e que rio queremos?”

Com participação pontual:
[Marlene Marques](#)



Pareceres

- 15 de janeiro – Parecer ao 6.º Relatório Trimestral de Acompanhamento Ambiental (RTAA) do Sistema Eletroprodutor do Tâmega (SET), no âmbito da representação na respetiva Comissão de Acompanhamento Ambiental (CAA).
- 13 de abril – Parecer ao 7.º RTAA do SET, no âmbito da CAA.
- *23 de abril - Parecer submetido por CEDOUA em representação da Rede Douro Vivo, relativo à Discussão Pública do Programa Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- 14 de junho – Parecer ao 8.º RTAA do SET, no âmbito da CAA.
- *20 de junho - Parecer submetido por CEDOUA em representação da Rede Douro Vivo, relativo à alteração do PNPOT, com o objetivo de elaborar novo programa de ação para o horizonte 2030.
- *31 de agosto – Parecer submetido por CEDOUA em representação da Rede Douro Vivo, relativo às alterações que se perspetivam introduzir à Portaria n.º 332-B/2015, de 5 de outubro, no que se refere ao valor da taxa ambiental única (TAU).
- 8 de novembro – Parecer submetido no âmbito da Consulta Pública RECAPE do Projeto de Execução Linha Carrapatelo - Vila Pouca de Aguiar, a 220 kV, troço entre subestação do Carrapatelo e subestação Ribeira de Pena

Com participação efetiva:
[Ana Brazão](#), [Ricardo Próspero](#)

Com participação pontual:
[João Labrincha](#)

Em colaboração com:
[Parceiros Douro Vivo*](#)

[Equipa Rios Livres](#)

Representações

- 1 de fevereiro – Apresentação “Barragens: problemas do passado e soluções do futuro” na Universidade do Minho
- 24 de fevereiro – Reunião ProTejo
- 19 de março – Participação no Grupo de Trabalho da Água do EEB (Berlim)
- 22 e 23 de março – Comissão de Acompanhamento Ambiental do Sistema Eletroprodutor do Tâmega (CAA-SET) – 7ª reunião
- 23 de março, LNEC - Debate sobre a Convenção Albufeira, organizado pela APRH. <http://www.aprh.pt/pt/eventos/organizados-pela-aprh/2018/convencao-de-albufeira-de-1998>
- 26 de março, Casa do Alentejo, Lisboa - Audição do PEV sobre poluição no Tejo e Convenção de Albufeira.
- 7 de abril – Reunião ProTejo
- 16 de abril – Reunião extraordinária da CAA-SET.
- 19 de maio – Representação no 6.º Vogar Contra a Indiferença do ProTejo, em Vila Velha de Ródão
- 19 e 20 de junho – CAA-SET – 8ª reunião
- 22 de junho, LNEC - Apresentação do Programa Nacional de Investimentos.
- 12 de setembro, Lisboa - Reunião de Associações Nacionais no EEB
- 20 e 21 de setembro – CAA-SET – 9ª reunião
- 13 de outubro, Santarém - Seminário: Gestão Sustentável dos Recursos do Tejo. Desafios para o Século XXI
- 27 de outubro, Participação no Seminário ProTejo
- 5 a 7 de novembro, Berlim - *Simpósio Raising Awareness and Funding for Freshwater Life – Visions and Opportunities*
- 24 de novembro – Reunião ProTejo
- 26 de novembro, Amarante – Reunião do Conselho de Região Hidrográfica do Norte
- 30 de novembro, Vidago - Participação I Aqua Fórum Alto Tâmega
- 12 e 13 de dezembro – CAA-SET – 10.ª Reunião



Equipa Rios Livres

Formações

- 21 de março, Rise N’ Go, Lisboa – “Share N’ Go”, Customer Relation Management (Salesforce) para ONGs – João Labrincha e Inês David
- 10 a 12 de outubro, Gulbenkian, Lisboa – Policy and Advocacy – Ana Brazão e João Labrincha

Equipa Comunicação dos Rios Livres

Comunicação Rios Livres | Estatísticas Gerais 2018

(Até 15 de novembro de 2018)

Redes sociais	Nº Pessoas Alcançadas	Nº Seguidores
Facebook	565.306	5.217
Instagram	n.a.	475

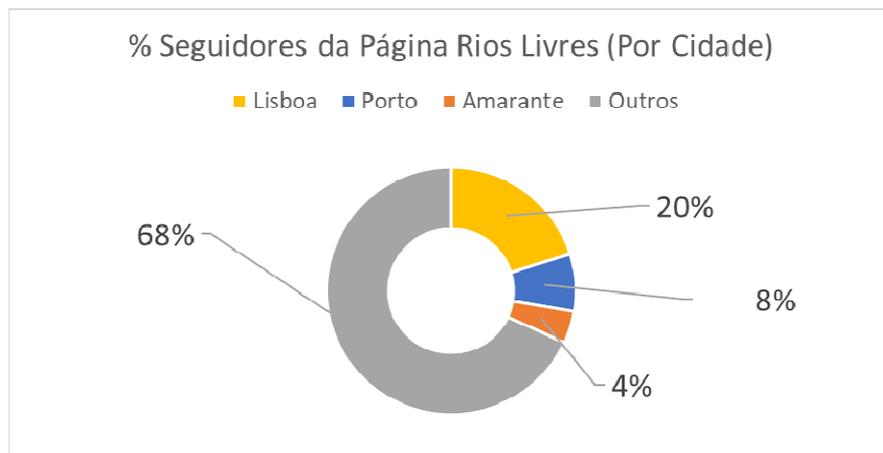
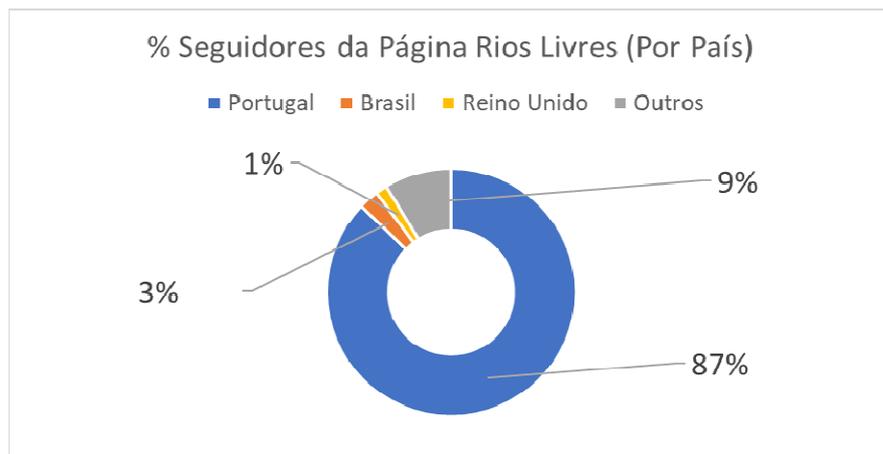
Website	Nº de Visitantes	Média Visitantes Por Dia
	22.475	61,6

Áreas de Trabalho/Atividades

Coordenação @/ Equipa

Newsletter	Nº de Subscritores	Nº de Newsletters	Nº de Aberturas	Média de Aberturas	Nº de Cliques em Ligações	Média de Cliques em Ligações	Taxa de Conversão Aberturas para Cliques
	1180	16	4279	6.2% (267)	765	6.3% (48)	17.9%

Comunicados de imprensa (CI)	Nº de CI	Nº de Aberturas	Média de Aberturas	Nº de Cliques em Ligações	Média de Cliques em Ligações	Taxa de Conversão Aberturas para Cliques
	9	777	11.1% (86)	37	10.8% (4)	4.8%

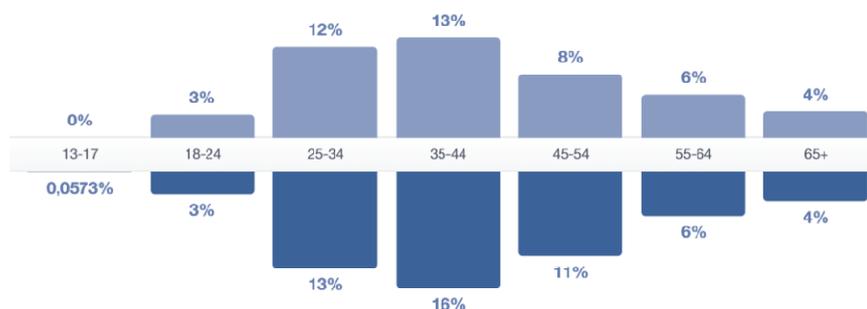


Mulheres

47%
Os seus fãs

Homens

53%
Os seus fãs



Comunicação Rede Douro Vivo | Estatísticas Gerais 2018
(Até 15 de novembro de 2018)

Equipa Comunicação
Rios Livres

Áreas de Trabalho/Atividades

Coordenação @/ Equipa

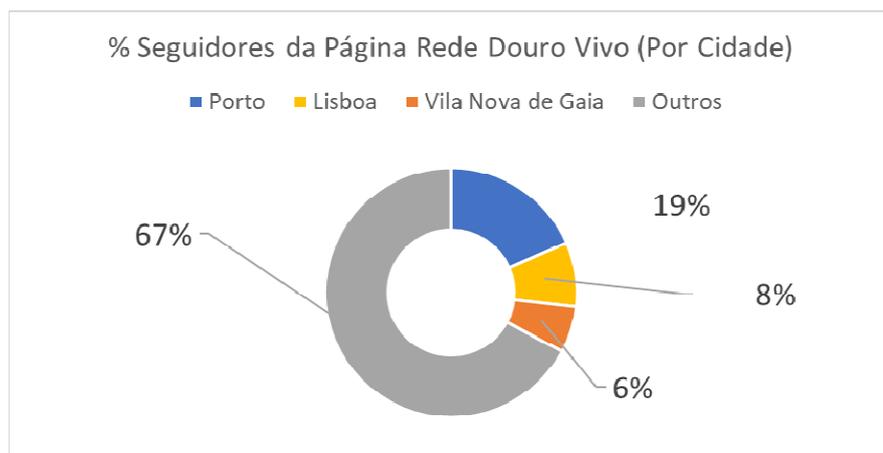
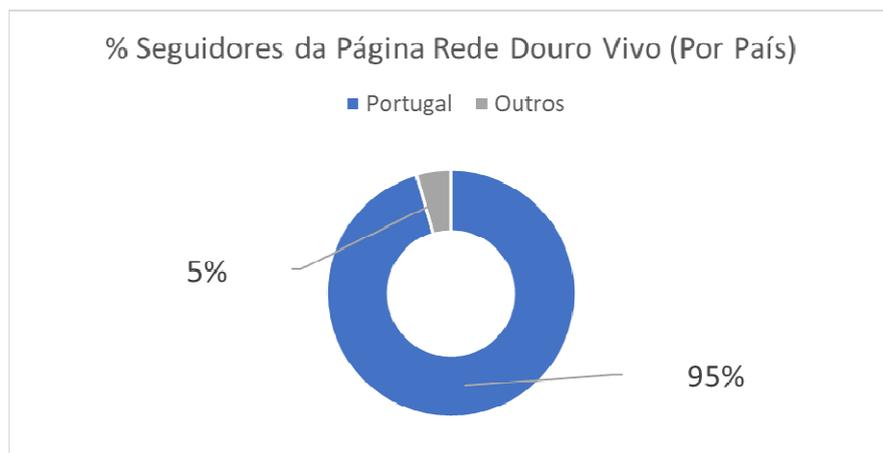
Redes sociais	Nº Pessoas Alcançadas	Nº Seguidores
Facebook	176.712	763
Instagram	n.a.	118

Website	Nº de Visitantes	Média Visitantes Por Dia
	1.073	7,8

Newsletter	Nº de Subscritores	Nº de Newsletters	Nº de Aberturas	Nº de Cliques em Ligações	Taxa de Conversão Aberturas para Cliques
	134	2	126	34	26.9%

Com participação pontual:

Parceiros comunicação Douro Vivo



Media | Estatísticas Gerais Clipping 2018

Clipping	Tempo de Antena	Citações GEOTA	Rios Livres e Douro Vivo
	232,20 min.	270	79

Com participação efetiva:

Equipa Comunicação Rios Livres

Com participação pontual:

Parceiros comunicação Douro Vivo

GEOTALINE

Actividade 1 | 2º Encontro Nacional de Associados

13/05/2018, Academia do Lumiar, em Lisboa, com demonstração de cozinha vegan e visita ao Parque Botânico do Monteiro-Mor, reflexão sobre o decrescimento sustentável e leilão silencioso.

Saúde Martins (C)

Apoio pontual: Helder Careto, Teresa Lemos, Pedro Costa e outros colaboradores do GEOTA



Encontro de Associados do GEOTA
13 maio 2018 – Academia do Lumiar
(Largo Júlio Castilho, nº 3 – em frente ao Museu do Traje – Lisboa)

Programa

- 10h00 - 10h30 café de boas vindas
- 10h30-11h00 Apresentação do livro e blogue de Inês David sobre cozinha Vegan
- 11h00-12h00 Demonstração de cozinha vegan com a confeção de alguns pratos
- 12h00-12h30 Visita ao Parque Botânico do Monteiro-Mor
- 12h30-14h00 Almoço partilhado
- 10h00-14h00 Leilão Silencioso das peças oferecidas pelos associados (traga as suas!)
- 14h00-15h00 – Reflexão partilhada sobre Decrescimento Sustentável*

Inscrições: geota@geota.pt
Informações: www.geota.pt

Atividade 2 | Comunicação GEOTALINE

Durante 2018 foram enviados aos Associados através do canal “GEOTALINE” várias comunicações de atividades, posições e informações



Coastwatch®



Teresa Lemos ©

Carla Pacheco

O Coastwatch é um projeto Europeu de cidadania participativa de âmbito ambiental, coordenado a nível nacional pelo GEOTA. Este projeto de Educação Ambiental para a Sustentabilidade, envolve milhares de voluntários todos os anos desde 1989.

Anualmente o litoral é observado para a recolha de dados com referência aos aspeto biofísicos, de poluição, biodiversidade, e ameaças e riscos, nas zonas intertidal e supratidal do litoral português.

Colaboração de uma docente em destacamento no GEOTA através do Projeto de Educação Ambiental para a Sustentabilidade – Rede de Docentes em Mobilidade da Agência Portuguesa do Ambiente.

Atividades em 2018 (campanhas Coastwatch 2017-2018 e 2018-2019):

- As Campanhas CW 2017-2018 e 2018-2019 tiveram o alto patrocínio do Ex.^{mo}. Presidente da República;

COM O ALTO PATROCÍNIO
DE SUA EXCELENCIA



O Presidente da República

- Lançamento de um vídeo sobre o Coastwatch <https://www.youtube.com/watch?v=rs5g1q6TtDU> na Escola Secundária de Camões, Lisboa, no dia 9 de Fevereiro, no seminário sobre Resíduos no Litoral, organizado pela Comunidade Escolar com base na saída de campo CW que teve lugar no estuário do Rio Tejo;

- Campanha de monitorização no litoral: Campanhas 2017/2018 e 2018-2019 no período de janeiro a julho de 2018 e de setembro a dezembro de 2018, respetivamente, através da mobilização da rede de coordenadores que multiplicam a mobilização pelos grupos locais (escolas, autarquias locais, associações cívicas, cidadãos em geral) com organização e

Teresa Lemos

Carla Pacheco

Com participação pontual:

José Maria Candeias,
Marlene Marques,
Helder Careto, Saúde
Martins, João
Labrincha, Olga
Romão

mobilização de grupos que preenchem o questionário CW e o introduzem na plataforma WEB destinada ao efeito

- Acompanhamento e apoio a saídas de campo CW, a nível local e nacional;
- Promoção do Projeto junto de escolas e entidades diversas;
- Realização de ações de formação de curta duração;
- Divulgação do Projeto em eventos de carácter ambiental, locais e nacionais;
- Promoções de atividades de Educação Ambiental Coastwatch nas pausas letivas de 2018, em várias praias;
- Seminário Coastwatch 2018 – Deixa a tua praia respirar – 12 e 13 de Julho - Ericeira: Seminário nacional de apresentação de dados do projeto CW 2017-2018. O seminário foi associado à creditação de professores





- Tratamento de Dados, Elaboração de Relatórios e Disseminação de Resultados:

- site do Projeto Coastwatch <https://coastwatchnacional.wixsite.com/coastwatch-portugal>

- facebook <https://www.facebook.com/CW.Coordenacao.Nacional/>;
<https://www.facebook.com/Centroecologicopaultornada>

- instagram - <https://www.instagram.com/coastwatchnacional/>

No âmbito das atividades desenvolvidas no projeto Coastwatch, o GEOTA contou com protocolos de parceria com aproximadamente 30 entidades, que colaboram como coordenadores regionais do projeto, *e.g.* Associações, ONGAs, Municípios, escolas, áreas protegidas, etc

Entidades como a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a Direção-Geral da Educação (DGE), a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEsTE) e o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) apoiam e promovem o regime de mobilidade da docente em exercício no CEEPT.

Outras entidades: Câmara Municipal de Mafra, no apoio ao seminário anual.

Helder Careto (C)

Projeto O Meu Eco-Sistema®

www.omeueco-sistema.pt

O projeto O Meu Eco-Sistema® é uma iniciativa que visa promover a cidadania e a sensibilização ambiental servindo como ponte entre cidadãos com as diferentes entidades responsáveis de forma a contribuir para a melhoria dos serviços em meio urbano e do ambiente.

Foi realizada a partilha de conteúdos relevantes para o projeto produzidos por parceiros em redes sociais e no Website.



Manutenção do www.omeuco-sistema.pt e do www.geota.pt no mesmo alojamento por questões funcionais e económicas.

Projeto BiodiverCidade®

Em 2018 promoveu-se a publicação de conteúdos partilhados nas redes sociais relacionados com o tema do ambiente urbano e biodiversidade nas cidades, garantindo a manutenção do bloque e página Facebook do Projeto



Estratégia de Comunicação para o GEOTA

O site do GEOTA é um repositório de posições e conteúdos produzidos pelo GEOTA e de fácil acesso, constituindo assim uma “memória” digital e pública dos últimos anos.

Ocorreu um esforço consistente de multiplicação dos conteúdos pelas diversas páginas e redes sociais de modo a potenciar a sua utilização, nomeadamente, com a página do GEOTA no Facebook.

Apoio secretariado e contabilidade:

Saúde Martins.

Hélder Careto (C)

Hélder Careto

Teresa Lemos



SUSTENTURIS

O projeto SUSTENTURIS foi concebido em 2016 pelo GEOTA e tem como objetivo promover a sustentabilidade ambiental, económica e social dos territórios e das cadeias de valor que suportam os produtos turísticos, através do desenvolvimento da sustentabilidade das empresas envolvidas na atividade turística.

O projeto conta com um conjunto de três ferramentas direcionadas para a certificação da sustentabilidade, para o marketing e para a monitorização da sustentabilidade dos produtos turísticos: o i-SUSTENTURIS, o e-SUSTENTURIS e as OFICINAS ITINERANTES SUSTENTURIS.

O i-SUSTENTURIS é um sistema de certificação composto por um conjunto de indicadores de avaliação do desempenho ambiental, social e da sustentabilidade do destino, para medição e acreditação da sustentabilidade dos produtos turísticos, em particular dos produtos das micro e pequenas empresas, habitualmente sem possibilidade de acesso a este recurso.

O e-SUSTENTURIS é uma plataforma colaborativa na nuvem que combina funcionalidades de *marketplace business-to-business* (B2B) de produtos e serviços sustentáveis (PSS), de *Content Management System* (CMS) para publicação e divulgação de conteúdos relacionados com a sustentabilidade no turismo e de *Customer Relationship Management* (CRM) para apoiar o processo de certificação supracitado. O objetivo principal desta plataforma é dar visibilidade aos produtos turísticos sustentáveis de âmbito local, promovendo e facilitando a sua integração em ofertas mais abrangentes e resultantes da cooperação entre os vários intervenientes da indústria turística, incluindo os agentes e operadores turísticos globais com impacto em mercados internacionais. Perspetiva-se a utilização futura desta plataforma para as autoridades com tutela no território e até para os próprios turistas.

As OFICINAS ITINERANTES SUSTENTURIS pretendem dotar os participantes de conhecimentos e práticas para a melhoria da sustentabilidade corporativa e dos produtos turísticos, tendo em conta os resultados nos indicadores i-SUSTENTURIS. Em particular, pretendem promover a integração da sustentabilidade nas políticas da empresa, através do apoio ao desenvolvimento de planos de ação para a sustentabilidade, da proposta de medidas de melhoria do desempenho dos produtos e ainda na estratégia de adaptação dos produtos das empresas locais às exigências do turismo global.

Das atividades previstas para serem desenvolvidas no âmbito do SUSTENTURIS em 2018 há algumas que não foram terminadas, facto que se deveu à falta de financiamento. Destas atividades destacam-se o desenvolvimento dos indicadores de sustentabilidade e operacionalização / integração dos instrumentos necessários à sua determinação. As atividades que receberam financiamento foram totalmente desenvolvidas, destacando-se o desenvolvimentos do protótipo operacional e-SUSTENTURIS que tendo sido transposto para um servidor na nuvem está disponível para ser utilizado.

Note-se que outras atividades para além das previstas, foram desencadeadas, permitindo uma maior consolidação do projeto. Destas últimas atividades referidas destacam-se:

Realização de parcerias com autarquias de Mafra e Idanha (em processo de assinatura);

Procura ativa de financiamento com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, cuja previsão de realização de protocolo de cooperação está para breve;

Redefinição de algumas dinâmicas do projeto com o objetivo de torná-lo mais adaptado à realidade; a sua **atual memória descritiva** demonstra que o seu grau de estruturação é compatível com a sua aplicação prática, logo que seja alcançado o restante financiamento necessário.

Olga Romão ©

Fernando Brito e
Abreu

Américo Rio

José Reis

Marlene Marques

João Joanaz de Melo

António Galvão

Maria João Sousa

PROMOTOR:

GEOTA

CO-PROMOTORES:

ISCTE-IUL

FCT NOVA

ISPA

ESHTE

ICNF

Turismo de Portugal



PREVENT CROWDING

O projeto PREVENT CROWDING, para cuja génese o GEOTA contribuiu ativamente, tem como objetivo mitigar os problemas sentidos e revelados pelas comunidades de determinadas zonas da cidade de Lisboa com maior acumulação turística, como o stress associado à falta de privacidade e overload, falta de segurança e higiene urbana, inflação e outras consequências. A solução proposta irá promover o desenvolvimento sustentável na área do turismo nas supracitadas zonas.

A avaliação do fenómeno de crowding nos pontos em que a capacidade de carga está mais ameaçada é efetuada com recurso à deteção de atividade radioelétrica (Bluetooth, WiFi, 3G, 4G) dos dispositivos móveis usados pelos visitantes, em combinação com dados sobre a pernoita nas unidades hoteleiras e de alojamento local nos sítios visados. A dispersão de visitantes de zonas com fraca capacidade de carga e cuja presença turística é vista como mais ameaçadora, para outras cuja capacidade de carga é maior, é realizada através de uma aplicação móvel onde são apresentados em tempo real, a turistas e agentes de turismo, recomendações de roteiros inteligentes. O algoritmo de recomendação levará em linha de conta a classificação dos pontos de interesse da zona alvo a realizar no âmbito do projeto SUSTENTURIS, com base nos indicadores de sustentabilidade aí propostos. Por outras palavras, serão sugeridos itinerários alternativos menos congestionados e que simultaneamente maximizem a passagem por pontos de interesse das comunidades locais, tendo como critérios a autenticidade e a sustentabilidade.

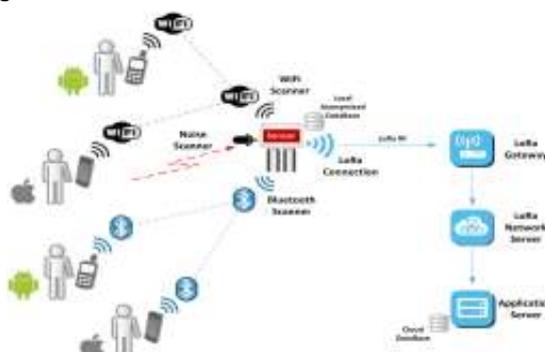
Para além das recomendações em tempo real, o projeto PREVENT CROWDING irá permitir que as autoridades locais, através de heat-maps dinâmicos, possam estudar a evolução no espaço e no tempo do fenómeno de concentração da presença turística. Esta informação poderá ser um importante instrumento de planeamento e de monitorização para os responsáveis pela limpeza urbana, segurança e proteção civil.

O Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) é o promotor responsável deste projeto através de duas das suas unidades de investigação: ISTAR-IUL (Information Sciences and Technologies and Architecture Research Center) e IT-IUL (Instituto de Telecomunicações branch at ISCTE-IUL).

O GEOTA é co-promotor deste projeto juntamente com a JFSMM (Junta de Freguesia de Santa Maria Maior), a APPA (Associação do Património e da População de Alfama), o ISPA (Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida) a APECATE (Associação Portuguesa de Empresas de Congressos, Animação Turística e Eventos) e a CML Câmara Municipal de Lisboa)

No âmbito deste projeto o GEOTA colaborou sobretudo na elaboração da candidatura à Linha de Sustentabilidade do programa Valorizar do TURISMO DE PORTUGAL e no estudo da perceção e das consequências do crowding dos residentes e trabalhadores nos bairros (com e sem alcance direto de vantagens da atividade turística), associações dos agentes do turismo, do património e do ambiente.

O GEOTA colaborou na elaboração de dois artigos científicos, já submetidos e com aceitação preliminar a uma revista da Elsevier de quartil 1” no Special Issue on Tourism Innovation do Journal of Hospitality and Tourism Management. Os títulos dos artigos são: “Managing Overcrowding to Improve Tourism Sustainability: a Digital Transformation Approach” e “Monitoring Tourism Overcrowding in Real Time”.



Fernando Brito e
Abreu @

Olga Romão

Rui Marinheiro

Alexandra Paio

Adriano Lopes

Marlene Marques

Rúben da Silva

Ana Rita Peixoto

João Nuno Virtudes

Duarte Almeida

Pedro Almeida

António Marques
Vidal

Maria de Lurdes
Pinheiro

PROMOTOR:

ISCTE-IUL

CO-PROMOTORES:

GEOTA

ISPA

APECATE

APPA

JFSMM

CML



TerraSeixe

Miguel Jerónimo ©

Formação “Ecosistemas Ribeirinhos”

Odemira, 19 de Fevereiro; Aljezur, 5 de Junho; CEEPT, 13 de Outubro

Tratou-se de uma ação pedagógica e de capacitação de modo a permitir que o público-alvo – professores de todos os níveis de escolaridade e de todos os grupos disciplinares – adquiram competências específicas sobre o tema Ecosistemas Ribeirinhos para que possam posteriormente desenvolver atividades focadas nos mesmos.



Workshops Colaborativos TerraSeixe

Vidapura Ecoturismo, 4 de Maio; Odeceixe, 28 de Junho; Monchique, 19 de Setembro; Monchique, 7 de Novembro; Vida Pura Ecoturismo, 12 de Novembro

Ações enquadradas na execução da operação candidatada ao CRESC Algarve 2020 com vista à elaboração, através de um processo participativo, de uma infraestrutura verde, um programa de gestão ambiental partilha e uma rede de percursos de ecoturismo para a Bacia Hidrográfica da Ribeira de Seixe. Nestas ações estiveram presentes entidades parceiras do projeto e atores locais na generalidade.



Miguel Jerónimo,
Justin Roborg-
Søndergaard, Carla
Pacheco, Teresa
Lemos

Miguel Jerónimo,
Justin Roborg-
Søndergaard, Rosário
Oliveira, Marlene
Marques



Saídas de campo TerraSeixe com Atores locais

Bacia Hidrográfica da Ribeira de Seixe, 9 de Fevereiro e 7 de Dezembro

Miguel Jerónimo,
Justin Roborg-
Søndergaard, Rosário
Oliveira

Ações enquadradas na execução da operação candidatada ao CRESC Algarve 2020 com vista à elaboração, através de um processo participativo, de uma infraestrutura verde, um programa de gestão ambiental partilha e uma rede de percursos de ecoturismo para a Bacia Hidrográfica da Ribeira de Seixe. Nestas ações estiveram presentes entidades parceiras do projeto e atores locais na generalidade. Estas ações são sequenciais dos workshops colaborativos para que seja possível fazer uma discussão das temáticas *in situ*.



Educação Ambiental: Atividade Guardiões dos Rios

Foz do Besteiro (Monchique), 5 de junho

Miguel Jerónimo,
Justin Roborg-
Søndergaard

Esta ação visa promover a monitorização voluntária, individualmente ou em grupo, de ecossistemas de água doce bem como um melhor conhecimento da biodiversidade e os impactos potenciais e efetivos, das atividades humanas sobre esses sistemas biofísicos (margens e massas de água superficiais). Pretende-se aproximar as comunidades locais, as instituições de ensino e associações juvenis aos recursos naturais existentes nos rios e ribeiras através da utilização de instrumentos de observação, caracterização e sensibilização ambiental com importante valência pedagógica. Apela-se à observação dos ecossistemas de água doce (lênticos e lóticos) e ao registo da caracterização ambiental, com referência aos aspeto biofísicos, de poluição, biodiversidade, ameaças e riscos. A atividade foi realizada com duas turmas do Agrupamento de Escolas de Monchique.



Áreas de Trabalho/Atividades

Coordenação @/ Equipa

Participação na 24th Annual International Sustainable Development Research Society Conference

[Justin Roborg-Søndergaard](#),

Messina, Itália; 13 a 15 de Junho

Com participação pontual:
[Miguel Jerónimo](#), [Rosário Oliveira](#) e [João Joana de Melo](#)

No âmbito 24th Annual International Sustainable Development Research Society Conference a equipa do projeto submeteu para comunicação oral o artigo “Reconciling economic development with social and ecological resilience in the biodiversity-rich Seixe River Basin in southwestern Portugal.”. O paper foi aceite para comunicação oral tendo sido apresentado pelo Justin Roborg-Søndergaard. O artigo utilizou o TerraSeixe como caso de estudo tendo sido escrito por: Justin Roborg-Søndergaard, Miguel Jerónimo, Rosário Oliveira e João Joana de Melo.

[Miguel Jerónimo](#)

Educação Ambiental: Festival Curtas Ribeirinhas

Saídas de Campo: Praia de Odeceixe, 16 de Outubro; Barranco dos Pisões (Monchique), 22 de Outubro

Workshops de edição: São Teotónio, 16 e 24 de Outubro; Monchique, 22 e 23 de Outubro

Sessão Pública: Monchique, 2 de Novembro; Odemira, 3 de Novembro

Esta ação objetivou promover conservação e proteção dos ecossistemas de água doce e a sua biodiversidade, envolvendo a comunidade educativa local (3º Ciclo) e incentivando a cidadania participativa na identificação dos problemas ambientais dos mesmos, ao mesmo tempo que se explora o lado criativo e crítico dos alunos. Pretende-se que numa primeira fase os alunos desenvolvam curtas-metragens, numa ação de campo in situ monitorizada por uma equipa multidisciplinar de formação ambiental e cinematográfica, com vista à realização de um festival de curtas-metragens de cariz ambiental, que envolva toda comunidade local e promova uma competição entre curtas. A atividade foi desenvolvida com duas turmas do Agrupamento de São Teotónio e duas turmas do Agrupamento de Escolas de Monchique. Atividade financiada pelo Fundo Ambiental.





Educação Ambiental: Sessões de leitura do livro “Guardiões dos Rios” Aljezur e Odemira, 10 de Novembro; Monchique, 11 de Novembro

Miguel Jerónimo, Inês Costa

Esta atividade visou desenvolver um livro de ilustração sobre a temática dos rios e ribeiras, direcionado para a comunidade infantil (Pré-escolar e 1º Ciclo), que reflita, de uma forma simples, sobre os diferentes elementos que constituem ecossistemas de água doce e de como eles estão interligados bem como influências externas que têm impacto nos mesmos – o rio/ribeira, a biodiversidade faunística e florística, o ser humano, a precipitação, etc – através da construção de uma narrativa de aventura. Após a criação do livro de ilustração foram desenvolvidas ações de leitura junto da comunidade escolar (Pré-escolar e 1º Ciclo) e, quando possível englobar os pais, em escolas, bibliotecas e equipamentos de educação ambiental. Esta atividade foi financiado pelo Fundo Ambiental.



Ações de Restauro ecológico

Bacia Hidrográfica da Ribeira de Seixe,
5 de Outubro, 6, 11 e 26 a 29 de Novembro

Miguel Jerónimo, Justin Roborg-Söndergaard

Nestas ações objetivou-se envolver e capacitar os agentes económicos e autoridades locais na adoção continuada de práticas para a conservação da natureza e da biodiversidade com vista à protecção de habitats e espécies prioritários da Rede Natura 2000 ao mesmo tempo que se promove a fruição sustentável e resolução dos problemas ambientais dos mesmos.

Em cada intervenção os participantes deveriam:

- adquirir conhecimento e competências sobre manutenção, limpeza e reabilitação de

linhas de águas;

- adquirir conhecimento e competências sobre controlo de espécies invasoras;
- adquirir conhecimento e competências sobre regeneração/gestão de habitats com os valores ecológicos identificados na Rede Natura 2000;
- adquirir conhecimento e competências sobre regeneração ecológica num cenário pós-fogo.

Realizaram-se 3 intervenções de demonstração, que tiveram por base as orientações de gestão identificadas nas Zonas Especiais de Protecção Serra de Monchique e Costa Sudoeste e nos Sítios de Importância Comunitária Serra de Monchique e Costa Sudoeste

Estas ações de demonstração foram ao mesmo tempo ações de regeneração ecológica com vista à conservação de habitats, alguns prioritários, da Rede Natura 2000 existentes na Bacia Hidrográfica da Ribeira de Seixe.



Reuniões com parceiros:

Miguel Jerónimo, Justin Roborg-Söndergaard

- 1 de fevereiro – Reunião com a equipa de coordenação da operação candidatada ao CRESC Algarve 2020;
- 5 de março – Reunião com a equipa de coordenação da operação candidatada ao CRESC Algarve 2020;
- 21 de março – Reunião com o AE de Monchique;
- 18 de abril – Reunião com o AE de Aljezur;
- 28 de maio – Reunião com a equipa de consultores da operação candidatada ao CRESC Algarve 2020;
- 29 de junho – Reunião com o Zoomarine;
- 27 de julho – Reunião com a equipa de coordenação da operação candidatada ao CRESC Algarve 2020;
- 11 de setembro – Reunião com a Câmara Municipal de Monchique;
- 11 de setembro – Reunião com o AE de Monchique;
- 12 de setembro – Reunião com o ICNF Algarve;

- 24 de setembro – Reunião com a equipa de coordenação da operação candidatada ao CRES Algarve 2020;
- 26 de setembro – Reunião com o AE de São Teotónio;
- 22 e 23 de outubro – Reuniões com os grupos EEB *Policy Working Group* e *Biodiversity&Water Working Group* em Bruxelas.

Representações

- 8 de março – Seminário “Da ameaça à convivência: a protecção das comunidades em cenário de incêndio rural”
- 21 de Março – Atividade de plantação de Carvalhos-de-Monchique em Monchique no Dia Mundial da Árvore;
- 20 de Abril – Apresentação e representação nas XXIV Jornadas Pedagógicas da ASPEA;
- 27 de Junho – Participação no workshop “Dar valor aos benefícios da natureza - valorização dos serviços dos ecossistemas em territórios rurais” em Castelo Branco.

Miguel Jerónimo, Justin Roborg-Søndergaard

Formações

- 30 de janeiro – Participação no Webinar ["The black hole of funding applications"](#) – Miguel Jerónimo e Justin Roborg-Søndergaard
- 17 e 18 de fevereiro – Formação ASPEA Projeto Rios - Miguel Jerónimo

Miguel Jerónimo, Justin Roborg-Søndergaard

Artigos escritos

- *“Reconciling economic development with social and ecological resilience in the biodiversity-rich Seixe River Basin in southwestern Portugal.”*
- *“A importância da gestão ambiental partilhada no desenvolvimento do serviço de educação ambiental no sudoeste de Portugal.”*

Equipa TerraSeixe

Projetos colaborativos

Coordenação (C) /
Equipa

Plataforma Salvar o Tua

Website: <http://www.salvarotua.org/>

Esta plataforma encontra-se em descontinuação pois o fim para a qual foi constituída já não pode ser cumprido devido à construção da barragem de Foz Tua.

**Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada Professor João Evangelista
(GEOTA/ PATO) e Reserva Natural Local do Paul de Tornada**



O Centro Ecológico Educativo - Professor João Evangelista, um equipamento de Educação Ambiental, localiza-se junto da Reserva Natural Local do Paul de Tornada e promove a Educação Ambiental para a Sustentabilidade (EAS), funcionando como centro de interpretação da Reserva Natural Local do Paul de Tornada e porta de entrada para a Reserva Natural.

No Centro Ecológico Educativo desenvolveram-se atividades de sensibilização e de educação ambiental sobre a biodiversidade e boas práticas ambientais no âmbito da conservação da natureza. Com base na observação in situ e em laboratório proporcionaram-se aos visitantes (escolas, famílias, investigadores, birdwatchers) experiências e o contato com a natureza.

O Centro é dotado de um Serviço Educativo com Saídas de Campo e Ateliers Temáticos.

Colaboração de uma docente em destacamento no GEOTA através do Projeto de Educação Ambiental para a Sustentabilidade – Rede de Docentes em Mobilidade da Agência Portuguesa do Ambiente.

Atividades desenvolvidas em 2018

- Visitas de estudo e ateliers temáticos com escolas e grupos



- Atividades de educação ambiental nas pausas letivas para crianças entre os 6 e os 10 anos;
- Assegurar a abertura do Centro e fornecer informação sobre o



Centro e a Reserva Natural Local do Paul de Tornada a todos os visitantes;

Teresa Lemos ©

Carla Pacheco

Gestão do Centro em parceria com a Associação de Defesa do Paul de Tornada – PATO

Parcerias com Câmara Municipal das Caldas da Rainha, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

<http://www.ccept.pt/>

Apoios de múltiplas entidades:

Ministério do Ambiente /Fundo Ambiental

Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Direção-Geral da Educação (DGE)

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEsTE)

Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Câmara Municipal de Caldas da Rainha

Junta de Freguesia de Salir e Tornada.

Forestry Bureau – Taiwan através do Centro Económico e Cultural de Taiwan

Oeste International Partners

E muitos voluntários mecenas anónimos.

- Acolhimento de estágios de alunos de várias entidades – escolas e centros de formação profissional



- Acompanhamento e realização de projetos de conservação e monitorização: monitorização de mamíferos através de câmaras fotográficas e anilhagem científica de passeriformes (ICNF);

- Apoio a grupos de voluntários

- Regeneração ecológica do Paul através de diversas ações de plantação e sementeira de árvores autóctones

- - Atividades comemorativas - Semana das Zonas Húmidas, Dia mundial da Floresta, Dia Mundial das Aves Migratórias, Dia mundial do ambiente.



Representações junto de ONG ou similares

Representantes

ATTCEI - Associação Transferência de Tecnologia e Conhecimento

Durante 2018 foram asseguradas as representações na assembleia geral desta organização de associados coletivos e individuais.

Helder Careto

Agência Oeste Sustentável

Participação na Assembleia Geral e seguimento dos trabalhos da Agência.

Helder Careto

Teresa Lemos

Representações junto de ONG ou similares

Representantes

C6 – Coligação de ONGAS GEOTA, FAPAS, SPEA, LPN, QUERCUS, ANP

Prossecação dos objetivos gerais da plataforma focando nalguns temas comuns, como a defesa das diretivas aves e habitats, a cinegética e o uso do chumbo e outros temas.

A coordenação do C6 é rotativa, sendo que no quarto ano essa responsabilidade ficou com a Quercus.

O GEOTA esteve representado em todas as reuniões do C6 ocorridas em 2018.

Aprovação e divulgação das posições emitidas.

Helder Careto
(Efetivo)

Patrícia Tavares
(Suplente)

O GEOTA é Secretário
do Conselho
Executivo

CPADA – Confederação Portuguesa das ADA-ONGA

Para 2018 a CPADA estabeleceu os seguintes objetivos:

- Reforço da capacidade de intervenção da Confederação junto da opinião pública, das Instituições públicas e do Governo;
- Dinamização de um melhor relacionamento com as associações associadas e de promoção de uma maior integração na vida da Confederação;
- Reforço do papel da CPADA como parceiro social, da promoção do papel das ONGA e do apoio à estruturação e desenvolvimento da rede e da sinergia entre as ONGA e outras organizações;
- Melhoria da organização interna e procura por fontes de financiamento mais estáveis.

Foi garantida a manutenção da representação no Conselho Executivo: 11 reuniões.

Seguimento das reuniões da Assembleia Geral e do Prémio Nacional de Ambiente Fernando Pereira. Aprovado o regulamento do prémio.

Co-organização do ENADA 2018.



Participação ativa no processo de revisão dos estatutos da CPADA que viram a nova redação aprovada em novembro 2018.

Representações institucionais em nome da CPADA.

Representações junto de ONG ou similares

Representantes

EEB/BEE – European Environmental Bureau

O GEOTA participou na Assembleia Geral e nas reuniões do grupo de trabalho da água, bem como no Board do EEB [3]

C.E.

Miguel Jerónimo

Ana Brazão

GBE – Green Budget Europe

Acompanhamento dos assuntos [3]

Marlene Marques

João Joanaz de Melo

MIA – Movimento Ibérico Antinuclear

Participação em eventos organizados pelo MIA outras entidades sobre o assunto.

Helder Careto

Marlene Marques

Representações junto de ONG ou similares

Representantes

PASC – Casa da Cidadania

Acompanhamento ao nível da Direção e do Conselho Fiscal. Participação na Assembleia Geral da PASC CC – Plataforma Activa da Sociedade Civil-Casa da Cidadania em 2018. Participação nos órgãos sociais (Suplente Direção até junho, altura em que substituiu tesoureiro por vacatura no órgão, Vogal Conselho Fiscal, Assembleia de Representantes, Assembleia Geral, Grupo de Trabalho Cluster do Mar).

TERTÚLIA – DEBATE Será Portugal um País Racista? Inclusão social, culturas, segurança e outros medos
Lisboa, 10 de Novembro de 2018
Entre as 14:30 e as 17:15 Fábrica Braço de Prata – Marvila – Lisboa



Helder Careto

João Joanaz de Melo

Marlene Marques

14/12/2018 – TERTÚLIA – DEBATE “Cidadania Digital – Será o Fim da Democracia?” Redes sociais, desinformação, medos e manipulação digital...



Representações junto de ONG ou similares

Representantes

PALP – Plataforma Algarve Livre de Petróleo

Esta agregação de organizações da sociedade civil e de cidadãos constituiu-se no início de 2018 em virtude das concessões de prospeção e exploração de hidrocarbonetos na costa do Algarve.

Tem sido feito o acompanhamento dos trabalhos e eventos da plataforma e a divulgação das atividades que têm ocorrido.

Aprovação e divulgação das posições emitidas.

Ana Brazão
Helder Careto

PONG Pesca

Seguimento dos assuntos da plataforma e participação nas reuniões e eventos por ela promovidas. Aprovação e divulgação das posições emitidas.

José Maria Candeias
Helder Careto

Seas At Risk

Manutenção da representação e acompanhamento dos assuntos [3]

José Maria Candeias
Hélio Rasteiro
Helder Careto
Marlene Marques

Representações em Organismos

Representantes

Conselho Nacional da Água (CNA)

Em 2018 houve duas reuniões do CNA, em 19 Fevereiro e 10 Julho. Síntese de posições:

- Apoio à nova (e tardia) doutrina do Ministério do Ambiente de considerar a capacidade de carga do meio receptor na emissão de licença, algo defendido há décadas pelos especialistas e ONGA incluindo o GEOTA. Necessidade de reforçar os meios de gestão dos recursos e o diálogo com os parceiros interessados, uma vez que o know-how existe. É essencial reforçar a base de informação, o cruzamento de necessidades vs. disponibilidades, e genericamente a equação de conflitos.

Representantes:

- Plenário: João Joanaz de Melo (efectivo), Ana Brazão (suplente)
- G.T. desmantelamento de barragens: Ana Brazão

Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (1)

- Colaboração activa no parecer do CNDAS sobre "Recomendação à Assembleia da República e ao Governo sobre a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei nº 31/2014, de 30 de maio) no que se refere aos Programas Especiais de Ordenamento do Território", com especial enfoque na crítica à extinção dos POAP;

- Colaboração na posição do CNADS sobre o PNPOT;

- Participação no grupo de trabalho sobre o RNC 2050 e o PNEC 2021-2030, que emitirá o seu parecer em 2019.

J. Joanaz de Melo (eleito representante das ONGA em Novembro 2017)

Representações em Organismos

Representantes

Comissão de Acompanhamento do Parque Natural de Montesinho (1)

Não se realizaram reuniões desta comissão em 2018.

Conceição Martins
(efetivo)

Marlene Marques
(suplente)

Conselho Estratégico Do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (CE-PNSAC) (1)

Em 2018 houve apenas uma reunião do Conselho Estratégico do PNSAC, focada na recondução do plano de ordenamento a programa. J. Joanaz de Melo não esteve presente porque os serviços do PNSAC não enviaram a convocatória em tempo útil

João Joanaz de Melo
(representante suplente das ONGA no CE-PNSAC, indicado pelo GEOTA e FPE)

Marlene Marques,

João Joanaz de Melo

Pedro Mota

Miguel Jerónimo

Compromisso para o Crescimento Verde

O GEOTA acompanhou os trabalhos da comissão e integrou alguns grupos de trabalho sem ter assinado o termo de compromisso. Continuação do acompanhamento dos trabalhos.

Conselho de Região Hidrográfica do Norte (1)

Seguimento dos trabalhos e das reuniões da comissão.

Ver mais informação na seção Projeto Rios Livres.

Pedro Santos (efetivo, pela PST, até março 2018)

Ana Brazão (suplente até março 2018, efetiva a partir de março 2018 pelo GEOTA)

Ricardo Próspero
(suplente a partir de setembro 2018)

Comissão Diretiva da Reserva Natural Local do Paul de Tornada

Seguimento dos trabalhos da CD RNLPT

Teresa Lemos

(representante do GEOTA)

Comissão de Acompanhamento do Aproveitamento Hidrelétrico de FozTua (1)

Seguimento dos trabalhos e das reuniões da comissão.

Com a concretização do empreendimento a participação na comissão perdeu relevância.

Ver mais informação na seção Projeto Rios Livres.

Pedro Santos (efetivo, pela PST até março 2018)

Ana Brazão (efetiva a partir de março 2018, pelo GEOTA)

Comissão de Acompanhamento Ambiental do Sistema Eletroprodutor do Tâmega (1)

Seguimento dos trabalhos da comissão.

Por motivos profissionais não foi possível assegurar a presença nas reuniões do organismo.

Ver mais informação na seção Projeto Rios Livres.

Ana Brazão (Efetiva, pelo GEOTA)

Ana Bento (Suplente até maio 2018, pelo GEOTA)

Ricardo Próspero
(suplente a partir de setembro 2018)

Representações em Organismos

Conselho Consultivo da Reserva Natural Local do Estuário do Douro (1)

Seguimento dos trabalhos e das reuniões da comissão.

Representantes

Ana Catarina Miranda
(efetiva)

Miguel Jerónimo
(suplente)

Observações: (1) – Representação das ONGA nacionais no âmbito do Protocolo de Nomeação de Representantes em Organismos Públicos gerido pela CPADA.

Logística

Secretariado e apoio técnico

A elaboração de alguns relatórios consumiu cerca de 150 horas divididas no trabalho de vários colaboradores.

Tratamento de correspondência recebida e emitida (cerca de 100 cartas, 80.000 mensagens de correio eletrónico) | Seleção e arquivo de milhares de documentos, publicações, ficheiros informáticos e outro material

Atendimento de dezenas de chamadas telefónicas com solicitações diversas e pedidos de informação

Assegurou a comunicação entre os membros dos órgãos do GEOTA e apoio técnico e logístico à sua atividade Gestão das inscrições em muitas iniciativas e apoiou a sua logística.

Contactou com os fornecedores e outras entidades. Manteve a operacionalidade geral da sede e os níveis de *stock* do economato. Melhorou o nível de atendimento e funcionalidade do secretariado do GEOTA

Manutenção do desempenho no tratamento e arquivo de documentação e informação.

Manutenção de bases de dados de associados e entidades, e atualização de quotizações e registos, emissão de listagens de etiquetas e outras que serviram de base a seis *mailings* regulares de associados e vários outros irregulares para entidades e associados.

Apoio à tesouraria e Contabilidade e reuniões com a Empresa de Contabilidade Organizada contratada (média 1 reunião por mês e 15 horas por mês de preparação).

Geriu o equipamento e promoveu a sua manutenção/Manutenção de software e hardware informático da sede do GEOTA

Representação do GEOTA em diversos eventos e em diversos organismos.

Realização de estágios não remunerados de complemento curricular ou fim de curso para o apoio a áreas e Projetos específicos do GEOTA

Encaminhamento dos assuntos despachados da Comissão Executiva.

Funcionamento do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada.

Apoio técnico e realização de ações de formação e informação promovidas pelo GEOTA.

Equipamento

Manutenção e reforço da rede informática no GEOTA.

Aquisição de novo equipamento para os Rios Livres

Manutenção da proteção elétrica do equipamento

Responsáveis

Helder Careto

(Secretário Executivo)

Saúde Martins

(Secretária de Direção)

Apoio Técnico

Carla Pacheco (Professora destacada projetos de EAS)

Teresa Lemos

(Apoio técnico Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada e Coastwatch)

Ana Brazão; Pedro Santos (até março 2018) e Ana Bento (até maio 2018); João Labrincha (a partir de março 2018); Inês David (de março a junho 2018); Daniel Demétrio e Ricardo Próspero e Nelía Ramos (a partir de setembro de 2018) (Desenvolvimento do projeto Rios Livres).

Justin Roburg-Søndergaard, (avanzados no projeto TerraSeixe)

Miguel Jerónimo (contratado no projeto TerraSeixe)

Comissão Executiva

Helder Careto

Saúde Martins

João Labrincha

Logística

Responsáveis

Serviços externos

Manutenção do serviço de contabilidade.

Comissão Executiva

Manutenção da adesão ao servidor Internet, com correio eletrónico e acesso à Internet com telefone.

Hélder Careto

Manutenção dos fornecimentos de serviços de água e eletricidade

Saúde Martins

Contrato para telemóvel do GEOTA.

Manutenção dos contratos de seguro multirisco para a sede e as instalações do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada, novo contrato de seguro de acidentes de trabalho para os colaboradores do GEOTA.

Recolha de Consumíveis de Informática e outros materiais

No Centro Ecológico Educativo existe um ponto de recolha onde se faz a deposição seletiva de resíduos (papel, plástico e vidro)

Secretariado do GEOTA.

O Secretariado do GEOTA tem assegurado, na medida do possível, o encaminhamento correto dos resíduos do papel usado e outros resíduos de embalagem.

Sede (obras e manutenção)

Manutenção mínima das instalações.

Hélder Careto, Saúde Martins,
Miguel Jerónimo, João Labrincha,
Inês David, Ana Brazão

Aquisição e instalação de novo mobiliário e equipamento de escritório.

Anexos:

[1] - LISTA DAS POSIÇÕES DO GEOTA – 2018

[2] - LISTA DAS REFERÊNCIAS NA COMUNICAÇÃO SOCIAL – 2018

[3] - LISTA DE REPRESENTAÇÕES EM EVENTOS – 2018

[4] - LISTA DE ENTIDADES APOIANTES DO GEOTA EM 2018

[5] - GEOTA na Rede

RELATÓRIO DE CONTAS DO GEOTA DE 2018

ANEXO 1 - LISTA DAS POSIÇÕES DO GEOTA – 2018

- 25-01-2018 Parecer sobre o estudo de impacte ambiental do “projecto integrado do núcleo de exploração de pedreiras de Pé da Pedreira” (concelhos de Porto de Mós e Santarém) no âmbito do processo de consulta pública
- 19-02-2018 Parecer do Centro de Arqueologia de Almada (CAA) ao Plano de Pormenor Cais do Ginjal (PPCG)
- 12-04-2018 *O GEOTA E A LPN APOIAM A RECOMENDAÇÃO DO CNADS AOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA PARA REVERTER A EXTINÇÃO DOS PLANOS DE ORDENAMENTO DAS ÁREAS PROTEGIDAS*
- 30-10-2018 *ENI e Galp desistem. Uma vitória para o Ambiente e para o Algarve, mas a batalha continua.*
- 31-10-2018 *Coligação C6 lembra: Novo Aeroporto de Lisboa no Montijo ainda não tem uma Avaliação de Impacte Ambiental*
- 13-11-2018 *À espera da extinção da rola, que já foi comum!*
- 19-12-2018 *Oportunidades de Pesca 2019 – Ministros das pescas da UE optam por estagnar trajetória e comprometem fim da sobrepesca em 2020.*

25-01-2018 Parecer sobre o estudo de impacte ambiental do “projecto integrado do núcleo de exploração de pedreiras de Pé da Pedreira” (concelhos de Porto de Mós e Santarém) no âmbito do processo de consulta pública

Sumário

O estudo de impacte ambiental do projecto integrado das pedreiras de Pé da Pedreira subvaloriza os impactes ambientais negativos muito significativos, quer ao nível da biodiversidade, quer do património geológico e espeleológico que é a razão de existir do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.

Concordamos com a abordagem integrada mas entendemos que ela não foi devidamente trabalhada. Falta uma estratégia de exploração dos recursos que ultrapasse o mero aproveitamento económico de curto prazo; falta um planeamento faseado da recuperação do núcleo de pedreiras, que permita garantir em tempo real que o saldo ambiental do projecto seja pelo menos neutro; faltam medidas de salvaguarda do património já conhecido e por explorar.

As associações signatárias defendem portanto a reprovação do EIA e a discussão mais profunda de medidas de mitigação e compensação eficazes.

1. Relevância estratégica

A correcta e racional exploração dum recurso não renovável, como é o caso das rochas ornamentais, deve passar por uma política integrada que favoreça a venda de produtos transformados com elevada mais valia associada, contrariamente à situação actual das rochas ornamentais que apresentam uma exportação maioritariamente em bruto, com baixas mais valias.

Tratando-se de um recurso não renovável e escasso, a pedra ornamental devia ser explorado com parcimónia, tendo naturalmente em conta a relevância social e a viabilidade económica. A ampliação em larga escala de vastas área de pedreiras, como acontece neste caso, e o eventual aumento do ritmo da sua exploração, parece ter como único objectivo o lucro imediato, sem qualquer objectivo estratégico e com uma péssima relação custo/benefício para o País.

O licenciamento de novas pedreiras, bem como de ampliação das existentes, deve ser feito com base numa política e métodos de planeamento que evitem a destruição sistemática da paisagem, e que promovam a maximização das mais valias associadas ao comércio de rochas ornamentais. Apesar de algumas iniciativas louváveis que promovem a qualidade da pedra portuguesa, estas incidem principalmente sobre a qualidade da matéria prima e como tal pouco têm contribuído para a exportação de produtos transformados com mais valia.

É repetidamente referido que esta actividade contribui para o emprego na construção civil. É uma alegação sem fundamento: não é por ter mais ou menos pedra que a construção civil é mais activa ou menos. Mais grave, foi esta abordagem ao modelo de desenvolvimento que levou o País à beira da bancarrota com investimentos sumptuários em obras inúteis.

2. Abordagem do projecto integrado

Teoricamente a abordagem do “projecto integrado” é a mais correcta, olhando de forma global para o conjunto das pedreiras de determinada zona. Lamentavelmente, os resultados não correspondem aos objectivos definidos.

Continua a não existir qualquer ferramenta de planeamento disponível, uma percepção minimamente rigorosa sobre os impactes cumulativos da exploração de pedreiras na região. A percepção empírica é que a área destruída é crescente, ao ponto de já estar a alterar substancialmente a paisagem; não há qualquer informação sobre outros efeitos. Já solicitámos por diversas

vezes às autoridades responsáveis — ICNF e DGEG — informação que nos permita compreender o alcance pelo menos geográfico nas explorações existentes e previstas, para ter uma noção mínima dos seus impactos cumulativos. A DGEG não deu qualquer resposta e o ICNF forneceu apenas informação de baixa qualidade, muito aquém do solicitado.

O saldo do estudo de impacto ambiental (EIA) é na prática permitir a exploração sistemática de praticamente toda a área do "projecto integrado". Não há corredores ecológicos, as áreas de protecção do património já conhecido são ínfimas.

Ao contrário do apregoado, não há medidas compensatórias. De acordo com a doutrina da Directiva Habitats e da melhor prática profissional, só existe verdadeira compensação quando os valores degradados são repostos em espécie e magnitude, o que manifestamente não acontece neste caso.

As medidas de gestão ambiental de obra e de recuperação paisagística propostas correspondem a alguma minimização de impactos. No entanto, no caso da recuperação paisagística a sua aplicação é tardia, nada garantindo que venham efectivamente a ser aplicadas. À escala desta área, como à escala do Parque Natural, não há qualquer evidência de que o balanço recuperação/degradação seja positivo.

O projecto integrado de Pé da Pedreira cobre 391 ha, detalhando o estudo mas excedendo em parte os limites da Área de Intervenção específica (AIE) sujeita a exploração extractiva. Compreende 37 pedreiras de blocos e 2 pedreiras de cal (II.68). São estimadas reservas úteis de 31 123 700 t de calcário industrial, 29 766 700 t de blocos e 39 235 000 subprodutos (IV.52). Estimam-se reservas de rocha ornamental para 90 anos ao ritmo de extracção de 330 000 m³/ano e calcário industrial (para cal) de 62 anos a 500 000 t/ano. Estes números são claramente excessivos, sobretudo quando não existe uma perspectiva de recuperação progressiva das áreas degradadas. Do ponto de vista da sustentabilidade do negócio ou dos postos de trabalho, não há qualquer necessidade de trabalhar com estes horizontes.

3. Impactes ambientais do projecto

Fauna e flora

As medidas de minimização de impactos da fauna e flora (4.3.8 Flora e vegetação e fauna e habitats, p. IV.83-87) são vagas, naivas ou omissas em relação a diversos aspectos. O texto é basicamente um conjunto de intenções de educação ambiental e de boas práticas de trabalho.

Está insuficientemente definido como serão recuperadas as áreas de alimentação para gralhas-de-bico-vermelho, nem explicado/justificada a escolha dos locais onde será efectuada essa gestão. Indicam na p. IV.98 que a gestão contempla o corte selectivo de matos com recurso a maquinaria ligeira e eventual pastoreio de passagem com gado caprino. Estando esta espécie muito dependente de habitats onde ocorre o pastoreio extensivo, este não deverá ser considerado uma eventualidade mas estar contemplado e definido os seus moldes.

Serão afectadas directamente pelo menos 30 cavidades (28 identificadas no EIA) incluindo uma com nidificação confirmada da gralha-de-bico-vermelho, bem como serão afectadas indirectamente outras cavidades em que esta espécie nidifica.

De acordo com o PARP e as medidas compensatórias (e.g. IV.95), a recuperação da área a explorar incluirá a manutenção dos taludes, da zona sul, voltados a S e SE com as configurações final da lavra de blocos (10m altura e plataformas de 3m) para criação de zonas de escarpa para a nidificação de aves (II.10, II.53 e IV.86). Não são indicadas quais as espécies alvo, no entanto, seria de esperar que a gralha-de-bico-vermelho fosse uma das espécies-alvo. Porém no PARP não é indicada nenhum horizonte temporal para a conclusão a recuperação paisagística da zona sul, referindo apenas a duração prevista para a exploração do PI de Pé de Pedreira como sendo de 90 anos para a zona de blocos e de 62 anos para as pedreiras de cal, que corresponde ao tipo de exploração prevista para a zona sul. É de esperar assim que a criação das escarpas apenas ocorra dentro de mais de meio século, altura em que possivelmente será demasiado tarde para esta espécie em declínio, actualmente com o estatuto de Em Perigo. Além disso, esta espécie nidifica nas Serras de Aire e Candeeiros em algares, que permitem um abrigo contra as condições meteorológicas, incluindo a exposição ao sol e desidratação, o que dificilmente acontecerá em escarpas de exposição Sul e SE.

O PI contempla a área da Giesteira que se encontra maioritariamente fora da AIE. Esta área contempla uma zona de valoração excepcional para a flora (Fig. IV.20) e alta para a fauna (Fig. IV.21), bem como possui diversas grutas (Fig. III.12). A exploração desta área não deve ser autorizada.

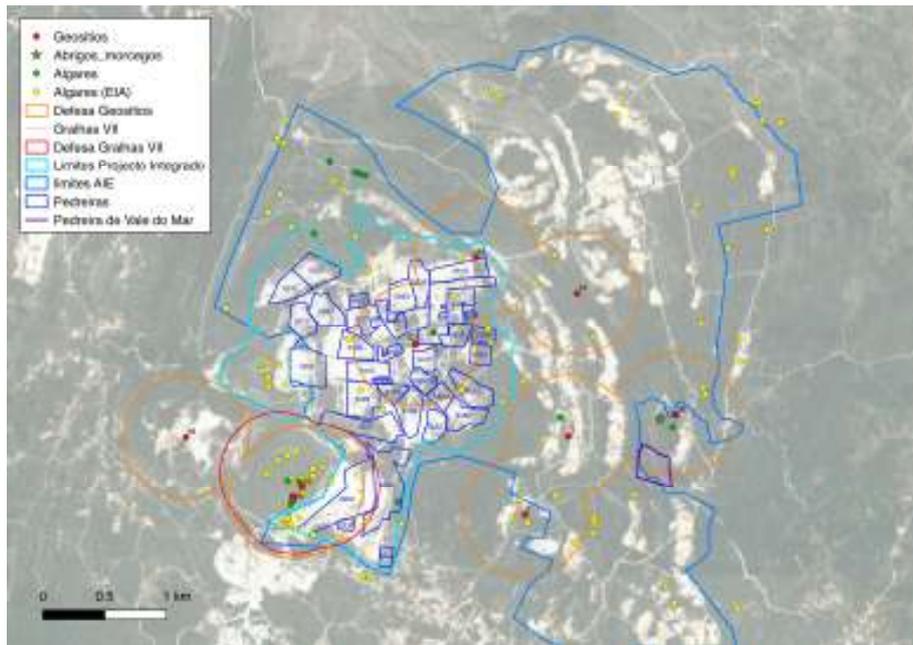
O EIA refere a existência de azinheiras e sobreiros, sem indicação de locais, áreas, densidade/nº de indivíduos, tamanho dos indivíduos, se entram ou não nos parâmetros legais que impedem ou abate destas espécies, o que o permite mas com medidas compensatórias. Nada é referido nem nas medidas de minimização, nem nas medidas compensatórias em relação a estas espécies.

Património geológico

O EIA refere na p. IV.9 que não serão afectados geo-sítios incluídos no anexo I do POPNSAC, o que não é verdade.

Actualmente já existem diversas pedreiras cuja área de lavra está incluída na zona de defesa dos geo-sítios Algar Gralhas VII (geo-sítio 33), Algar Gralhas I (geo-sítio 50), algar do Avião 1 (geo-sítio 57) e Pia do Zé Gomes (geo-sítio 69), sendo que actualmente a frente de lavra se encontra a cerca de 100 m da galeria este do Algar Gralhas VII. Nas p. II.9 (Quadro II.1) e II.21 (Fig. II.5) é indicado que será mantida uma faixa de protecção com um raio de 50 m em torno de 3 algares considerados excepcionais. Um deles é o Algar do Avião 1, que apesar de ter um desenvolvimento predominantemente vertical, se estende para Oeste em cerca de 30m, ficando assim a menos de 20m da frente de lavra, o que afectará o regime hídrico desta cavidade. Nas medidas de minimização, o EIA entra em contradição, ao indicar a destruição do Algar do Avião 1 (IV.86), um geo-sítio classificado incluído no anexo I do POPNSAC (geo-sítio 57). Refere a preservação, assim como Pia do Zé Gomes na p. IV.93.

O EIA indica (II.68) 37 pedreiras. Na Figura I.6 constam os limites de 35 pedreiras, referindo ainda a presença da pedra 6766 sem no entanto apresentar os seus limites. Qual a situação e limites/área da pedra 6766, assim como onde se localizam e quais os limites/áreas das restantes 3 pedreiras?



A AIE admite a extensão das pedreiras para uma série de grutas, de acordo com a figura II.76 do EIA cerca de 45, destes 12 dentro do limite da área do projecto integrado. Destas últimas destacamos o Algar do Sapateiro, localizado numa antiga pedra. Este algar intercepta uma freática, provável prolongamento das galerias do algar Gralhas VII. A reactivação e expansão desta pedra põe em risco a existência do algar do Sapateiro.

A proximidade ao algar Gralhas VII (já referido) leva a temer que as galerias de origem freáticas deste algar poderão ser interceptadas e destruídas pelo avanço das pedreiras. As galerias freáticas são raras no PNSAC e a expansão das pedreiras para a sua localização ou proximidade significará a sua destruição e perda de um património natural irrecuperável.

Paisagem e morfologia cársica superficial

A componente da paisagem do EIA não aborda com profundidade suficiente a morfologia cársica da AIE, não refere nem um levantamento sistemático das formas de relevo exocársicas e endocársicas. O EIA apenas refere, nos pontos 1.12.4.4.3.9 a existência de lajes calcárias, que são por nós classificadas como megalapiás em mesa, na AIE e no ponto 1.12.4.4.3.10 a existência de grutas. Sendo que na componente de Biologia do próprio EIA são referidas mais de 40 grutas, para além de outras não referidas no EIA.

As medidas de mitigação referidas, como o raio de 50 m em redor da topografia da gruta, pecam não só por insuficientes, como por não considerarem esta medidas para todas as grutas da AIE.

Como reconhecido no EIA o avanço das pedreiras provocará a destruição irreversível e irrecuperável da morfologia cársica no interior da AIE.

Hidrologia e vulnerabilidade à poluição hídrica

Além das nascentes referidas no EIA deve-se também considerar a nascente temporária de Vila Moreira, não referida no EIA, mas que é uma nascente de extravasamento da nascente de Alviela, cuja ligação foi provada com traçagem química.

De acordo com o EIA no interior do Núcleo do Pé da Pedreira, os índices obtidos distribuem-se pelas classes de vulnerabilidade “muito alta” e “alta”, em percentagens de área de 81% e 19%, respectivamente. As principais manchas de vulnerabilidade “muito alta” localizam-se na metade leste e junto ao limite NW da área de estudo. Litologicamente compreendem os calcários “Vidraços da base” que fazem parte da Formação Calcários micríticos de Serra de Aire. As manchas de vulnerabilidade “alta” localizam-se na metade oeste da área. Litologicamente estão associadas às características dos Calcários de Pé da Pedreira classificados do ponto de vista da cartografia geológica de pormenor como “Calcários Ornamentais”.

Segundo o EIA existe contaminação das águas subterrâneas captadas pelo furo de Vale de Mar por Hidrocarbonetos, Óleos e gorduras, Naftaleno e Fenantreno e na generalidade dos furos das pedreiras, por *Escherichia coli*. Os Hidrocarbonetos, Óleos e gorduras, Naftaleno e Fenantreno estão associados a combustíveis e óleo lubrificantes que são usados nos equipamentos mecânicos das pedreiras.

A AIE fica dentro da zona de protecção alargada da nascente do Alviela e de acordo com o mapa de isopiezas da figura III.28 o fluxo das águas subterrâneas é em direcção à nascente do Alviela, existe o risco de contaminantes introduzidos na AIE poderem atingir a nascente atrás referida. O Maciço Calcário Estremenho é o segundo maior aquífero do país e a introdução de contaminantes, agravada pela destruição do solo e epicarso, colocam em risco o abastecimento de água não só às populações

locais, bem como a Lisboa, ainda subsidiariamente abastecida pela nascente do Alviela, bem como a qualidade da água dos rios Almonda, Liz e Alviela.

De acordo com o EIA prevê-se que a cota de fundo das pedreiras fique 40m acima da superfície piezométrica, reduzindo em largas dezenas de metros a espessura de rocha e solo capaz de provocar alguma depuração/atraso na infiltração de contaminantes. Deste modo a infiltração de contaminantes, no aquífero será muito facilitado e diminuído o tempo de chegada dos mesmos às nascentes.

A quantidade de piezómetros (três, mesmo que reforçados com o furo de captação já existente) proposta no ponto e do aditamento do EIA é muito reduzido para se poder realizar eficazmente a monitorização dos recursos hídricos subterrâneos naquela zona.

4. Restrições legais aplicáveis

O Decreto-lei 340/2007 só permite a exploração mineira em áreas sensíveis para a exploração de recursos de elevado interesse nacional. É inaceitável a banalização deste regime, que tem vindo a ser utilizado permitir a exploração de toda e qualquer pedreira no PNSAC; tanto mais que a justificação do suposto “interesse nacional” é inexistente.

O plano de ordenamento do PNSAC destina-se especificamente a proteger um conjunto de valores (geológicos, biológicos, paisagísticos), que são claramente degradados ou destruídos por este “projecto integrado”. Em particular os geo-sítios deviam ser objecto de um perímetro de protecção com um raio de 500 m.

A área do Projecto Integrado (PI) do Núcleo de Pedreiras de Pé da Pedreira apresenta actualmente de acordo com o aditamento do EIA, várias pedreiras não licenciadas a laborar. Desconhece-se a data de prorrogação da DIA de muitas das pedreiras licenciadas.

De acordo com o ponto I do aditamento do EIA parte da AIE pertence à Reserva Agrícola Nacional e na Estrutura Ecológica Municipal (p. 70 do aditamento do EIA)

A AIE de acordo com o EIA fica dentro da zona de protecção alargada da nascente do Alviela. De acordo com o D.L. 382/99 no perímetro alargado de protecção podem ser interditas ou condicionadas actividades como pedreiras e explorações minerais.

5. Conclusão

A intenção de fazer uma análise integrada à exploração das pedreiras do Pé da Pedreira é meritória, mas os resultados do EIA são decepcionantes.

Na prática, o EIA despreza os impactes ambientais identificados e pretende abrir a porta para a destruição de toda a área de intervenção num horizonte estimado de muitas décadas, sem qualquer justificação deste horizonte grosseiramente exagerado, e sem qualquer garantia de uma recuperação faseada. São especialmente menosprezados os impactes sobre o endocarso.

As medidas de minimização de impactes são insuficientes e as alegadas “medidas de compensação” não são minimamente demonstradas, não configurando de facto qualquer compensação. Evidentemente, não há qualquer compensação para a destruição do património geológico e espeleológico.

Nestas condições, as associações signatárias entendem que o EIA e esta configuração do projecto integrado não devem ser aprovados. Embora a abordagem integrada seja positiva, o projecto deve ser revisto no sentido de garantir uma efectiva salvaguarda dos valores patrimoniais em presença.

Contactos

Liga para a Protecção da Natureza (LPN) <geral@lpn.pt>, <ceae@lpn-espeleo.org>

Federação Portuguesa de Espeleologia (FPE) <fpe@fpe-espeleo.org>

Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA) <geota@geota.pt>

Grupo Protecção Sico (GPS) <gps.sico@gmail.com>

Grupo de Espeleologia e Montanha (GEM) <geral@gem.pt>

19-02-2018 Parecer do Centro de Arqueologia de Almada (CAA) ao Plano de Pormenor Cais do Ginjal (PPCG)

O Centro de Arqueologia de Almada analisou a documentação disponível para Consulta Pública na Junta de Freguesia de Cacilhas e no site da Câmara Municipal de Almada, tendo constatado o seguinte:

1. Para se adequar ao objectivo enunciado no PPCG “Beneficiar a promoção cultural, patrimonial e turística, conciliando a **preservação dos valores patrimoniais e naturais** com o desenvolvimento de uma atividade turística, de recreio e lazer sustentáveis” (RNT, p.6), é necessário conhecer que valores estão em causa.

Daí a recomendação da DGPC em Conferência Procedimental, registadas no quadro síntese:

“Consideram necessário o envio do relatório patrimonial com resultados da caracterização da situação de referência do património terrestre e subaquático que inclua o levantamento exaustivo das preexistências relacionadas com a atividade industrial e naval, com avaliação dos impactes negativos inerentes à construção”.

Na resposta então apresentada, indicou-se *“que se trata de uma matéria que poderá ser desenvolvida em sede de relatório de plano, não se considerando necessário o desenvolvimento de estudos adicionais.”* (Tabela de Ponderação de Pareceres, p.9)

O **relatório de plano** disponível para consulta não apresenta o levantamento recomendado pela DGPC nem avalia os impactes.

O CAA reforça a indicação da DGPC e pede que sejam feitos estudos adicionais, nomeadamente a nível da arqueologia industrial.

2. O Enquadramento Histórico apresentado não relata a história do Cais do Ginjal. É abordado o concelho de Almada em geral, sendo a informação sobre o Ginjal vaga e insuficiente para permitir uma correta valorização da sua memória e património. Um estudo da história daquele espaço foi publicado no livro *“Memórias do Ginjal”*¹ e divulgado na exposição *“Ginjalma”*², produzidos pelo CAA com o apoio da Câmara Municipal de Almada. Os conteúdos estão disponíveis para consulta e têm sido considerados em inúmeros trabalhos académicos, de arquitetura e outras especialidades. Para ser coerente com os objectivos do PPCG, o Relatório Ambiental devia incluir na equipa técnica profissionais da História, Arqueologia e Património e recorrer à bibliografia específica sobre o tema em análise.
3. O CAA considera que o volume de construção proposto é excessivo, pondo em causa a paisagem enquanto valor natural e a memória do espaço. O novo edificado escava e sobrepõe-se à arriba, desvirtuando-a do ponto de vista natural, paisagístico e identitário. No PPCG a paisagem valorizada é aquela que se avista a partir do cais – o Tejo e Lisboa – e não a paisagem do Ginjal em si, que se vê a partir do rio e da margem oposta. A identidade da paisagem é também posta em causa com a elevação da cota altimétrica do cais. Tal acção interfere directamente com o plano de fachadas, cujas *“qualidades espaciais”* (RNT p.7) se procura preservar, cortando uma parcela significativa da sua base.

O Ginjal tem uma urbanidade identificada que interessa considerar, sendo esta a principal potencialidade deste território. A ausência de um levantamento do Património edificado existente e o escasso enquadramento histórico produzido no âmbito do Plano é em nossa opinião uma fragilidade a apontar. Por seu turno, a Proposta do Plano, que propõe nova construção - processo natural e desejável – peca por na sua estratégia não adotar nenhuma linha condutora que mantenha as memórias espaciais do existente, conjugando-as eventualmente com adições de nova arquitetura. Antes pelo contrário, o modelo urbano proposto visa a demolição quase integral, desenhando duas linhas de edifícios novos, sendo a primeira linha a contar do rio uma espécie de recriação do antigo que dará a ilusão de uma porção de cidade reabilitada, o que não corresponde à realidade.

12-04-2018 O GEOTA E A LPN APOIAM A RECOMENDAÇÃO DO CNADS AOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA PARA REVERTER A EXTINÇÃO DOS PLANOS DE ORDENAMENTO DAS ÁREAS PROTEGIDAS

Tendo tido conhecimento que, no passado dia 20 de Março de 2018, o Conselho Nacional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNADS) aprovou a *“Reflexão e recomendação à Assembleia da República e ao Governo de avaliação da implementação da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e do Urbanismo (Lei nº 31/2014 de 30 de Maio), no que se refere aos programas especiais de ordenamento do território”*.

¹ GONÇALVES, Elisabete, *Memórias do Ginjal*, Centro de Arqueologia de Almada, Almada, 2000 (1ª ed.) 2002 (2ª ed.)

² *Ginjalma, as Memórias e o Espaço*, exposição no armazém Teotónio Pereira, Ginjal, 2002.

Considerando que a mesma foi recentemente divulgada em conferência, as ONGA GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente e LPN – Liga para a Proteção da Natureza, em primeiro lugar, desejam congratular publicamente o CNADS pelo teor, qualidade e oportunidade desta recomendação. É uma matéria de elevada importância, sobre a qual, de resto, estas associações já se tinham pronunciado no mesmo sentido (embora não com a profundidade agora desenvolvida).

Estas Associações consideram, ainda, que as reflexões divulgadas pelo CNADS reforçam a imperativa necessidade de ser revertida a intenção de eliminar os POAP (Planos de Ordenamento de Área Protegida) das áreas protegidas em Portugal, pela sua urgência e implicações de longo prazo para a conservação da natureza, em especial o problema da recondução dos planos de ordenamento a meros programas. Esta reivindicação é agora confirmada como justificável e necessária pelo próprio parecer do CNADS:

“Em particular o CNADS recomenda que seja equacionada, com carácter de urgência, a reversão da disposição da Lei de Bases que prevê a recondução dos POAP a programas especiais. Esta recomendação e a sua urgência decorrem de quatro questões:

- a) A existência de normas de ordenamento e gestão claras e eficazes nas áreas protegidas são as ferramentas essenciais para a salvaguarda dos valores em presença, bem como para a eficácia institucional perante os diversos atores sociais e na salvaguarda da integridade territorial;
- b) O processo de recondução dos planos especiais a programas tem-se revelado difícil, não apenas complexo, moroso e, frequentemente, ineficaz. Daqui decorre que o objetivo declarado desta disposição, simplificar a gestão dos IGT e a informação disponível ao público, não está a ser e será dificilmente alcançado em tempo útil;
- c) De entre os IGT que a Lei de Bases prevê reconduzir a programas, o caso dos POAP é o que simultaneamente levanta mais dificuldades e apresenta maiores riscos de insucesso, acrescido, como já referido, da inexistência de um quadro de base legal sobre o Património Natural;
- d) O processo de recondução dos POAP a programas está apenas agora a iniciar-se, e irá demorar, segundo as previsões oficiais, certamente mais de um ano. Falta depois o processo de transposição para os planos municipais, que pela experiência passada demorará vários anos. As dificuldades deste processo implicam enorme dispêndio de recursos e a paralisia de processos de revisão de POAP já iniciados, com as consequências nefastas que se conhecem sobre a gestão do território. O momento de reequacionar o processo é agora, antes que se tenha investido esforço significativo num caminho reconhecidamente desadequado e que pode vir a revelar-se irreversível, com as consequências negativas para o património natural que já se anteveem.”

Em conclusão, o GEOTA e a LPN exigem que o Governo reveja de imediato a intenção e apela a que todos os partidos na AR evitem aquilo que se materializará como um dos maiores atentados a proteção da Natureza. As ONGA procurarão continuar a alertar a opinião pública para as consequências desta grave e injustificada decisão.

Contactos:

GEOTA | João Joanaz de Melo | geota@geota.pt | www.geota.pt

LPN | Tito Rosa | secretariado@lpn.pt | www.lpn.pt

30-10-2018 **ENI e Galp desistem. Uma vitória para o Ambiente e para o Algarve, mas a batalha continua.**

De acordo com um comunicado enviado às redacções, *“a Galp e a Eni tomaram a decisão de abandonar o projeto de exploração na bacia do Alentejo”*. Se tal decisão se confirmar e, por conseguinte, se confirmar a caducidade dos 3 contratos detidos por esta concessionária, a PALP congratula-se mas alerta que ainda é necessário analisar as implicações jurídicas.

A Plataforma Algarve Livre de Petróleo (PALP) tem lutado, desde a sua criação, por um debate transparente e pela defesa do Algarve contra a pesquisa e exploração de petróleo. Como é do conhecimento público, a 27.04.2017 a PALP interpôs junto do

Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé uma providência cautelar de suspensão do acto administrativo TUPEM (Título de Utilização do Espaço Marítimo), tendo este Tribunal dado razão à PALP por sentença proferida em 12.08.2018. É importante lembrar que já anteriormente a PALP conseguira reverter a Resolução Fundamentada que havia sido colocada pelos Ministérios do Mar e da Economia numa primeira instância, deixando pela primeira vez claro de que lado estes Ministérios se encontravam. Ora, após a emissão da sentença em Agosto, quer o Ministério do Mar e a Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) quer a ENI e Galp recorreram desta decisão. **Agora, em nota de imprensa, a Galp e a ENI indicam que "tomaram a decisão de abandonar o projeto de exploração de fronteira na bacia do Alentejo".**

A PALP congratula-se com esta decisão, estando neste momento a analisar as implicações judiciais das declarações da ENI e Galp, e espera conhecer em breve a posição do Governo sobre esta matéria (tanto política como judicial).

No entanto, a PALP manifesta atenção e preocupação para com os contratos celebrados entre o Estado português e a Australis Oil & Gas que ainda vigoram em Aljubarrota. É importante lembrar que há intenção por parte desta empresa de iniciar o furo em terra já em 2019 e que, à semelhança do que tem acontecido no Algarve, os municípios, as associações e os moradores se têm manifestado fortemente contra.

Além do exposto, **a PALP relembra que o Decreto-Lei nº 109/94 de 26 de Abril ainda se encontra em vigor.** Este Decreto-Lei é um todo, que tem o seu centro num e só um objectivo claro, concretizado em todo o seu articulado: "*dar um novo impulso às actividades de prospecção e pesquisa de petróleo e, consequentemente, de desenvolvimento e produção*". Este DL criou e manterá – até ao momento da sua retracção – "*condições de acesso mais favoráveis, simplificando procedimentos administrativos e estabelecendo regras claras ao seu exercício de modo ajustado à realidade e à prática da indústria*" petrolífera. Enquanto persistir este enquadramento legal, poderão sempre surgir novas concessões, seja com o Governo atual ou com os seguintes.

A PALP chama ainda a atenção para duas necessidades urgentes: 1) haver uma revisão geral da legislação ambiental e concretamente um Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo forte que preveja este tipo de situações e proteja o meio marinho de ameaças futuras e 2) o desenvolvimento e efectivação de uma Estratégia Nacional para as Renováveis a médio/longo prazo que ultrapasse temporalmente os ciclos eleitorais, tendo em conta os compromissos internacionais que Portugal assumiu no que toca à descarbonização e à remissão das alterações climáticas que tanto afectaram e afectarão o país.

Apesar de estar perante uma vitória, a PALP continua com o processo em tribunal* e a lutar pela revogação deste Decreto que está na base dos 15 contratos que estavam em vigor aquando as várias associações se juntaram para formar a PALP.

P'la Plataforma Algarve Livre De Petróleo



Para quê criar mau ambiente?

Ajude a salvar o Algarve da exploração de petróleo e gás natural.

www.palp.pt

[facebook](https://www.facebook.com/palp.pt)

ONGA exigem ao Governo respeito pela legislação em vigor e pelos portugueses, não dando como certa uma opção que ainda não foi devidamente avaliada e comparada

Ao longo dos últimos anos, a sociedade portuguesa tem assistido a um desfile de decisões precipitadas e pouco fundamentadas sobre a localização do Novo Aeroporto de Lisboa (NAL). Em todas elas, os governos apresentaram as decisões como definitivas, sem os estudos necessários, sem a ponderação de verdadeiras alternativas e sem a necessária discussão pública alargada e participada. O actual executivo, infelizmente, não fez diferente dos anteriores. Decidiu avançar com a hipótese da reconversão da Base Aérea Militar do Montijo em infraestrutura aeroportuária de apoio à região de Lisboa e Vale do Tejo (Solução Portela +1) e garantiu que a obra ia avançar, com datas e tudo, sem a necessária e obrigatória Avaliação de Impacte Ambiental estar concluída.

A Coligação C6 não entende como é possível que os mais altos responsáveis do Governo nacional voltem a cometer os erros dos seus antecessores e, antes da opção Montijo ser devidamente avaliada, venham apresentá-la aos portugueses como a solução final e definitiva. Recordam que o processo de Avaliação de Impacte Ambiental não é uma formalidade para justificar a decisão. Antes pelo contrário, o Estudo de Impacte Ambiental completo e exaustivo é uma necessidade que deverá fundamentar as decisões do executivo. Consideram ainda que o discurso político de opção tomada a todo custo coloca uma pressão inadmissível nos processos em curso, exigindo aos promotores os estudos em tempos recorde, que invariavelmente acabam por ser insuficientes e superficiais. Isto é algo que certamente não deveria acontecer num Portugal do século XXI.

A Coligação C6 lembra que qualquer opção para a construção do NAL apresenta diversos riscos ambientais, sociais e económicos. Todos devem ser devidamente estudados, ponderados e discutidos publicamente. E por isso, apela ao Governo Português que espere pelas avaliações ambientais necessárias, respeitando a legislação em vigor e evitando discursos políticos de facto consumado.

Mais informações:

QUERCUS | Nuno Sequeira | nunosequeira@quercus.pt | www.quercus.pt | 93 778 84 74 (coordenação da C6 em 2018)

ANP – Associação Natureza Portugal em associação com WWF | Ângela Morgado | amorgado@natureza-portugal.org | www.natureza-portugal.org

FAPAS | Nuno Gomes Oliveira | fapas@fapas.pt | www.fapas.pt | 917888272

GEOTA | Hélder Careto e Miguel Jerónimo | geota@geota.pt | www.geota.pt

LPN – Liga para a Protecção da Natureza | Miguel Geraldès | miguel.geraldès@lpn.pt | www.lpn.pt

SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves | Domingos Leitão | domingos.leitao@spea.pt | www.spea.pt

13-11-2018 À espera da extinção da rola, que já foi comum!

A rola-brava é uma espécie icónica da fauna portuguesa e a informação científica mais recente sobre esta espécie revela um decréscimo populacional em Portugal, desde 1994, na ordem dos 80%. A situação é de tal forma grave, que a Comissão Europeia considera actualmente a caça à rola-brava uma violação da Directiva Aves. É urgente que o Ministério da Agricultura suspenda a caça a esta espécie e implemente medidas adequadas de gestão dos habitats agrícolas dos quais depende.

A rola-brava, também conhecida por rola-comum, é uma espécie icónica da fauna portuguesa e do imaginário popular e erudito do país. É uma espécie cinegética, das mais queridas dos caçadores portugueses. É caçada no final do verão, em Agosto e Setembro, na sempre aguardada abertura da época de caça às espécies migradoras.

As populações da rola-brava têm diminuído acentuadamente por toda a Europa nas últimas dezenas de anos, devido a dois factores principais. Por um lado, a intensificação agrícola, nomeadamente o corte de sebes, a destruição de mosaicos agrícolas e o uso indiscriminado de fitofármacos, e, por outro lado, a caça excessiva, em países como França, Espanha, Portugal e Itália (1, 2).

A situação da rola-brava é de tal maneira grave que a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) classificou-a como espécie Vulnerável à extinção em 2015 (1). A Comissão Europeia (CE) encarregou a BirdLife Internacional e a Federação das Associações de Caçadores Europeias (FACE) da elaboração de um plano de acção para a espécie. Esse plano determina que é urgente restaurar e manter os habitats agrícolas de boa qualidade e implementar a caça dentro de níveis de abate sustentáveis (2). Para determinar o nível de abate, está a ser desenvolvido um modelo de gestão cinegética da rola-brava. Mas enquanto esse modelo não aparece, a CE considera a caça da rola-brava uma violação da Directiva Aves, devido ao estado desfavorável das suas populações. Em Portugal, a situação é idêntica ao resto da Europa. O Censo de Aves Comuns mostra um decréscimo populacional acentuado desde 2004 (3). Mas a informação científica mais recente revela factos mais preocupantes. Uma tese de doutoramento do Instituto Superior de Agronomia revela uma regressão populacional acentuada da rola-brava desde 1994 (4). A diminuição média em Portugal é de 80%. Ou seja, por cada 100 rolas que existiam em Portugal em 1994, actualmente existem apenas 20. O estudo revela ainda que a caça à rola se sobrepõe ao seu período reprodutor em todas as regiões, e incide sobretudo na população nidificante. Tal como documentado nesse estudo, 30% das rolas caçadas em Portugal são abatidas quando ainda se encontram a nidificar. Estes factos vêm corroborar o que a C6 tem vindo a defender, a caça que se pratica actualmente à rola-brava em Portugal coloca em risco a sobrevivência da espécie.

Perante este cenário, impõe-se a seguinte pergunta: de que é que o Governo Português, o Sr. Ministro da Agricultura, o Sr. Secretário de Estado das Florestas e os caçadores portugueses estão à espera para suspender a caça à espécie? Não podemos deixar que a rola chegue ao risco eminente de extinção, como já chegou noutros países da Europa.

A Coligação C6, que integra as maiores Associações de Defesa do Ambiente portuguesas e é constituída pelo GEOTA, FAPAS, LPN, QUERCUS, SPEA e ANP/WWF, defende assim a suspensão imediata da caça à rola-brava em Portugal e em toda a Europa. Esta é também a posição de muitos caçadores portugueses, preocupados com a redução acentuada destas rolas no campo. Esta suspensão deve vigorar até que seja definido o limite sustentável de abate, e que esse limite possa ser correctamente implementado no nosso país.

É confrangedora a inércia da tutela da caça perante a situação dramática da rola-brava em Portugal. É urgente que o Ministério da Agricultura tome medidas:

1. Suspender a caça à rola-brava até existir informação inequívoca sobre o nível sustentável de abate. Portugal deve mostrar que está realmente empenhado na protecção da espécie, deve tomar a iniciativa de suspender a caça, e depois influenciar os vizinhos espanhóis e franceses para fazerem o mesmo.
2. Implementar medidas de gestão do habitat agrícola da rola-brava. O Ministério da Agricultura tem nas suas mãos o instrumento financeiro adequado, que é o Programa de Desenvolvimento Rural. Em vez de canalizar centenas de milhões de euros para os regadios intensivos e para as monoculturas florestais, o Ministro da Agricultura tem a possibilidade de criar medidas agro-ambientais que favoreçam o habitat da rola-brava. Medidas que sirvam os agricultores que querem manter os mosaicos agrícolas tradicionais, as sebes e os bosquetes, fundamentais para a sua nidificação.
3. Divulgar as estatísticas da caça e criar mecanismos efectivos de seguimento do número de exemplares abatidos. A C6 já obteve do Secretário de Estado das Florestas a promessa de que os dados dos abates iriam ser divulgados, mas até agora não se viu nada. Não é possível fazer uma boa gestão da caça, sem se conhecerem os números do abate efectuado em cada época.

Consideramos ainda que o Ministério do Ambiente, Ministério que tutela a área da conservação da biodiversidade, se deveria pronunciar com prontidão, deixando clara a sua posição sobre o risco de extinção em Portugal da rola-brava e sobre o que vai fazer para reverter a situação.

A C6 apela aos caçadores de Portugal que pressionem a tutela a tomar as medidas adequadas de protecção da rola-brava, especialmente a suspensão da caça e as medidas de gestão do habitat. Só assim será possível proteger agora para continuar a caçar no futuro esta espécie, que é tão querida dos portugueses.

Notas para os Editores:

- (1) The IUCN Red List of Threatened Species, *Streptopelia turtur*: <http://www.iucnredlist.org/details/22690419/0>
- (2) International Single Species Action Plan for the Conservation of the European Turtle-dove *Streptopelia turtur* (2018 to 2028): <http://www.trackingactionplans.org/SAPTT/downloadDocuments/openDocument?idDocument=59>
- (3) Censo de Aves Comuns: <http://www.spea.pt/gca/index.php?id=131>
- (4) Dias, S. (2016). Critérios para a gestão sustentável das populações de rola-brava [*Streptopelia turtur* (L.)] em Portugal. Padrões de abundância, reprodução e pressão cinegética. TESE APRESENTADA PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM ENGENHARIA FLORESTAL E DOS RECURSOS NATURAIS. Instituto Superior de Agronomia. Lisboa.

Contactos para mais informações:

QUERCUS | Nuno Sequeira | nunosequeira@quercus.pt | www.quercus.pt | 93 778 84 74 (coordenação da C6 em 2018)

ANP – Associação Natureza Portugal em associação com WWF | Ângela Morgado | amorgado@natureza-portugal.org | www.natureza-portugal.org

FAPAS | Nuno Gomes Oliveira | fapas@fapas.pt | www.fapas.pt | 917888272

GEOTA | Hélder Careto e Miguel Jerónimo | geota@geota.pt | www.geota.pt

LPN – Liga para a Proteção da Natureza | Miguel Geraldès | miguel.geraldès@lpn.pt | www.lpn.pt

SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves | Domingos Leitão | domingos.leitao@spea.pt | www.spea.pt

19-12-2018 Oportunidades de Pesca 2019 – Ministros das pescas da UE optam por estagnar trajetória e comprometem fim da sobrepesca em 2020.

Às primeiras horas de hoje, no final de mais uma longa e pouco transparente negociação, os Ministros das Pescas da União Europeia reunidos em Conselho em Bruxelas decidiram as possibilidades de pesca para 2019. Na penúltima decisão antes de 2020 – ano em que, segundo a Política Comum das Pescas (PCP), todos os *stocks* têm que estar aos níveis do Rendimento Máximo Sustentável (*Maximum Sustainable Yield* – MSY), os ministros voltaram a estabelecer volumes de capturas acima dos pareceres científicos, tendo-se registado, tudo indica, uma estagnação da tendência lentamente positiva que tinha sido registada em anos anteriores. A confirmar-se este cenário, resta aos Ministros apenas 1 ano para atingir as metas com que se comprometeram em 2013. Portugal terá tido um desempenho misto neste Conselho – respeitando a ciência apenas para os *stocks* com estimativa de MSY – com exceção da pescada.

Desde 2013, quando coassinaram a reforma da PCP, que os Ministros europeus das pescas sabem que têm que fixar limites de pesca que respeitem os pareceres científicos e que permitam atingir o rendimento máximo sustentável, o mais tardar até 2020, para todos os *stocks*. O mesmo pode ser afirmado para a obrigação de desembarque, que consiste na introdução faseada da imposição de trazer para terra as capturas indesejadas que habitualmente eram devolvidas ao mar – denominadas de rejeições – e que se aplicará a todas as frotas europeias a partir de 1 de janeiro de 2019. “A introdução desta medida, que se pretendia gradual, foi sendo sucessivamente adiada pelos Estados-Membros, ao longo dos últimos 5 anos. Não é aceitável que seja agora referida como desculpa para aprovar limites de pesca acima dos pareceres científicos”, disse Gonçalo Carvalho, representante da PONG-Pesca.

Nos *stocks* mais importantes para Portugal, terá havido, tudo indica, dois pesos e duas medidas. Os pareceres terão sido desrespeitados para os *stocks* com informação menos robusta – como o linguado, a solha e as raias – mesmo quando as capturas dos últimos anos têm sido próximas ou mesmo abaixo dos pareceres científicos. “A exigência de seguir os melhores pareceres científicos aplica-se a todos os *stocks*. Para os que têm dados científicos menos robustos, é ainda mais crucial ter uma abordagem precaucionária e respeitar as recomendações”, referiu Gonçalo Carvalho.

Para os *stocks* com estimativa de MSY os pareceres terão sido respeitados em quase todos – como o tamboril, os lagostins ou os areiros. A exceção foi a pescada, para a qual terá sido aprovada a manutenção do TAC do ano anterior e não a redução de 14%, recomendada cientificamente que permitiria atingir já em 2019 o MSY. Para a pescada, assim como para os outros *stocks* em que não foram respeitados os pareceres científicos, “aguarda-se que os Estados Membros, o Conselho e a Comissão tornem públicos os pareceres científicos e as informações que justificaram o adiamento do fim da sobrepesca, bem como o compromisso em atingir a meta de 2020. Espera-se ainda que o texto final tenha referências claras às medidas de controlo e monitorização da obrigação de desembarque.”

O Conselho terá aprovado um TAC em linha com a estimativa de MSY para o carapau, que dará a Portugal a possibilidade de capturar uma quantidade sem precedentes desta espécie, bem acima do que a frota nacional tem capturado. Para Gonçalo Carvalho, “teria sido melhor se tivessem sido ouvidos o sector e as organizações ambientais e aprovado um TAC menor, que permitiria uma gestão cautelosa e a limitação da desvalorização desta espécie. É agora ainda mais urgente desenvolver e implementar uma estratégia de valorização do carapau capturado de forma sustentável, que terá de passar pelo apelo ao consumo da espécie pelos portugueses.”

“É importante relembrar que, para além da obrigação legal em vigor, existem razões ambientais, mas também sociais e económicas para recuperar e manter os *stocks* de peixe a níveis saudáveis, conforme previsto na PCP. E agora não vai haver escolha – no o próximo ano teremos de atingir os objetivos” concluiu Gonçalo Carvalho.

ANEXO 2 - LISTA DAS REFERÊNCIAS NA COMUNICAÇÃO SOCIAL – 2018

ARTIGOS NA COMUNICAÇÃO SOCIAL 2018

- 02-02-2018 | TSF | Fabrióleo contesta ordem de encerramento com trabalho da Universidade Nova
- 14-02-2018 | É Fumaça | José Socrates sobre os seus anos de governo
- 24-02-2018 | Diário de Notícias | Movimento proTEJO elege equipa diretiva até 2020 e renova compromisso com o rio Tejo
- 16-03-2018 | Público | EDP pagou bónus de quase 20 milhões a construtoras investigadas na Lava-Jato e na Operação Marquês
- 27-03-2018 | Noticias Magazine | O problema com as couves
- 27-04-2018 | O Jogo | Celtejo ganha prémio do GEOTA de más práticas na gestão de rios
- 27-04-2018 | Diário de Notícias | Celtejo ganha prémio do GEOTA de más práticas na gestão de rios
- 27-04-2018 | Dinheiro vivo | Celtejo ganha prémio do GEOTA de más práticas na gestão de rios
- 27-04-2018 | Wilder | CONHEÇA OS VENCEDORES DO PRIMEIRO PRÉMIO DEDICADO AOS RIOS DE PORTUGAL
- 20-05-2018 | Público | Rede Douro Vivo vai avaliar o impacto das barragens na bacia do rio
- 22-05-2018 | Diário Notícias | Universidades e ecologistas passam Douro a pente fino
- 22-05-2018 | Mundo Lusitana | Projeto internacional vai cuidar do rio Douro nos próximos cinco anos
- 24-05-2018 | Wilder | REDE DOURO VIVO QUER PROTEGER O DOURO E OS SEUS AFLUENTES
- 24-05-2018 | Sicnoticias | "Estamos a falar de mentiras de Estado que nos pregaram nos últimos 25 anos"
- 26-06-2018 | Viva Douro | Barragens do Douro serão avaliadas pela Rede Douro Vivo
- 04-06-2018 | Sábado | Barragens canceladas podiam ser fonte de água importante para o Interior
- 23-07-2018 | o Jogo | GEOTA critica desconhecimento e desrespeito pela conservação dos rios
- 30-08-2018 | 24 Sapo | Ambientalistas pedem "penalização exemplar" para responsáveis por crimes ambientais
- 20-09-2018 | Ambiente Magazine | ASSOCIAÇÃO AMBIENTALISTA GEOTA PEDE ESCLARECIMENTOS À APA
- 21-09-2018 | 24 Sapo | Grupo ambientalista GEOTA receia interesse da Iberdrola na barragem de Fridão
- 04-10-2018 | Ambiente Magazine | PRIMEIRA CIMEIRA EUROPEIA DOS RIOS REALIZOU-SE EM SARAJEVO, COM A PRESENÇA DO GEOTA
- 09-10-2018 | Jornal Económico | "Agora imagina um mundo onde a tua cerveja favorita sabe a água suja". WWF lança campanha para defender Lei da Água na UE
- 17-10-2018 | Sinal TV | Rio Tâmega em debate na ADRAT no próximo dia 22 de outubro
- 17-10-2018 | Ambiente Magazine | GEOTA E POPULAÇÃO LOCAL JUNTAM-SE PARA IMPEDIR BARRAGEM DE FRIDÃO
- 18-10-2018 | Jornal de Notícias | Ação popular contra barragem em "zona sísmica
- 18-10-2018 | Jornal Economico | Ana Brazão do GEOTA: "Temos que desmistificar o papel das barragens na luta contra as alterações climáticas"
- 13-11-2018 | 24 Sapo | Ambientalistas pedem suspensão da caça à rola-brava, espécie que desde 2015 está vulnerável à extinção
- 26-11-2018 | Lusa | Associações ambientalistas escrevem a ministro preocupadas com venda da Comporta
- 01-12-2018 | Evasões | Passadiços do Paiva: melhor atração de aventura do mundo
- 19-12-2018 | 24 Sapo | Europa compromete fim da sobrepesca em 2020, com dois pesos e duas medidas para Portugal

ARTIGOS NA COMUNICAÇÃO SOCIAL 2018

<https://www.tsf.pt/sociedade/ambiente/interior/fabrioleo-contesta-ordem-de-encerramento-com-trabalho-da-universidade-nova-9091823.html>

TSF

DATA: 02-02-2018

02-02-2018

| TSF |

Fabrióleo contesta ordem de encerramento com trabalho da Universidade Nova

A equipa de investigadores independentes da Universidade Nova, liderada por Joanaz de Melo e que está a trabalhar para a empresa, considera que a poluição provocada pela Fabrióleo é muito reduzida.

A Fabrióleo contesta a ordem de encerramento e um dos argumentos é que está a trabalhar com uma equipa de investigadores independentes da Universidade Nova que já terá encontrado mais de 50 fontes de poluição naquela zona. Ao que a TSF apurou, a fábrica contratou essa equipa em 2016, que é coordenada por João Joanaz de Melo, professor e dirigente da associação ambientalista GEOTA.

Num [relatório do ano passado](#), a equipa afirma que "nesta fase apenas podemos afirmar que, face a toda a documentação consultada e a observação no terreno da fábrica e do curso do Ribeiro do Serradinho, a Fabrióleo terá uma influência mínima na poluição" do Ribeiro do Serradinho e da Ribeira da Boa Água".

O estudo conclui que "encontrámos indícios de muitas outras fontes poluentes na região, mas conclusões definitivas sobre esta matéria dependem de um estudo detalhado à escala da bacia hidrográfica, que está fora do âmbito do presente relatório".

O relatório coordenado por Joanaz de Melo diz que são necessárias mais análises na bacia hidrográfica, mas do trabalho feito até ao momento não encontrou qualquer evidência de que a poluição no Ribeiro do Serradinho e na Ribeira da Boa Água tenha influencia significativa da Fabrióleo. Pelo contrário, acrescenta há outros poluidores na zona, provavelmente mais graves.

Joanaz de Melo afirma que, por falta de caudal de água, não tem sido possível fazer testes que permitam dar mais detalhes e recusa comentar os argumentos das autoridades para defenderem o fecho a Fabrióleo.

O relatório desta equipa também refere que é mais uma questão política o facto de a fábrica construída não ter licenças para estar em zona de reserva ecológica nacional, reserva agrícola nacional e no domínio público hídrico, além de ser acusada de ter construído ilegalmente a nova ETAR. "Há aspetos do processo que não estão completos, mas a fábrica tem uma licença de laboração e de descarga".

Dora Pires falou com Joanaz de Melo

Joanaz de Melo defende que, apesar de este trabalho ser pago pela Fabrióleo, não trabalha para a empresa e a empresa não tem influência nas conclusões dos relatórios. Quanto ao facto de ser um conhecido ambientalista, isso é outra coisa, defendendo que é ambientalista nas horas vagas e que este trabalho é feito em nome da Universidade e que não tem qualquer relação com o que faz nas horas vagas. Joanaz de Melo admite ainda que não tem prazer em trabalhar para indústrias com problemas de poluição, mas "é o país que temos".

<https://fumaca.pt/jose-socrates-governo/>

É Fumaça

DATA: 14-02-2018

14-02-2018

| É Fumaça |

José Socrates sobre os seus anos de governo

José Sócrates foi Primeiro-Ministro cerca de 6 anos. Tomou posse em 2005 e saiu, demitindo-se a meio do segundo mandato, em 2011. Antes, ocupou os cargos de Secretário de Estado-Adjunto do Ministro do Ambiente e de Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território. É uma das figuras que mais influenciou as decisões políticas em Portugal nas últimas duas décadas, com consequências que moldam o presente.

A presença de Sócrates na vida mediática nacional sempre foi constante. Seja como objeto de notícia, pelos cargos que ocupava, como comentador político na estação pública ou, mais recentemente, como “cabeça de cartaz” da Operação Marquês, em que é acusado pelo Ministério Público de 31 crimes, Sócrates nunca desapareceu.

Ainda assim, desde que abandonou a governação, poucas vezes foi confrontado com as suas próprias decisões, de forma aprofundada, crítica. Quando um político ou uma política deixa de ser governante, o seu passado como representante deixa de ter interesse para a comunicação social. Interessa o presente. Interessam as ideias para o futuro. José Sócrates não é caso único. Pedro Passos Coelho, Rui Rio, Pedro Santana Lopes, Marques Mendes, Jorge Coelho, são apenas alguns dos nomes, poucas vezes confrontados com o fizeram nos Verões passados. Embora tenham exposição e espaço mediático, as suas decisões parecem confortavelmente esquecidas.

No É Apenas Fumaça, acreditamos que o papel do jornalismo é escrutinar a Democracia: questionar as decisões tomadas, responsabilizar os representantes, dar voz aos representados. Para isso, é necessário contrariar o presentismo e remexer o passado, confrontando quem decidiu com as suas decisões – é a isto que se refere José Sócrates, quando batiza o nosso trabalho de “arqueologia política”.

Esta entrevista é sobre os anos de Governo de José Sócrates. Sobre as suas decisões e as consequências. Escolhemos aprofundar 3 temas: Ambiente, falando sobre o Plano Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH) e sobre a reforma das florestas, rejeitada e adiada até hoje; Economia e Finanças, escrutinando as consequentes mudanças aos programas apresentados pelo seu governo e a austeridade imposta já em 2009; Educação, abordando o sistema de avaliação de professores, numa altura em que se deram as maiores manifestações de professores em Portugal e a Parque Escolar, questionando sobre a derrapagem orçamental que se seguiu à sua apresentação.

Falámos ainda sobre os múltiplos casos judiciais em que José Sócrates se tem visto envolvido nas últimas duas décadas e sobre a sua relação com os média, nomeadamente as pressões sobre o Jornal Nacional de sexta-feira na TVI, apresentado por Manuela Moura Guedes.

<https://www.dn.pt/lusa/interior/movimento-protejo-elege-equipa-diretiva-ate-2020-e-renova-compromisso-com-o-rio-tejo-9142928.html>

Diário de Noticias

DATA: 24-02-2018

24-02-2018 | Diário de Noticias | Movimento proTEJO elege equipa diretiva até 2020 e renova compromisso com o rio Tejo

O Movimento pelo Tejo - proTEJO elegeu hoje uma nova equipa diretiva até 2020, com elementos representativos de toda a bacia do Tejo, tendo os ambientalistas anunciado a "renovação do compromisso contra a poluição do rio Tejo e dos seus afluentes".

O Conselho Deliberativo do proTEJO - Movimento Pelo Tejo, fundado em 2009 e que agrega 41 membros, entre associações ambientalistas, autarquias e cidadãos, reuniu hoje em Vila Nova da Barquinha, no distrito de Santarém.

O seu porta-voz, Paulo Constantino, elencou à Lusa os desafios que se colocam aos objetivos globais de ter "um rio Tejo vivo e vivido" e que "passam pelas alterações climáticas, pela conectividade, qualidade e quantidade das águas, revisão dos caudais definidos na Convenção de Albufeira" e promoção de "debates, conferências e estudos de modelos para a retenção de água da bacia do Tejo", entre outros.

"Este é um trabalho que nunca acaba pelas dinâmicas próprias do planeta e pela própria ação do homem no meio ambiente onde vive, pelo que o trabalho de cidadania constante é cada vez mais importante para a preservação da qualidade dos habitats, no caso a fauna, a flora, e o combate a várias situações que afetam o próprio ser humano no usufruto deste recurso natural tão importante e que importa defender e preservar", frisou Paulo Constantino, dirigente que a partir de hoje passa a contar na estrutura com mais um porta-voz, num total de três.

A partir de hoje junta-se a Paulo Constantino e a José Moura, (da associação Ambiente em Zonas Uraníferas, de Nisa), como porta-vozes, Ana Brazão, do GEOTA (Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente), de Lisboa, que "detém um importante conhecimento técnico e científico enquanto coordenadora do projeto Rios Livres", notou, tendo apontado para uma das vertentes que o proTEJO quer colocar na agenda nos próximos tempos.

"Agora que se fala em transformar o rio Tejo num Alqueva, com a construção de açudes e barragens que permitam a navegabilidade e a cultura de regadio, importa debater e conhecer quer os problemas estruturais no rio decorrentes dessas construções, quer também da poluição, que advirá da produção agrícola", referiu o ambientalista.

Ana Brazão é especialista na questão dos impactos das barragens nos recursos naturais e "é uma mais valia para o proTEJO e para o debate que importa fazer", sublinhou, tendo feito notar que, com os três porta-vozes que hoje assumiram funções, e até 2020, o movimento fica com representantes de Vila Velha de Rodão, Castelo Branco (AZU), Lisboa (GEOTA), passando por Vila Nova da Barquinha, em Santarém (proTEJO).

O PROTEJO aprovou hoje a realização de várias iniciativas, entre elas uma concentração solidária para com Arlindo Marques e outros ativistas alvo de processos judiciais, a decorrer a 19 de maio junto ao cais fluvial de Vila Velha de Rodão. No mesmo dia decorrerá a sexta edição do 'Vogar contra a indiferença', no troço do Tejo entre Vila Velha de Rodão e as Portas de Rodão.

A realização de um concerto solidário para com Arlindo Marques, ativista alvo de um processo judicial em que a empresa de celulose Celtejo reclama 250 mil euros por difamação, e o estabelecer de uma parceria com a Amnistia Internacional são outras das ações referidas por Paulo Constantino.

O movimento pretende ainda lançar este ano uma campanha de sensibilização junto de escritores, músicos e humoristas, realizar jornadas sobre direito ambiental dirigidas a juristas e magistrados, promover uma conferência sobre caudais ecológicos da água e a Convenção de Albufeira, e um debate sobre as secas periódicas, as alterações climáticas e modelos alternativos às barragens no Tejo.

Para o biénio 2018-2020, João Machado, presidente da junta de freguesia de Vila Nova da Barquinha, foi hoje eleito presidente do Conselho Consultivo. José Louza, da Eco-Cartaxo, assumiu o lugar de presidente da Mesa do Conselho Deliberativo, contando com António Costa, do Movimento Cívico Ar Puro, de Rio Maior, como vice-presidente, e de Arlindo Marques, do proTEJO, como secretário, função que acumula com a de coordenador da rede de vigilância do Tejo.

<https://www.publico.pt/2018/03/16/economia/investigacao/edp-deu-bonus-de-20-milhoes-a-construtoras-do-lava-jato-e-operacao-marques-1806747>

Público

DATA: 16-03-2018

16-03-2018

| Público |

EDP pagou bónus de quase 20 milhões a construtoras investigadas na Lava-Jato e na Operação Marquês

O reconhecimento de que podem ter existido práticas irregulares entre a EDP e as construtoras Lena e Odebrecht levou António Mexia a proteger-se e a encarregar a EY Portugal de realizar uma auditoria ao plano de barragens.

Em 2017, a EDP fez entrar nos cofres do consórcio luso-brasileiro formado pelas construtoras Lena e Odebrecht uma quantia extra a carecer de justificação. As empresas reclamaram quase 20 milhões de euros, e o pagamento, que se terá situado abaixo daquele montante, levantou objecções dentro da empresa liderada por António Mexia e ajudou a fazer disparar em 55% (para 760 milhões de euros) o custo da Barragem do Baixo Sabor, em Trás-os-Montes. A quantia foi acordada já depois de a infra-estrutura hidroeléctrica ter sido inaugurada e no contexto de uma negociação confinada ao círculo restrito da dona da obra, a EDP, e das duas empreiteiras, apurou o PÚBLICO.

O último capítulo da construção da barragem hidroeléctrica do Baixo Sabor, em Trás-os-Montes, começou a ser escrito só em 2017, na sala de reuniões dos escritórios de advogados, onde os representantes da EDP e os do consórcio luso-brasileiro tinham a atenção voltada para uma folha de cálculo: o documento onde a Odebrecht e a Lena inscreveram a verba adicional que queriam receber, mas que tinham dificuldade em justificar e a dona da obra hesitava em legitimar. E foi esta ponta solta que foi dirimida no segredo dos advogados, tendo as partes prescindido de recorrer a um tribunal arbitral. A verba reclamada foi ajustada para um valor inferior aos quase 20 milhões pedidos.

Confrontado com a existência de um tribunal arbitral para dirimir o pedido das construtoras, fonte oficial da EDP explicou que, embora tivesse sido equacionado, “não houve” nenhum. A mesma fonte adianta que “houve custos adicionais que resultaram, essencialmente, de duas circunstâncias: a) atrasos na obra decorrentes das providências cautelares requeridas contra o Estado e b) um conjunto de trabalhos que não estavam especificados nos preços contratuais acordados”. Em relação ao valor pago, a EDP não prestou qualquer esclarecimento, ignorando a questão.

A decisão de António Mexia de ressarcir a Odebrecht e a Lena com a quantia extra levantou objecções por parte de alguns executivos da EDP, para quem o pagamento “carecia de fundamentação”. Mas tudo se passou em ambiente controlado. E percebe-se porquê.

É que quando, em 2017, a EDP e a Odebrecht-Lena se sentaram à mesa, longe dos tribunais judiciais, para fechar o dossier, as grandes investigações desencadeadas dos dois lados do Atlântico tinham entrado nos “finalmentes”. As condenações produziam-se em cascata. Entre os protagonistas do Lava-Jato destacam-se a Odebrecht e o ex-Presidente Lula da Silva, enquanto na Operação Furacão figuram o Grupo Lena e o ex-primeiro-ministro José Sócrates. E o potencial político era, evidentemente, explosivo.

À construtora de Leiria, o Ministério Público já imputou os crimes de corrupção activa, branqueamento de capitais e fraude fiscal qualificada, enquanto no Brasil o juiz Sérgio Moro colocou a Odebrecht à frente da engrenagem da maior rede de corrupção de desvio de verbas de grandes obras com cariz público. Traduzindo: a troca de aceder aos grandes contratos a necessitarem de autorizações políticas, a empreiteira distribuía comissões a políticos e gestores. E sobrefacturava aos clientes para corromper.

Como parte dos acordos de delação premiada, colaboradores da empreiteira brasileira revelaram em 2016 que da Odebrecht tinham saído, em 2015, 750 mil euros para pagar subornos relacionados com o projecto do Baixo Sabor. Uma quantia modesta quando comparada com as somas exorbitantes referidas no Lava-Jato, mas que tornou sensível a discussão dirimida em tribunal arbitral em torno do pagamento dos 20 milhões de euros.

Um dos pivôs da negociação de bastidores, em representação da EDP, foi o escritório de advocacia CMS Rui Pena & Arnaut. José Luís Arnaut, dirigente social-democrata e antigo ministro adjunto de Durão Barroso, que acumula com as funções de advogado, com as de presidente do conselho de administração da ANA — Aeroportos de Portugal e membro do conselho de administração do conselho consultivo internacional do Goldman Sachs, garantiu ao PÚBLICO que não esteve envolvido, mas sim Rui Pena.

O jogo do empurra não ficou por aqui. A Odebrecht Portugal remeteu os esclarecimentos para a construtora Lena, “a líder do consórcio”. E os serviços jurídicos da empresa de Leiria asseguraram desconhecer qualquer negociação reservada envolvendo a obra de Trás-os-Montes. Até informaram que iam clarificar o equívoco e que voltariam a ligar para o PÚBLICO, o que não se verificou.

Antes do pagamento da verba extra acordada entre advogados, já as construtoras tinham pedido para serem ressarcidas por trabalhos a mais. Nessa altura reivindicaram cerca de 90 milhões de euros: uma parte foi tida como válida pela EDP e outra foi recusada por ser responsabilidade do consórcio.

O reconhecimento de que podem ter existido práticas irregulares entre a EDP e as construtoras Lena e Odebrecht foi assumido por António Mexia quando, na qualidade de presidente executivo (CEO) da EDP, encarregou a EY Portugal (ex-Ernst & Young) de fazer uma auditoria externa ao plano de barragens da EDP, com ênfase na infra-estrutura do Baixo Sabor, um investimento relevante e oneroso.

A decisão de António Mexia de ressarcir a Odebrecht e a Lena, que reclamaram uma quantia extra de 20 milhões de euros, levantou objecções por parte de executivos da eléctrica

Nas contas da EDP, o investimento foi contabilizado em torno dos 490 milhões de euros, mas disparou para 760 milhões no fecho de contas. Deste total, mais de 80% entraram nos cofres das empreiteiras ao abrigo do contrato. Já os 270 milhões de euros de acréscimo incorporam o adicional de 20 milhões (7,5% do aumento) regularizados em 2017 junto da Odebrecht e da Lena, bem como as outras compensações exigidas pelas empreiteiras, designadamente pelo período inicial da paragem da obra em que o estaleiro esteve montado e os trabalhadores foram remunerados.

Ao PÚBLICO, fontes não oficiais da EDP confirmaram que o pedido de auditoria à EY foi uma deliberação de Mexia, que não passou pela comissão executiva e que formalmente, até ao final da semana passada, desconhecem se o trabalho produziu conclusões.

Já segundo a EDP, “as auditorias internas e externas que foram solicitadas (...) já se encontram concluídas”.

José Sócrates, então primeiro-ministro, Manuel Pinho, então ministro da Economia, e António Mexia numa visita à barragem do Baixo Sabor em 2009

O pedido de auditorias seguiu-se à confirmação, em Junho de 2017, por parte do Ministério Público de que tinha aberto investigações (na sequência de uma queixa-crime apresentada pela organização ambientalista GEOTA) à construção da Barragem do Baixo Sabor, por suspeitas de corrupção e de subornos. E que as autoridades analisavam os acordos assinados em 2007 entre José Sócrates e a EDP, que alargaram a concessão de 27 barragens à EDP, sem concurso público.

Os inquéritos judiciais à EDP incluem ainda as designadas “rendas excessivas” da energia, o que culminou já na constituição de sete arguidos, sendo um deles António Mexia, suspeito dos crimes de corrupção activa e passiva e de participação económica em negócio. Em síntese: é a proximidade de Mexia a José Sócrates e ao seu ex-ministro da Economia, Manuel Pinho, que está debaixo dos holofotes das autoridades. Ao PÚBLICO, fonte da PGR explicou que “o designado processo dos CMEC [custos de manutenção do equilíbrio contratual] é passível de consulta”, enquanto o que está associado aos investimentos nas barragens “se encontra em segredo de justiça”.

Mas não foram apenas os sucessivos atrasos na construção do projecto de Trás-os-Montes e o aumento do preço global, em cerca de 55%, a tornar o investimento na bacia do Douro mediático. Foram os detalhes de um projecto que, em 2010, Sócrates incluiu no Plano Nacional de Barragens, facilitando o acesso da EDP a volumosos benefícios. A Barragem do Baixo Sabor é considerada o armazém de energia do rio Douro e o maior centro de produção hidroeléctrica do país.

Depois de, em 2004, o Governo ter anunciado a intenção de avançar com a obra, e de esta ter sido apresentada em 2007 por José Sócrates, a EDP abriu um concurso público internacional para seleccionar o construtor. E ganhou a Lena, uma média empresa de Leiria sem experiência ou competências técnicas para a levar por diante. As dúvidas foram sanadas quando apareceu associada à Odebrecht (que em Portugal opera através da Bento e Pedroso), que na prática assumiu a chefia.

A 2 de Junho de 2008, a imprensa económica citava fonte da EDP a justificar a vitória da Lena na licitação internacional por ter apresentado a proposta mais competitiva: “Duzentos e cinquenta milhões.” A 30 de Junho do mesmo ano, na sequência da cerimónia de lançamento da primeira pedra, a Lena emitiu um comunicado a informar que a encomenda seria executada em “60 meses”: estaria concluída a 30 de Junho de 2013. Mas só foi inaugurada em 2016. Questões ambientais, exigências dos municípios de ajustamento ao projecto e investimentos na linha ferroviária foram as razões racionais para protelar prazos.

Joaquim Barroca do Grupo Lena, estaria autorizado a movimentar as contas na Suíça que alegadamente pertenciam a José Sócrates

Nessa época áurea das relações luso-brasileiras, a Lena e a Odebrecht atravessavam um período de prosperidade, sustentado nas suas ligações ao poder político de ambos os países. Em Portugal, a proximidade da Lena ao ex-primeiro-ministro José Sócrates é conhecida. O Ministério Público acusa Sócrates, entre outras coisas, de ter promovido contactos e reuniões com políticos e gestores com o propósito de beneficiar o grupo de Leiria (usando como testa-de-ferro o amigo Carlos Santos Silva, então gestor da Lena). As autoridades admitiam ainda que um dos principais rostos do Grupo Lena, Joaquim Barroca Rodrigues, estava autorizado a movimentar as contas na Suíça que alegadamente pertenciam a José Sócrates.

No Brasil, o ex-ministro Antonio Palocci considerou que o núcleo duro do ex-Presidente Lula da Silva celebrara um “pacto de sangue” com a Odebrecht, que, para além de o ter subornado, destinou ao Partido dos Trabalhadores 81,1 milhões de euros em troca de favorecimento em contratos. Em 2013, o ex-Presidente esteve em Lisboa, financiado pela Odebrecht, para apresentar o “livro” de Sócrates. A construtora justificou-se então com o facto de esta ser uma prática habitual: também pagava viagens ao ex-primeiro-ministro espanhol Felipe González.

Quando a 11 de Setembro de 2013, numa viagem ao Brasil, António Mexia avisou os amigos de que não podia estar presente no Museu Histórico Nacional, no centro da capital paulista, onde ia ser agraciado pela Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, ninguém se surpreendeu.

Afinal, em vez disso, Mexia ia encontrar-se com o poderoso presidente da Odebrecht, Marcelo Odebrecht, que bem conhecia. O homem que, durante os governos do Partido dos Trabalhadores, multiplicara por seis a facturação da construtora, passando de 17,3 biliões de reais, em 2003, para 107,7 biliões, em 2014 (segundo a revista Veja). Para mais, a EDP tinha negócios relevantes com a Odebrecht; com a construção da Barragem do Baixo Sabor há dois anos enalhada, nada mais natural do que se encontrarem.

E foi assim que, em vez de Mexia, apareceu a representar o presidente da EDP Ana Maria Fernandes, então a presidir à EDP Brasil. Na sala onde a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro celebrava 102 anos com a presença de 500 convidados, encontrava-se um lote de notáveis: o ex-ministro Miguel Relvas, Nuno Fernandes Thomaz, da CGD, Fernando Teles, do Banco BIC, e a própria Ana Maria Fernandes. Todos seriam, como Mexia, agraciados durante o jantar.

O porta-voz de António Mexia não confirma o encontro, resposta que surpreendeu quem esteve no evento, que em declarações ao PÚBLICO se interroga: “Ai não esteve? Mas foi o que ele nos disse para justificar a ausência no jantar onde ia receber o prémio.”

O que Mexia estava longe de imaginar é que daí a dois anos, a 19 de Junho de 2015, o juiz Sérgio Moro decretaria a prisão do empresário brasileiro Marcelo Odebrecht, por estar no epicentro do esquema de sobre facturação em grandes contratos.

Depois de começar por se declarar inocente, para sobreviver, Marcelo Odebrecht acabou por identificar a cadeia de comando do esquema de corrupção, o que lhe permitiu uma condenação de 19 anos de prisão, mas a cumprir domiciliariamente.

No quadro de um acordo de delação premiada, Marcelo Odebrecht revelou ao juiz Sérgio Moro que a Odebrecht tinha um departamento com funções específicas: pagar e contabilizar subornos, branquear capitais. O dinheiro que saía do denominado “Sector de Operações Estruturadas” destinava-se a garantir que a empreiteira acedia aos grandes negócios, sempre com cariz público, quer no Brasil quer noutras geografias.

No seu site oficial, a Odebrecht apresenta-se como estando na América do Sul, na América Central, nos EUA, em África e no Médio Oriente. A excepção a estes mercados é Portugal, onde adquiriu há 30 anos a Bento e Pedroso (agora Odebrecht), apanhada na Operação Monte Branco a branquear 6,1 milhões de euros.

Foi do sector-sombra da Odebrecht, onde a contabilidade paralela era averbada, que chegou a pista que interessa às autoridades portuguesas que investigam a EDP, a Lena e José Sócrates.

Em 2016, segundo relatos do jornal Globo e da revista Veja, a responsável pelo Sector das Operações Estruturadas, Maria Lúcia Tavares, começou a ajudar a equipa de Sérgio Moro a levantar a ponta do véu, contando que geria seis contas e que de uma, da “Paulistinha”, foram levantados 60 milhões de reais para pagar luvas em duas operações internacionais: no Peru (onde decorre uma investigação designada de Lava Dólar) e em Portugal.

A funcionária narrou mais. Entre 25 de Março e 9 de Abril de 2015, a conta “Paulistinha” contabilizou seis transferências, no total de 750 mil euros, relacionados com subornos pagos no quadro da Barragem do Baixo Sabor. Na sequência, Sérgio Moro repassou a informação para as autoridades portuguesas, que as incluíram, segundo o Observador, na Operação Marquês.

André Gustavo foi detido no Brasil em Julho do ano passado no âmbito da Operação Lava-Jato

As averiguações desencadeadas em Portugal e no Brasil expuseram uma teia de relações promíscuas. Um dos nomes monitorizados por Sérgio Moro foi o do ex-publicitário do PSD André Gustavo Vieira da Silva, detido no final de Julho de 2017 por corrupção no quadro do Lava-Jato. André Gustavo (como é conhecido) ocupou, entre 2010 e 2016, um lugar central como estratega de marketing do PSD, sendo-lhe a ele atribuídos os méritos nas vitórias eleitorais do PSD.

Da caixa de correio de André Gustavo terá saído, já depois de Pedro Passos Coelho ter assumido a chefia do Governo em 2012, um email a propor a agilização dos contactos entre a EDP e as empreiteiras Odebrecht e Lena, num momento em que a obra do Baixo Sabor marcava passo.

A mensagem electrónica associa quadros do grupo EDP e da EDP Produção, que constrói e explora o plano de barragens hidroeléctricas, sob orientação de António Mexia. Confrontado pelo PÚBLICO sobre a existência do email, o administrador da EDP Produção, António Ferreira da Costa, sugeriu que, “dada a matéria em questão”, se contactasse a secretária-geral da EDP, Teresa Pereira, que não respondeu ao telefonema. Um outro responsável da EDP, quando contactado sobre o mesmo tema, remeteu o

assunto para a área de comunicação da EDP, ironizando: “Fale com o departamento Goebbels”, numa referência ao ministro da propaganda de Adolf Hitler.

E acabaria por ser do gabinete de comunicação da EDP que chegaria a explicação: “A EDP desconhece os emails e não faz parte do processo.”

Em 2015, António Mexia acabou por encarregar o administrador Rui Teixeira de fechar o dossier do Baixo Sabor.

No contexto do trabalho com o título “Os bastidores de um sobrevivente, Mexia a caminho da EDP”, de Dezembro de 2017, o PÚBLICO tinha já interpelado o CEO da EDP sobre a sua relação com André Gustavo. Mexia afiançou então que nunca se reunira ou tivera contactos com o lobbyista, apenas se haviam cruzado em acontecimentos sociais. O PÚBLICO apurou outros factos que fonte oficial da EDP mais tarde reconheceu.

Em 2008, quando se ficou a saber que o consórcio Lena/Odebrecht tinha ganho o concurso público de execução da Barragem do Baixo Sabor, André Gustavo fizera uma primeira tentativa de aproximação à EDP. Por email, o publicitário dirigiu-se a António Mexia a propor-se para facilitar a entrada da EDP na Light, a distribuidora de electricidade do Rio de Janeiro, uma operação a necessitar de financiamentos e autorizações estatais.

A 7 de Maio de 2008, António Mexia reencaminhou a mensagem para o chefe de gabinete João Paulo Mateus, que, por sua vez, um dia depois, a remeteu para Miguel Setas, administrador com responsabilidades na operação da EDP no Brasil, para que este avaliasse se o teor interessava. A transacção não se concretizou.

“Tratou-se apenas de um email, e dali não resultou qualquer decisão”, afiança fonte oficial da EDP, e não confirmou os encontros tidos entre Mexia e André Gustavo no piso intermédio da entrada do Hotel Marquês de Pombal, em Lisboa, onde funciona o bar, e que servia de “escritório” ao publicitário.

É expectável que as mensagens electrónicas de André Gustavo possam acabar interceptadas pelo Ministério Público quando este acabar de analisar a extensa documentação recolhida durante as buscas à EDP, a 2 de Junho de 2017.

Por mera coincidência, um mês depois de a Polícia Judiciária ter entrado na sede da EDP, no Brasil, a 27 de Julho do ano passado, a Polícia Federal prendia André Gustavo, quando este se preparava para embarcar no aeroporto do Recife, com destino a Brasília. No mesmo dia, o ex-presidente do Banco do Brasil (e da Petrobras) Aldemir Bendine seria também detido com a viagem de avião para Lisboa comprada, mas sem bilhete de regresso.

Na altura, já Sérgio Moro tinha comprovativos de um outro episódio: entre 17 de Junho e 1 de Julho de 2015, saíram também da Odebrecht três milhões de reais (767 mil euros) com destino a André Gustavo. A quantia foi repartida em três tranches de dinheiro vivo.

A 21 de Novembro de 2017, o ex-publicitário do PSD confirmou os factos e justificou-os: recebeu os três milhões como remuneração de trabalhos de “consultoria” à construtora para ajudar a desbloquear, junto do Banco do Brasil, uma operação da Odebrecht de 1,7 biliões de reais (450 milhões de euros). E tudo porque o ex-presidente do Banco de Brasil (e da Petrobras) Aldemir Bendine condicionava a renegociação do crédito em troca de luvas no valor de 17 milhões de reais, o correspondente a 1% do contrato.

A cena passa-se em tribunal, com André Gustavo a relatar o que combinara com Marcelo Odebrecht, antes de Sérgio Moro ter enviado o empresário para a cadeia.

As verbas ilícitas foram entregues a “um taxista amigo”, por um funcionário do departamento de “operações estruturadas” da Odebrecht, com nome de código “Cobra”, e mediante a apresentação das senhas “oceano”, “lagoa” e “rio”. Depois, “o taxista amigo” de André Gustavo foi levar o dinheiro a um apartamento alugado pelo seu irmão, António Carlos Vieira da Silva. O ex-publicitário do PSD explicou que parte dos três milhões que recebeu da Odebrecht foram usados para saldar uma dívida de um milhão de reais a um amigo. A restante verba destinou-se ao banqueiro Bendine: 600 mil reais em espécie, que estavam guardados no seu apartamento, foram entregues “numa bolsa” durante um almoço em São Paulo. A segunda tranche, de 350 mil reais, foi recebida por Bendine dentro de um automóvel à entrada do aeroporto internacional de São Paulo/Congonha. André Gustavo avançou ainda que pagou a despesa da estada da família de Bendine em Nova Iorque.

A ligação de André Gustavo ao Lava-Jato

A conexão de André Gustavo ao Lava-Jato é exposta pela primeira vez em Março de 2016, quando o PÚBLICO revelou que a Polícia Federal do estado do Paraná solicitara ao Ministério Público pormenores sobre a sua actuação em território nacional.

Miguel Relvas contratou o brasileiro André Gustavo para ser consultor do PSD

Foi Miguel Relvas, de quem André Gustavo se tornou amigo, que, em 2010, contrata a Arcos Propaganda, de que o pernambucano é sócio, para ser consultora de marketing do PSD. Um acordo que vigorou, pelo menos, até 2016. Relvas explicou então que o lobbyista brasileiro tinha uma ligação forte ao “professor Labareda, grande conhecedor do marketing político”, e que foi isto que contribuiu para que o PSD lhe confiasse a estratégia eleitoral legislativa de 2012 que deu a vitória a Pedro Passos Coelho.

Todavia, foi Luís Filipe Menezes, o ex-autarca da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, que abriu as portas em Portugal ao lobbyista. A 27 de Abril de 2016, em entrevista ao Expresso, na qualidade de ainda publicitário do PSD, André Gustavo confiava que privava há mais de vinte anos com Luís Filipe Menezes (ex-presidente do PSD entre 2008 e 2009) e que tinha sido através deste autarca que conhecera o deputado Marco António Costa, que, por seu turno, o apresentou a Relvas. Os dois ex-ministros de Passos Coelhos.

Por sua vez, em 2011, a Visão adiantava que Relvas passara férias na casa de André Gustavo, em Porto Galinha, onde Menezes tinha comemorado a eleição como líder da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

Em 2016, Relvas “confirmou” que vivia em Lisboa num apartamento do publicitário e que pagava a renda “anualmente”, e que esse rendimento era “declarado em Portugal” por André Gustavo. De acordo com o Correio da Manhã, o apartamento pertenceu a Vítor Santos, conhecido como “o Bibi do Benfica”, e chegou à posse do publicitário através de uma permuta.

As polémicas em torno de André Gustavo, numa altura em que este trabalhava para o PSD, chamaram pela primeira vez a atenção em Agosto de 2015, quando o lobbyista foi a Brasília depor perante a Comissão Parlamentar de Inquérito aos financiamentos ilícitos concedidos pelo banco estatal BNDES a empresas e políticas.

No mundo dos negócios, as relações “amigáveis” são muitas vezes ancoradas em interesses partilhados, e os deputados brasileiros questionaram André Gustavo, cuja prisão foi agora confirmada por Sérgio Moro, sobre a relação comercial da Arcos (contratada pelo PSD) com o ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores Delúbio Soares, seu padrinho de casamento, e condenado no Mensalão.

Nada impediu o PSD de manter o lobbyista a chefiar a campanha eleitoral de 2015. Por tudo o que veio a saber-se dali para a frente, uma fonte do CDS-PP ironizou ao PÚBLICO: “Nunca percebi o entusiasmo do Passos Coelho com o André Gustavo, que dizia coisas razoáveis, mas não era um iluminado.” Sobre possíveis movimentações da EDP, da Odebrecht e da Lena, articuladas com o Governo anterior, o dirigente centrista garantiu: “Se o publicitário se envolveu, foi à margem do Governo, pois as nossas relações com essas empresas foram sempre institucionais.”

https://www.noticiasmagazine.pt/2018/problema-as-couves/

Noticias Magazine	DATA: 27-03-2018
-------------------	------------------

27-03-2018

| Noticias Magazine |

O problema com as couves

As diretivas europeias aconselham a que se produza de acordo com as necessidades e não se armazene em demasia. Mas, e este é o problema dos ecologistas, Portugal constrói e enche barragens ao ponto de ultrapassar em cinquenta por cento aquilo que era preciso. É por isso que pagamos uma fatura de eletricidade tão cara.

O *Diário de Trás-os-Montes* trazia nesta semana uma notícia tramada, que quase ninguém leu. Neste chuvoso mês de março, precisamente por causa da chuva, a barragem do Baixo Sabor encheu acima da cota estabelecida.

As concessionárias estão obrigadas contratualmente a escoar a água em excesso, mas a EDP respondeu que, depois de um período de seca, está a reter água ao máximo.

Ninguém parecia propriamente preocupado com o assunto, a não ser uma pequena empresa familiar de produção de couves em Torre de Moncorvo.

Acusam a barragem de ter subido além da cota máxima e inundado dez dos seus quinze hectares de produção. A EDP respondeu que já se sabia que aquele vale era inundável. Era um azar para quem ali plantou as couves, mas já se sabia que aquele era leito de cheia.

Mas depois há isto: encher as barragens além da sua capacidade contribui mais para aumentar a capacidade de produção de energia do que para travar a seca. Há uns anos, numa reportagem sobre a reconstrução da barragem do Tua, os ambientalistas da Geota ensinaram-me que as concessionárias não ganham apenas dinheiro com a energia que nós gastamos, ganham também com a que armazenam.

As diretivas europeias aconselham a que se produza de acordo com as necessidades e não se armazene em demasia. Mas, e este é o problema dos ecologistas, Portugal constrói e enche barragens ao ponto de ultrapassar em cinquenta por cento aquilo que era preciso. É por isso que pagamos uma fatura de eletricidade tão cara.

Estamos a produzir energia de que não precisamos. Encher o Baixo Sabor além do limite serve em boa verdade um propósito: produzir excessivamente para que os contribuintes paguem o excesso.

Há um certo consenso na comunidade científica que uma barragem altera drasticamente os ecossistemas e trava a renovação e a salubridade dos cursos. Quando no verão sentimos que o areais das praias encolheram, a explicação primeira está na construção de barragens.

Quando dizemos que o Tejo está a secar, é aqui que encontramos o fator de calamidade. Quando sentimos a seca nas torneiras, percebemos que foi a tentativa de contenção da água, o seu desvio para o regadio e para explorações intensivas que a tornou inviável nos cursos e nos canos.

A Geota diz que não é teoria, é facto. Uma barragem nunca é saudável para um rio ou para as populações que o ladeiam – homens ou bichos ou plantas. São aliás tão prejudiciais que há países europeus que andam por estes dias a destruí-las. Suécia, Reino Unido, Espanha, França e os Estados Unidos já retiraram perto de cinco mil barragens dos seus rios.

Tivemos um ano de seca extrema e severa e as barragens que esvaziaram começam a encher. Isso é bom, sim. Mas é melhor que os cursos de água sejam de facto cursos de água. A contenção excessiva da mesma piora o drama da falta dela.

E o azar daquela empresa familiar que produz couves em Torre de Moncorvo, bem vistas as coisas, é bem capaz de ser um azar para todos nós. Salvemos as couves e, com isso, salvemo-nos a nós.

[https://www.ojogo.pt/extra/lusa/interior/celtejo-ganha-premio-do-geota-de-mas-praticas-na-gestao-de-rios-9289775.html?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed:+OJ-Ultimas+\(OJ+-+Ultimas\)](https://www.ojogo.pt/extra/lusa/interior/celtejo-ganha-premio-do-geota-de-mas-praticas-na-gestao-de-rios-9289775.html?utm_source=feedburner&utm_medium=feed&utm_campaign=Feed:+OJ-Ultimas+(OJ+-+Ultimas))

O Jogo	DATA: 27-04-2018
--------	------------------

27-04-2018

| O Jogo |

Celtejo ganha prémio do GEOTA de más práticas na gestão de rios

A empresa Celtejo ganhou o prémio Guarda Rios de Luto pelos participantes na iniciativa do projeto Rios Livres da organização GEOTA, que distingue os responsáveis por más e boas práticas ambientais.

O Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA) anunciou hoje os resultados da primeira edição do Prémio Guarda Rios, que teve 1.200 participantes a partir do anúncio na rede social Facebook para seleção de "os bons e os maus dos rios em Portugal".

"A Celtejo superou a EDP nas más práticas, ganhando o Guarda Rios de Luto. A Liga para a Proteção da Natureza (LPN) ganhou o prémio Guarda Rios de boas práticas, destacando-se o seu trabalho feito em projetos de conservação de espécies como o Saramugo", resume uma informação do GEOTA.

Após terem sido detetados focos de poluição no Tejo, no final de janeiro, o Governo avançou com restrições de descarga de efluentes à fábrica de celulose Celtejo, tendo o presidente da Agência Portuguesa de Ambiente (APA), Nuno Lacasta, revelado que a carga poluente que afetou o rio na zona de Abrantes teve origem nas descargas da indústria da pasta de papel.

O processo de nomeações e votações do público no Guarda Rios começou a 14 de março, Dia Internacional de Ação pelos Rios, tendo a criação do prémio o objetivo de "fazer um balanço daqueles que têm sido os bons e maus exemplos na gestão dos recursos hídricos em Portugal, dando voz aos rios através dos cidadãos que os defendem", explica o GEOTA.

Além da escolha do público, também o GEOTA selecionou entidades para atribuir prémios e o seu Guarda Rios de boas práticas foi para os Passadiços do Paiva, um projeto turístico localizado no concelho de Arouca, no distrito de Aveiro, "um dos maiores polos de atração na região".

Decidiu também atribuir uma menção honrosa à Comunidade da Aldeia do Sistelo, "por se ter feito ouvir e, após várias ações de protesto, ter conseguido fazer cancelar a mini-hídrica proposta para o rio Vez, no Minho", possibilitando que aquela paisagem cultural "fosse reconhecida como monumento nacional, a primeira com esta classificação em Portugal", explica a organização não-governamental.

Quanto ao Guarda-Rios de Luto, que destaca exemplos de más práticas na gestão de recursos hídricos, o GEOTA "aponta o dedo aos vários ministros do Ambiente, desde o governo de [José] Sócrates até ao atual".

A justificação para esta escolha é "a responsabilidade destes políticos ao aprovarem 'atrapalhadamente', a barragem de Foz Tua [assim como] todo o Programa Nacional de Barragens".

Os ambientalistas do GEOTA destacam também a gestão da situação do armazém de resíduos da central nuclear de Almaraz, em Espanha, a cerca de 100 quilómetros da fronteira com Portugal, e os casos de poluição da água, sobretudo no Tejo.

A menção 'desonrosa' foi para a central hidroelétrica da Ribeira Grande, na Ilha das Flores, Açores.

<https://www.dn.pt/lusa/interior/celtejo-ganha-premio-do-geota-de-mas-praticas-na-gestao-de-rios-9289772.html>

Diário de Notícias

DATA: 27-04-2018

27-04-2018

| **Diário de Notícias** |

Celtejo ganha prémio do GEOTA de más práticas na gestão de rios

O Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA) anunciou hoje os resultados da primeira edição do Prémio Guarda Rios, que teve 1.200 participantes a partir do anúncio na rede social Facebook para seleção de "os bons e os maus dos rios em Portugal".

"A Celtejo superou a EDP nas más práticas, ganhando o Guarda Rios de Luto. A Liga para a Proteção da Natureza (LPN) ganhou o prémio Guarda Rios de boas práticas, destacando-se o seu trabalho feito em projetos de conservação de espécies como o Saramugo", resume uma informação do GEOTA.

Após terem sido detetados focos de poluição no Tejo, no final de janeiro, o Governo avançou com restrições de descarga de efluentes à fábrica de celulose Celtejo, tendo o presidente da Agência Portuguesa de Ambiente (APA), Nuno Lacasta, revelado que a carga poluente que afetou o rio na zona de Abrantes teve origem nas descargas da indústria da pasta de papel.

O processo de nomeações e votações do público no Guarda Rios começou a 14 de março, Dia Internacional de Ação pelos Rios, tendo a criação do prémio o objetivo de "fazer um balanço daqueles que têm sido os bons e maus exemplos na gestão dos recursos hídricos em Portugal, dando voz aos rios através dos cidadãos que os defendem", explica o GEOTA.

Além da escolha do público, também o GEOTA selecionou entidades para atribuir prémios e o seu Guarda Rios de boas práticas foi para os Passadiços do Paiva, um projeto turístico localizado no concelho de Arouca, no distrito de Aveiro, "um dos maiores polos de atração na região".

Decidiu também atribuir uma menção honrosa à Comunidade da Aldeia do Sistelo, "por se ter feito ouvir e, após várias ações de protesto, ter conseguido fazer cancelar a mini-hídrica proposta para o rio Vez, no Minho", possibilitando que aquela paisagem cultural "fosse reconhecida como monumento nacional, a primeira com esta classificação em Portugal", explica a organização não-governamental.

Quanto ao Guarda-Rios de Luto, que destaca exemplos de más práticas na gestão de recursos hídricos, o GEOTA "aponta o dedo aos vários ministros do Ambiente, desde o governo de [José] Sócrates até ao atual".

A justificação para esta escolha é "a responsabilidade destes políticos ao aprovarem 'atrapalhadamente', a barragem de Foz Tua [assim como] todo o Programa Nacional de Barragens".

Os ambientalistas do GEOTA destacam também a gestão da situação do armazém de resíduos da central nuclear de Almaraz, em Espanha, a cerca de 100 quilómetros da fronteira com Portugal, e os casos de poluição da água, sobretudo no Tejo.

A menção 'desonrosa' foi para a central hidroelétrica da Ribeira Grande, na Ilha das Flores, Açores.

<https://www.dinheirovivo.pt/economia/celtejo-ganha-premio-do-geota-de-mas-praticas-na-gestao-de-rios/>

Dinheiro Vivo

DATA: 27-04-2018

27-04-2018

| Dinheiro vivo | Celtejo ganha prémio do GEOTA de más práticas na gestão de rios

A empresa Celtejo ganhou o prémio Guarda Rios de Luto pelos participantes na iniciativa do projeto Rios Livres da organização GEOTA.

A seguir Celtejo afirma que admoestação judicial tem por base questões administrativas A empresa Celtejo ganhou o prémio Guarda Rios de Luto pelos participantes na iniciativa do projeto Rios Livres da organização GEOTA, que distingue os responsáveis por más e boas práticas ambientais.

O Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA) anunciou esta sexta-feira os resultados da primeira edição do Prémio Guarda Rios, que teve 1.200 participantes a partir do anúncio na rede social Facebook para seleção de "os bons e os maus dos rios em Portugal". "A Celtejo superou a EDP nas más práticas, ganhando o Guarda Rios de Luto. A Liga para a Proteção da Natureza (LPN) ganhou o prémio Guarda Rios de boas práticas, destacando-se o seu trabalho feito em projetos de conservação de espécies como o Saramugo", resume uma informação do GEOTA.

Após terem sido detetados focos de poluição no Tejo, no final de janeiro, o Governo avançou com restrições de descarga de efluentes à fábrica de celulose Celtejo, tendo o presidente da Agência Portuguesa de Ambiente (APA), Nuno Lacasta, revelado que a carga poluente que afetou o rio na zona de Abrantes teve origem nas descargas da indústria da pasta de papel.

O processo de nomeações e votações do público no Guarda Rios começou a 14 de março, Dia Internacional de Ação pelos Rios, tendo a criação do prémio o objetivo de "fazer um balanço daqueles que têm sido os bons e maus exemplos na gestão dos recursos hídricos em Portugal, dando voz aos rios através dos cidadãos que os defendem", explica o GEOTA.

Além da escolha do público, também o GEOTA selecionou entidades para atribuir prémios e o seu Guarda Rios de boas práticas foi para os Passadiços do Paiva, um projeto turístico localizado no concelho de Arouca, no distrito de Aveiro, "um dos maiores polos de atração na região".

Decidiu também atribuir uma menção honrosa à Comunidade da Aldeia do Sistelo, "por se ter feito ouvir e, após várias ações de protesto, ter conseguido fazer cancelar a mini-hídrica proposta para o rio Vez, no Minho", possibilitando que aquela paisagem cultural "fosse reconhecida como monumento nacional, a primeira com esta classificação em Portugal", explica a organização não-governamental.

Quanto ao Guarda-Rios de Luto, que destaca exemplos de más práticas na gestão de recursos hídricos, o GEOTA “aponta o dedo aos vários ministros do Ambiente, desde o governo de [José] Sócrates até ao atual”.

A justificação para esta escolha é “a responsabilidade destes políticos ao aprovarem ‘atrapalhadamente’, a barragem de Foz Tua [assim como] todo o Programa Nacional de Barragens”.

Os ambientalistas do GEOTA destacam também a gestão da situação do armazém de resíduos da central nuclear de Almaraz, em Espanha, a cerca de 100 quilómetros da fronteira com Portugal, e os casos de poluição da água, sobretudo no Tejo.

A menção ‘desonrosa’ foi para a central hidroelétrica da Ribeira Grande, na Ilha das Flores, Açores.

https://www.wilder.pt/historias/conheca-os-vencedores-do-primeiro-premio-dedicado-aos-rios-portugal/	
Wilder	DATA: 27-04-2018

27-04-2018 | Wilder | CONHEÇA OS VENCEDORES DO PRIMEIRO PRÉMIO DEDICADO AOS RIOS DE PORTUGAL

Os casos que se destacam por cuidarem bem ou mal dos rios e ribeiras de Portugal estão escolhidos. Os vencedores da primeira edição dos prémios Guarda-Rios, do GEOTA, foram anunciados hoje. Saiba quais são.

Foram 1.219 os votos recolhidos online, entre 14 de Março (Dia Internacional de Acção pelos Rios) e 22 de Abril, para escolher os projectos e as pessoas com impacto nos rios e ribeiras do país.

A Liga para a Protecção da Natureza (LPN) e a conservação do peixe saramugo ganhou o prémio do público Guarda-Rios de boas práticas, de um conjunto de nove projectos nomeados. Este projecto está a trabalhar para melhorar as condições do habitat natural do saramugo nas ribeiras do Sul de Portugal.

O GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e do Ambiente também fez as suas escolhas. O Guarda Rios para as boas práticas foi para os Passadiços do Paiva, projeto turístico no município de Arouca. Segundo o GEOTA, esta infraestrutura teve um papel “na proteção e valorização da paisagem de um rio livre” e é um “elemento potenciador do desenvolvimento económico à escala local e regional”.

“Estes passadiços, apesar de terem algumas consequências negativas, transformaram a forma como olhamos para um rio livre”, explicou hoje à Wilder Ana Brazão, coordenadora do projecto Rios Livres do GEOTA. “Abriram a porta a uma nova experiência das pessoas com um rio próximo do estado selvagem, tumultuoso. Mostraram como um rio pode ser uma mais-valia para uma região sem ser alterado por infra-estruturas cinzentas e com benefícios sócio-económicos”, acrescentou.

A Comunidade da Aldeia do Sistelo, no Minho, recebeu uma menção honrosa. “Este foi um exemplo de como o povo se uniu contra a mini-hídrica proposta para o rio Vez e a favor do que tinha, do rio que usam para irrigar as culturas em socacos, conhecidas como o ‘Tibete português’”, explicou Ana Brazão. Hoje, a paisagem cultural da aldeia de Sistelo é monumento nacional.

A outra categoria destes prémios, o Guarda-Rios de Luto, que destaca exemplos de más práticas, foi atribuída pelo público à CELTEJO, empresa de celulose em Vila Velha de Ródão por causa das descargas no rio Tejo, pondo em risco fauna, flora e populações.

O Guarda-Rios de Luto escolhido pelo GEOTA foi para os vários ministros do Ambiente, desde o Governo de José Sócrates até ao atual. Segundo o GEOTA, esses políticos são responsáveis de aprovarem, “atrapalhadamente, a barragem de Foz Tua” e todo o Programa Nacional de Barragens. Destaca também “a gestão do caso do armazém de resíduos da central nuclear de Almaraz e os casos de poluição da água, sobretudo no Tejo”.

A menção desonrosa coube à central hidroelétrica da Ribeira Grande, na Ilha das Flores, Açores. “apesar dos vários pareceres negativos recebidos em sede de consulta pública, entre eles do GEOTA, a obra acabará por avançar a não ser que algo de maior peso coloque o dedo na ferida.”

Os prémios Guarda-Rios querem “fazer um balanço daqueles que têm sido os bons e maus exemplos na gestão dos recursos hídricos em Portugal, dando voz aos rios através dos cidadãos que os defendem”, segundo a organização.

E esta é a apenas a primeira edição. “Este foi apenas um primeiro passo. Queremos que os prémios sejam anuais e que passem a distinguir o que foi feito pelos rios no ano anterior”, adiantou.

Os rios e ribeiras são como artérias e veias da paisagem que transportam água fresca e limpa por todo o país, antes de chegar ao seu destino final: o mar.

São cruciais para a vida selvagem e deles dependem espécies como as enguias, lontras, melros-d’água, guarda-rios e libélulas e libelinhas. Estas precisam dos rios para se alimentarem e beberem, para se reproduzir e nidificar, para se refugiar de predadores e para se deslocarem de um lugar para outro, usando-os como corredores naturais.

Mas, na opinião de Ana Brazão, há muito por fazer para recuperar os rios. “Hoje os nossos rios e ribeiras estão numa situação muito pouco promissora”, contou. De um lado há a construção de grandes barragens, além das cerca de 7.000 já existentes, entre pequenas e grandes, e o plano nacional de regadios; depois há os casos de poluição das águas pelas indústrias e por origens difusas, como os pesticidas que acabam nos rios.

“Ainda não há uma mudança na forma como olhamos para os rios, até agora vistos como meios de descarga”.

Para começar é preciso ter informação sobre qual o estado de saúde dos rios. E os problemas podem começar já aqui. “Para muitos rios não sabemos qual o estado químico da água, nem onde existem barragens e açudes. E se não sabemos como está o rio não podemos saber o que fazer para o recuperar”, notou Ana Brazão.

Mas há coisas que se podem fazer. Criar escadas para peixes nas barragens e açudes, remover infraestruturas obsoletas ou abandonadas, recuperar a vegetação das margens dos rios e resolver problemas de poluição nas proximidades dos cursos de água são algumas das sugestões deixadas pela responsável do GEOTA.

Outra coisa que os cidadãos podem fazer é adoptar troços de rios, através do Projecto Rios da ASPEA – Associação Portuguesa de Educação Ambiental.

“Nos anos 70, 80, quando os rios foram muito afectados pela poluição da indústria, deu-se um desfasamento entre as pessoas e os cursos de água. Deixámos de aprender a nadar nos rios. Mas hoje sinto que esta quebra na ligação começa lentamente a diminuir”, acrescentou Ana Brazão. “Há uma forte vontade de ligação à natureza, de sair da cidade e de acampar, de fazer rafting, por exemplo.”

Para ajudar a esta mudança, o projecto Rios Livres está a identificar e inventariar os Rios Livres Excepcionais de Portugal, ou seja os rios e/ou trechos de rios nacionais que corram livres e não estejam poluídos.

“É um processo complexo e moroso. Começámos pela Bacia do Douro porque era a mais ameaçada, com casos de poluição e de novas barragens em construção, nomeadamente no Alto Tâmega.” Até agora estão inventariados seis rios e ribeiras: ribeira de Guadramil, ribeiro de Resinal, ribeiro do Medreiro, rio Assureira, rio de Curros e o rio Paivô. “Queremos fazer o mesmo para as outras bacias hidrográficas e adensar o trabalho no Douro”, adiantou.

<https://www.publico.pt/2018/05/20/local/noticia/rede-douro-vivo-vai-avaliar-o-impacto-das-barragens-na-bacia-do-rio-1830619>

Público

DATA: 20-05-2018

Estrutura que reúne várias organizações, coordenada pelo GEOTA, é formalmente apresentada esta terça-feira.

Projecto coordenado pelo GEOTA é financiado pela Fundação Mava

A associação ambientalista GEOTA (Grupo de Estudo do Ordenamento do Território e Ambiente) já tinha identificado, no projecto Rios Livres, seis cursos de água na Bacia do Douro classificáveis como outstanding, excepcionais, por correrem sem obstáculos humanos e poluição, um cenário cada vez mais raro em Portugal. E esta semana junta-se a outras dez entidades, entre centros de investigação e organismos do ensino superior, organizações ambientalistas, para criar a Rede Douro Vivo, uma estrutura que tentará, nos próximos anos, estudar e propor soluções para protecção de um rio sobrecarregado por múltiplas actividades humanas e em cuja bacia se continuam a planear novas barragens.

A fundação suíça Mava, que financia esta e muitas outras iniciativas de defesa do Ambiente em vários pontos da Europa e de África, descreve o Douro Vivo como um projecto destinado a evitar a implementação do grande programa de construção de novas barragens português. Como recorda Ana Brazão, coordenadora, no GEOTA, do Rios Livres e responsável por esta nova iniciativa, a bacia do Douro já levou recentemente com os empreendimentos hidro-eléctricos do Baixo Sabor e de Foz Tua, e neste território está neste momento a ser erguido o aproveitamento hidro-eléctrico do Alto Tâmega. Tudo isto numa bacia em que as alterações climáticas poderão, estima-se, fazer cair em 14%, nas próximas décadas, do volume de água que hoje ali corre.

As barragens – com as albufeiras que lhes estão associadas – são um dos factores de maior pressão sobre a qualidade da água de um rio que tem a maior bacia hidrográfica da península, um quinto da qual (19%) se situa em território português. Deste lado da fronteira, há ainda que contar com os impactes gerados em Espanha – basta pensar, por exemplo, na polémica recente em torno da exploração de uma mina de urânio junto a um afluente, na região de Salamanca – bem como com a poluição difusa, provocada, muita dela, pela actividade agrícola, ou com a pressão do turismo, sentida, desde logo no uso intensivo da via navegável.

Caracterizar esta bacia será, assim, um dos primeiros objectivos da Rede Douro Vivo – que integra as Universidades de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Lisboa, o Politécnico de Bragança, o CEDOUA - Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente da Universidade de Coimbra, o Cibio – Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, da Universidade do Porto, a Rede Inducar, a WWF-Portugal, a Liga para a Protecção da Natureza, a Wetlands Internacional, organização de defesa das zonas húmidas, o departamento para o Mediterrâneo da IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza.

Segundo a coordenadora do projecto, sabe-se que em Portugal há sete mil estruturas de retenção de água, mas desconhece-se quantos desses obstáculos foram instalados em toda a bacia do Douro e, entre estes, qual o seu estado e utilidade actual. Ana Brazão acredita que não faltará muito para que Portugal siga o exemplo de países como Espanha, Suécia ou os Estados Unidos, que já começaram a destruir barragens tendo em vista um objectivo de renaturalização de territórios. E sonha com o dia em que exista, em Portugal, um parque natural que abarque o leito de um rio, ou parte dele, pelas suas características excepcionais.

Ciente de cuidar as comunidades que dependem de um rio é tão importante como proteger o próprio rio, Ana Brazão explica que, ao longo do projecto, nos próximos anos, outros parceiros serão convidados a participar, como representantes das comunidades e de actividades como a agricultura ou o turismo. Para já, o tiro de partida público desta iniciativa acontece esta terça-feira na Casa das Artes, pelas dez horas, com uma apresentação formal que inclui um debate entre Ana Brazão e o presidente da Administração da Região Hidrográfica do Norte, Pimenta Machado.

<https://www.dn.pt/portugal/interior/universidades-e-ecologistas-passam-douro-a-pente-fino-9363582.html>

Diário Notícias

DATA: 22-05-2018

Alterações climáticas estão a reduzir caudal do rio "a uma velocidade alarmante"

Até 2027, estima a Agência Portuguesa do Ambiente, o Douro vai perder 14% da sua água. "Se precisássemos de um sinal de alarme, ei-lo", diz Ana Brasão, ambientalista da GEOTA que está a coordenar a Rede Douro Livre. O projeto é lançado hoje na Casa das Artes, no Porto. Ao longo dos próximos cinco anos, um consórcio de universidades e organizações ambientalistas vai tentar analisar o rio à lupa para perceber como se pode melhorar a gestão dos recursos hídricos no rio e nos seus afluentes. Uma das medidas mais polémicas será a identificação e remoção de barragens e açudes obsoletos.

O Douro é a maior bacia hidrográfica da Península Ibérica. Se por um lado não há outro curso de água onde desaguem tantos afluentes (e afluentes de afluentes), por outro também não há corrente que seja tantas vezes interrompida por obstáculos humanos. "Não nos podemos esquecer de que as barragens são paredes gigantescas e estanques. Impedem a vida de subir o rio e os sedimentos de descê-lo", diz a ecologista. "Neste momento já temos problemas graves que se estão a adensar com as alterações climáticas. Da foz do Douro à barrinha de Esmoriz temos hoje o pedaço da costa portuguesa com menor areal e que está sujeito a maior erosão."

Nos últimos meses têm-se repetido os relatos sobre os problemas do Tejo, mas o Douro tem permanecido num certo anonimato - e é isso que os ecologistas dizem ser urgente mudar. Se o rio que desagua em Lisboa está em risco de secar, e muito por culpa dos transvases espanhóis, o que banha o Porto dificilmente se verá sem caudal, mas está tão fragmentado que pode acabar por tornar-se um rio morto. "Criaram-se grandes zonas estanques e agora, além dos peixes não conseguirem subir o curso, há um fenómeno de aquecimento das águas paradas. Isto aumenta o risco de evaporação e retira oxigenação à água. Sem isso, não há vida."

Em Espanha, que acolhe 80% da bacia do rio, foram nos últimos anos removidos 130 barragens e açudes. "Nós estamos atrasados em relação ao outro lado da fronteira. É essencial compreender o que está obsoleto, mas também os hotspots de biodiversidade que importa conservar. Para que possamos intervir com argumentos científicos." A Rede Douro Livre é liderada pela GEOTA e tem parcerias com a Liga de Proteção da Natureza, a WWF Portugal, a Rede Inducar, a Wetlands International e International Union for Conservation of Nature. Os trabalhos académicos serão feitos pelas universidades do Porto, Coimbra, Trás-os-Montes e Alto Douro, pelo Politécnico de Bragança e pela Universidade Nova de Lisboa.

<https://www.mundolusiada.com.br/acontece/projeto-internacional-vai-cuidar-do-rio-douro-nos-proximos-cinco-anos/>

Mundo Lusíada

DATA:

22-05-2018

| Mundo Lusíada |

Projeto internacional vai cuidar do rio Douro nos próximos cinco anos

O projeto Rede Douro Vivo (RDV), apresentado nesta terça-feira no Porto, visa promover rios livres e limpos e terá uma duração de cinco anos, abrangendo toda a bacia hidrográfica daquele curso de água.

“Considerar alternativas à construção de novas barragens, analisar e compreender quais as barragens ainda úteis, promovendo a remoção das inúteis” são metas do projeto, disse à Lusa Ana Brazão, do Grupo de Estudos e Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA).

Pretende-se, de igual modo, propor medidas para que as barragens “melhorem o desempenho ambiental” e para “assegurar a criação do estatuto de conservação para rios ou trechos que ainda se encontrem em estado livre”.

A rede “irá trabalhar com as comunidades na promoção de uma gestão integrada de recursos hídricos” e resulta de uma “parceria multidisciplinar de cientistas, ambientalistas, conservacionistas e especialistas na área jurídica e de participação pública, nacionais e internacionais”, explicou.

“Queremos criar uma reserva natural na bacia do Douro. Dar-lhe a oportunidade de ser um caso de estudo exemplar para o resto dos rios que partilhamos com Espanha”, afirmou a também coordenadora do projeto.

O financiamento, “na parte que diz respeito aos estudos da academia, será suportado pela fundação suíça para a conservação da natureza (MAVA), surgindo o resto de outros projetos que cada uma das organizações parceiras já desenvolve”, informou a responsável do GEOTA.

“Trata-se de um projeto novo em Portugal, não só pela sua dimensão, mas também pelos parceiros, pelo horizonte temporal que vamos ter, pela forte componente académica e por ter como unidade de estudo uma bacia hidrográfica”, argumentou.

“É um exemplo para nós e para outros países”, continuou.

O projeto liderado pelo GEOTA tem, entre outros parceiros, a IUCN-Med (International Union for Conservation of Nature – Centre for Mediterranean Cooperation), a WE-EA (Wetlands International – European Association), a ANP|WWF Portugal, a LPN (Liga para a Proteção da Natureza), a Rede INDUCAR, o CEDOUA-UC (Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente – Universidade de Coimbra).

Faz também parte o consórcio de membros académico composto pelo CIMO-IPB (Centro de Investigação de Montanha – Instituto Politécnico de Bragança), o CITAB-UTAD (Centro de Investigação e Tecnologias Agroambientais e Biológicas – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), o CIBIO-UP (Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos – Universidade do Porto) e a FCT-UNL (Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Nova de Lisboa).

https://www.wilder.pt/historias/rede-douro-vivo-quer-proteger-o-douro-e-os-seus-afluentes/	
Wilder	DATA: 24-05-2018

24-05-2018

| Wilder |

REDE DOURO VIVO QUER PROTEGER O DOURO E OS SEUS AFLUENTES

O novo projecto internacional Rede Douro Vivo vai funcionar nos próximos cinco anos e pretende proteger o rio Douro e os seus afluentes.

A nova estrutura, que foi apresentada esta terça-feira no Porto, “resulta de uma parceria multidisciplinar de cientistas, ambientalistas, conservacionistas e especialistas na área jurídica e da participação pública, nacionais e internacionais”, adianta um comunicado enviado à Wilder pelo GEOTA (Grupo de Estudos e Ordenamento do Território e Ambiente), que lidera a iniciativa.

Objectivos: fazer o mapa das barragens no Douro e em rios afluentes e também estudar a biodiversidade nesta bacia, tanto em Portugal como em Espanha. A equipa quer também “estudar o desmantelamento das barragens obsoletas.”

“O rio Douro e os seus afluentes estão amarrados pela exploração de recursos e pelos impactos negativos das barragens”, sublinhou Ana Brazão, do GEOTA, que vai ser a coordenadora do projecto.

“Existem outras opções viáveis para a produção de energia e crescimento da economia local que têm de ser exploradas. Esta rede vai estudar e dá-las a conhecer publicamente”, afirmou, citada no comunicado.

Ao longo dos próximos cinco anos, prazo deste projecto, a equipa vai criar um mapa de áreas de grande relevância ecológica – ‘hotspots’ de biodiversidade – na Bacia do Douro.

Prometida está também a identificação de “barreiras que se encontrem obsoletas e constituam uma ameaça às populações, património e habitats, com vista à sua remoção ou adaptação.”

Rios livres vão ter novo estatuto

De acordo com os responsáveis do projecto, o estudo vai ajudar também a desenvolver “um novo estatuto de conservação para rios ou trechos ainda livres, à semelhança do já existente em Espanha e noutros países.”

A Rede Douro Vivo compromete-se ainda a sensibilizar as populações e os poderes local e nacional para protegerem melhor os rios, incluindo da poluição, e travar a construção de barragens desnecessárias. Isto porque “os rios são as veias do planeta e um dos ecossistemas mais ameaçados do mundo.”

A nova estrutura é liderada pelo GEOTA, em parceria com a IUCN-Med (International Union for Conservation of Nature – Centre for Mediterranean Cooperation), a WE-EA (Wetlands International – European Association), a ANP|WWF Portugal, a LPN (Liga para a Proteção da Natureza), a Rede INDUCAR, o CEDOUA-UC (Centro de Estudos de Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente – Universidade de Coimbra).

Conta também com um consórcio de membros académicos, composto pelo CIMO-IPB (Centro de Investigação de Montanha – Instituto Politécnico de Bragança), o CITAB-UTAD (Centro de Investigação e Tecnologias Agroambientais e Biológicas – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), o CIBIO-UP (Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos – Universidade do Porto) e a FCT-UNL (Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Nova de Lisboa).

<https://sicnoticias.pt/opiniao/2018-05-24-Estamos-a-falar-de-mentiras-de-Estado-que-nos-pregaram-nos-ultimos-25-anos>

Sic Noticias

DATA: 24-05-2018

24-05-2018

| **Sicnoticias** |

"Estamos a falar de mentiras de Estado que nos pregaram nos últimos 25 anos"

OPINIÃO

"Estamos a falar de mentiras de Estado que nos pregaram nos últimos 25 anos"

Depois do inquérito parlamentar às rendas da EDP, agora o antigo ministro Manuel Pinho pode ser chamado a depor num outro processo que investiga irregularidades no Programa Nacional de Barragens. José Gomes Ferreira fala em "mentiras de Estado nos últimos 25 anos" e relembra que entre 2007 e 2017, os consumidores pagaram 2.500 milhões de euros e este ano deverão pagar 362 milhões de euros.

<http://www.public.vivadouro.org/informacao/sociedade/barragens-do-douro-serao-avaliadas-pela-rede-douro-vivo/>

Viva Douro

DATA: 26-06-2018

26-06-2018

| **Viva Douro** |

Barragens do Douro serão avaliadas pela Rede Douro Vivo

Constituída por diferentes organizações e coordenada pelo GEOTA, a Rede Douro Vivo foi formalmente apresentada no final do mês de maio na Casa das Artes, no Porto.

O projeto Rios Livres, levado a cabo pelo GEOTA (Grupo de Estudo do Ordenamento do Território e Ambiente), já tinha identificado seis cursos de água na Bacia do Douro classificáveis como excepcionais, por correrem sem obstáculos humanos e poluição, um cenário cada vez mais raro em Portugal. Agora, em conjunto com outras dez entidades, entre centros de investigação, organismos do ensino superior e organizações ambientalistas, criou a Rede Douro Vivo que nos próximos anos tentará estudar e propor soluções para protecção de um rio sobrecarregado por múltiplas actividades humanas e em cuja bacia se continuam a planear novas barragens.

Para a fundação suíça Mava, financiadora deste e outros projetos de defesa do ambiente na Europa e em África, o Douro Vivo é um projeto que pretende evitar a implementação do programa de construção de novas barragens lançado pelo governo português.

Segundo recorda Ana Brazão, coordenadora, no GEOTA, desta iniciativa, o Douro conta já com duas novas barragens, Baixo Sabro e Foz-Tua, estando uma terceira, no Alto Tâmega, já em construção. Tudo isto numa bacia que, segundo os dados conhecidos recentemente, perderá cerca de 14% da sua quantidade de água, nas próximas décadas, por causa das alterações climáticas.

No entender dos especialistas, as barragens, bem como as albufeiras que lhes estão associadas, são um dos fatores que mais influencia a qualidade da água. No caso do Douro devemos ainda lembrar os impactes gerados em Espanha (como é exemplo a recente polémica sobre a exploração de uma mina de urânio a céu aberto junto a um dos afluentes do rio), os efeitos da poluição difusa, provocada, muita dela, pela actividade agrícola, ou com a pressão do turismo, sentida, desde logo no uso intensivo da via navegável.

A caracterização desta bacia será, assim, um dos primeiros objectivos da Rede Douro Vivo que integra, entre outras universidades, a UTAD. Rui Cortes, Professor Catedrático e Diretor do Laboratório de Ecologia Fluvial (LEF) da UTAD, afirma que “a equipa de investigação encarou como um desafio aliciante este projeto, dado que visa essencialmente promover a melhoria da conectividade fluvial e a preservação da biodiversidade nos ecossistemas aquáticos. Na verdade, não só a área geográfica, como o objetivo fundamental do trabalho proposto, constituem as preocupações centrais da equipa do LEF, além de que o projeto apela a uma intensa ligação com os stakeholders locais e nacionais, pelo que pode ser um processo efetivo de alteração das políticas vigentes em relação ao ordenamento dos recursos hídricos e vai contribuir potencialmente de modo significativo para que, pelo menos na Bacia do Douro, se atinjam os objetivos preconizados pela Diretiva Quadro da Água, designadamente travar-se a degradação dos ecossistemas aquáticos e melhorar-se o estado ecológico. Acresce ainda o forte desconhecimento do número, efeito ambiental e condições de uso e segurança associados com todas as estruturas que têm sido construídas, pelo que a informação base que vai ser obtida é também de grande relevância”.

Segundo Ana Brazão, coordenadora do projeto, em Portugal existem cerca de sete mil estruturas de retenção de água, e só no rio Douro serão cerca de 100, desconhecendo-se, no entanto, quais são ainda usadas e qual o seu estado de conservação. A mesma responsável acredita que Portugal seguirá o exemplo de países como Espanha Suécia ou os Estados Unidos, destruindo barragens para uma renaturalização do território.

Na certeza que um rio é mais do que a mancha de água em si, Ana Brazão acredita que também a comunidade que depende do rio deve ser cuidada, por isso, durante os anos em que o projeto estiver ativo, outros parceiros serão convidados a participar, como representantes das comunidades e de actividades como a agricultura ou o turismo.

<https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/barragens-canceladas-podiam-ser-fonte-de-agua-importante-para-o-interior>

Revista Sábado

DATA: 04-06-2018

04-06-2018

| Sábado |

Barragens canceladas podiam ser fonte de água importante para o Interior

Ao todo, as duas barragens armazenariam 764 milhões de metros cúbicos de água. Governo cancelou-as em 2016.

As barragens do Alvito e de Girabolhos, canceladas em 2016, podiam ser uma importante fonte de água para os concelhos do Interior - entre eles, alguns dos mais afectados pelos incêndios do ano passado. Quem o defende é Rui Godinho, presidente da Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas.

Em entrevista ao *Público*, Godinho considera mesmo que as duas barragens seriam "quase um Castelo de Bode", aludindo à estrutura que abastece concelhos de Leiria a Lisboa, mas para o Interior centro. A água da barragem de Girabolhos iria fornecer os concelhos de Seia, Gouveia, Fornos de Algodres, Mangualde e Nelas. Já a do Alvito chegaria aos concelhos de Castelo Branco e Vila Velha de Ródão.

As duas barragens figuravam no Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH), e foram canceladas com o apoio do PEV, e após os pedidos da Liga Portuguesa da Natureza e Geota. Contudo, um relatório de 2016, que fez a revisão do programa de barragens, indicou que os autarcas preferiam que o Alvito e Girabolhos avançassem: "Ficou claro que estes pretendiam que as barragens se realizassem, até porque têm vindo a protelar decisões relativas à organização do território e da ocupação que este viria a ter com a sua execução".

Ao todo, as duas barragens armazenariam 764 milhões de metros cúbicos de água.

<https://www.ojogo.pt/extra/lusa/interior/geota-critica-desconhecimento-e-desrespeito-pela-conservacao-dos-rios-9625875.html>

O Jogo

DATA: 23-07-2018

23-07-2018

| o Jogo |

GEOTA critica desconhecimento e desrespeito pela conservação dos rios

Uma organização de defesa do ambiente alertou hoje para o "desconhecimento e desrespeito" pelo estado de conservação dos rios, salientando o aviso da Agência Europeia do Ambiente sobre a falta de monitorização dos cursos de água portugueses.

"Há, em Portugal, um grande desconhecimento e desrespeito pelos rios e sobre a saúde dos ecossistemas fluviais. Desta forma, as agressões, negligências e ilegalidades sistemáticas passam impunes", afirma a presidente do Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA).

Citada num comunicado da associação, Marlene Marques critica a maioria das notícias publicadas aquando da divulgação do relatório da Agência Europeia do Ambiente (EEA na sigla em inglês), no início de julho, com o GEOTA a apontar que a entidade "dá puxão de orelhas a Portugal".

"Juntamente com Bulgária, Dinamarca, Estónia, Hungria e Letónia, a AEA [sigla da entidade europeia em português] chama a atenção para o facto de Portugal não monitorizar o estado químico da larga maioria dos seus rios", diz o GEOTA.

Segundo o relatório da EEA, como noticiou a Lusa, a maioria das massas de água europeias continuam por cumprir o objetivo mínimo de "bom estado" e, apesar dos progressos das últimas décadas em muitos rios, lagos e águas costeiras e subterrâneas, há ameaças à qualidade a longo prazo, como a contaminação, a construção de estruturas como barragens, ou a extração excessiva.

O documento "Águas europeias: avaliação do estado e das pressões 2018" refere que, na Península Ibérica, a água com mais qualidade é em todo o norte, da Galiza à fronteira com França, com Portugal a apresentar a melhor água também no norte do país e no Algarve, sendo o interior sul a pior região.

Nas águas subterrâneas, Portugal está no grupo dos países onde a qualidade oscila entre os 75% e os 100%. Apenas seis países atingiram a qualidade 100%. Quanto à qualidade química das bacias hidrográficas, Portugal está também no topo em termos de qualidade, em contraste com os países da Europa central.

Segundo o GEOTA, a EEA afirma que "não podem ser feitas extrapolações com base nos poucos trechos monitorizados. De facto, em mais de 70% das massas de água não é feita qualquer avaliação".

Para a organização de defesa do ambiente, "é incorreto e abusivo afirmar que 'Portugal está entre os países com melhor qualidade de água'" e, "na verdade, neste relatório, Portugal surge no fundo da tabela, com a advertência 'Estado químico frequentemente ou totalmente desconhecido'".

O conhecimento e controlo da qualidade da água dos rios têm sido criticados pelos ambientalistas e alguns partidos da oposição, no parlamento.

No final de março, a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), em resposta a questões à Lusa, dizia que, em 2017, a monitorização de rios e albufeiras "foi reforçada por contratação externa", com o objetivo de controlar "diversos elementos biológicos e hidromorfológicos".

Esta contratação, com um custo de mais de 683 mil euros e financiada por fundos comunitários, levou a que tenham sido analisadas "mais de 700 estações de monitorização de rios e albufeiras".

<https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/ambientalistas-pedem-penalizacao-exemplar-para-responsaveis-por-crimes-ambientais>

24 Sapo

DATA: 30-08-2018

Organizações não-governamentais do ambiente (ONGA) pediram esta quinta-feira ao Governo uma "penalização exemplar" para as empresas e os indivíduos responsáveis por crimes ambientais e contra a saúde pública.

Referindo o episódio ocorrido esta semana na ribeira da Asseca, um afluente do rio Tejo, com uma descarga com origem no concelho de Rio Maior, no distrito de Santarém, a originar a morte de dezenas de peixes e "águas nauseabundas", as organizações pedem ao Ministério do Ambiente que faça "muito mais pelos rios e ribeiras", não sendo "suficiente reafirmar o compromisso" de "repensar rios e ribeiras", contido nos contratos assinados esta semana pelo ministro João Matos Fernandes.

"É essencial agir e mostrar resultados efetivos na penalização dos responsáveis por estes atentados contra os rios. Só com a penalização exemplar das empresas e indivíduos responsáveis por estes crimes contra o ambiente e a saúde pública é que os cidadãos se vão sentir motivados para fazer a sua parte pela proteção da água", afirma um comunicado conjunto da SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, da ANP-WWF – Associação Natureza Portugal, da LPN – Liga para a Proteção da Natureza e do GEOTA.

As notícias não escolhem hora, mas o seu tempo é precioso. O SAPO 24 leva ao seu email a informação que realmente importa comentada pelos nossos cronistas.

A Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT) informou hoje que participou ao Ministério Público um crime de poluição na ribeira da Asseca por descarga de uma indústria de processamento de tomate.

Segundo a IGAMAOT, a inspeção feita no local confirmou que "na origem deste episódio esteve a descarga de matéria-prima não processada (concentrado de tomate) diretamente para a ribeira da Asseca", tendo sido emitido um mandado para, "no prazo de cinco dias, o operador implementar um sistema de retenção de emergência que possa rececionar, em caso de acidente, eventuais descargas".

"Caso estas medidas não sejam acatadas, a IGAMAOT pode decretar o encerramento da empresa", acrescenta.

No comunicado, as quatro ONGA lamentam a ocorrência de mais este caso, conhecido no dia em que o ministro do Ambiente presidiu à cerimónia de assinatura dos contratos do Fundo Ambiental "Promover o Uso Eficiente da Água" e "Repensar Rios e Ribeiras", no Pavilhão do Conhecimento, em Lisboa.

O Fundo Ambiental vai apoiar 39 projetos de educação ambiental sobre o uso eficiente da água e proteção de recursos hídricos, que visam promover a participação dos cidadãos na resolução dos problemas ambientais locais dos ecossistemas ribeirinhos, realçam as associações.

"O senhor ministro reafirmou publicamente no evento o compromisso do seu ministério com a proteção dos recursos hídricos, essenciais à vida e cada vez mais ameaçados pelas alterações climáticas", acrescentam.

"Simultaneamente ao discurso do senhor ministro, vários órgãos de comunicação noticiavam mais um atentado ambiental nas águas do rio Tejo", com alguns responsáveis autárquicos a referirem que "'é uma situação recorrente' e que 'a culpa tem morrido solteira', porque nunca há consequências para os responsáveis por estes atentados", refere ainda o comunicado.

Para as ONGA que assinam o comunicado, "os cidadãos do Tejo e do país estão cansados de testemunhar atentados ambientais hediondos, que depois passam sem consequências para os responsáveis, e esperam ação e firmeza do Ministério do Ambiente, que tardam em aparecer".

<https://www.ambientemagazine.com/associacao-ambientalista-geota-pede-esclarecimentos-a-apa/>

A associação ambientalista GEOTA pediu esclarecimentos à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) sobre a informação de que as obras da barragem de Fridão passariam a ser da responsabilidade da Iberdrola e não da EDP, a quem o Estado concessionou o empreendimento

Neste pedido de esclarecimento o GEOTA questiona a APA sobre a eventual alteração, solicitando ainda informações sobre o contrato entre o Estado e a EDP, nomeadamente sobre as cláusulas que permitam a alteração da concessão.

Pergunta também se a APA exigirá uma nova Avaliação de Impacte Ambiental, já que a realizada ao projeto da EDP tem mais de 8 anos. Legalmente, a validade da decisão teria caducado em 2012, mas o Estado prorrogou sucessivamente a data.

A confirmarem-se as informações, o GEOTA teme “alterações significativas no projeto, já que a Iberdrola está neste momento a construir três barragens no mesmo rio – o Sistema Eletroprodutor do Tâmega (Daivões, Gouvães e, próxima de Vidago, Alto Tâmega). Teme ainda que não haja uma nova avaliação ambiental dos danos da obra, numa região que já sofreu muitas alterações desde 2009, altura em que o estudo foi feito”, refere Ana Brazão, da associação ambientalista.

A barragem de Fridão faz parte do polémico Programa Nacional de Barragens (PNB), lançado por José Sócrates e Manuel Pinho. A sua construção encontra-se suspensa para reavaliação, até abril de 2019, resultado do acordo parlamentar da “geringonça”, entre PS e “Os Verdes”.

A este propósito, Ana Brazão lembrou que “o Governo decidiu suspender Fridão em resultado deste acordo, para reavaliar a sua necessidade em termos energéticos. Mas, até agora, não são públicas quaisquer diligências do Estado nesse sentido, quais os critérios da decisão ou como é que esse processo vai ser feito.”

De 17 a 20 de outubro, o GEOTA vai fazer uma Caravana pelo Tâmega, onde planeia várias atividades de esclarecimento e mobilização da comunidade contra a barragem de Fridão. Esta, a ser construída, criará uma albufeira numa zona sísmicamente ativa e terá o seu paredão de 98 metros a poucos quilómetros de Amarante.

Segundo o Regulamento de Segurança de Barragens, isto torna a cidade uma zona de autossalvamento. Ou seja, se a barragem colapsar, a onda chegará ao centro de Amarante em cerca de 13 minutos, pelo que as autoridades não terão tempo para assegurar a evacuação, que ficará à responsabilidade individual dos seus habitantes.

https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/grupo-ambientalista-geota-receia-interesse-da-iberdrola-na-barragem-de-fridao

24 Sapo	DATA: 21-09-2018
---------	------------------

21-09-2018

| 24 Sapo |

Grupo ambientalista GEOTA receia interesse da Iberdrola na barragem de Fridão

A grupo ambientalista GEOTA pediu informações à Agência Portuguesa do Ambiente sobre a possibilidade de a empresa Iberdrola assumir a concessão da Barragem de Fridão. A elétrica espanhola já negou haver esse interesse.

A agência Lusa avança que, segundo a fonte do GEOTA, esse "rumor" corre em Amarante e no resto da região para onde está prevista a barragem de Fridão, no rio Tâmega.

Em resposta, a empresa esclareceu esta quinta-feira que "não está a negociar a possibilidade de assumir a concessão do complexo hidroelétrico de Fridão".

De lembrar que a construção da barragem de Fridão está prevista há mais de uma década, no âmbito do Plano Nacional de Barragens, mas a EDP - empresa à qual o complexo hidroelétrico foi concessionado - e o Governo têm adiado a sua concretização.

Para os ambientalistas, a hesitação da EDP pode ser explicada por dúvidas sobre a viabilidade económica da barragem de Fridão, no atual contexto de produção de energia elétrica.

O representante do GEOTA disse esta quinta-feira que está preocupado com a possibilidade de a Iberdrola poder assumir a concessão, porque, disse, em declarações à agência Lusa, que isso significaria a introdução do sistema de bombagem na

infraestrutura a localizar em Amarante, como ocorre nas três barragens do Sistema Electroprodutor do Tâmega, a montante de Fridão, concessionadas à empresa espanhola.

O sistema de bombagem tornaria o investimento de Fridão mais atrativo sob ponto de vista económico, justificando o alegado interesse da eléctrica espanhola, referiu.

Contudo, se tal ocorresse, avisa a GEOTA, teria de haver lugar a um novo estudo de impacte ambiental para Fridão, porque o sistema de bombagem não está previsto no projeto original de Fridão.

Em abril de 2016, o Governo anunciou que decidiu suspender por três anos a barragem do Fridão.

A albufeira da barragem de Fridão afetaria os concelhos de Amarante, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Mondim de Basto e uma pequena parcela do território de Ribeira de Pena.

O GEOTA reafirma a sua oposição à construção de uma barragem em Fridão, em primeiro lugar por entender haver outras fontes de energia renovável alternativa e com menor impacto ambiental. A segunda razão prende-se com a proximidade à cidade de Amarante, o eu levante problemas de segurança, uma vez que a infraestrutura, sublinhou, seria construída numa falha sísmica.

Amarante é um dos seis concelhos que têm os seus planos diretores municipais condicionados pela eventual construção da Barragem de Fridão, prevista há cerca de uma década no âmbito do Plano Nacional de Barragens.

<https://www.ambientemagazine.com/primeira-cimeira-europeia-dos-rios-realizou-se-em-sarajevo-com-a-presenca-do-geota/>

Ambiente Magazina

DATA: 04-10-2018

04-10-2018

| Ambiente Magazine |

PRIMEIRA CIMEIRA EUROPEIA DOS RIOS REALIZOU-SE EM SARAJEVO, COM A PRESENÇA DO GEOTA

250 pessoas de mais de 30 países participaram na primeira Cimeira para salvar os rios da Europa e parar a construção de barragens. Participantes pedem à União Europeia (UE) e aos Chefes de Estado que parem de financiar a energia hidroelétrica. A próxima edição será em Portugal, em 2020, organizada pelo GEOTA.

Entre 27 e 29 de setembro, Sarajevo, capital da Bósnia e Herzegovina, tornou-se o centro dos ambientalistas e conservacionistas europeus pelos rios e opositores às barragens. Durante a primeira Cimeira Europeia dos Rios, cerca de 250 pessoas discutiram como impedir a destruição de rios com empreendimentos hidroelétricos, como proteger os últimos rios livres a longo prazo e como restaurar os já destruídos.

Os participantes formularam uma lista de reivindicações dirigidas aos decisores políticos e industriais. Nesta declaração, os conservacionistas dos rios europeus pedem à Comissão Europeia, à indústria energética, aos bancos internacionais e aos governos nacionais que parem de promover e financiar projetos hidroelétricos como fonte de energia renovável ou ecológica e que reforcem os critérios ambientais. Estas exigências visam ajudar o sucesso da implementação da Diretiva-Quadro da Água da UE, a fim de trazer os rios de volta a um bom estado ecológico até 2027.

Hoje, os rios são os habitats mais ameaçados da Terra. 81% das populações globais de vida selvagem de água doce foram perdidas – mais do que em qualquer outro ecossistema. De acordo com o European Environmental Bureau (EEB), os cursos de água da Europa estão degradados ao ponto de não conseguirem sustentar ecossistemas saudáveis.

A principal ameaça à saúde dos rios é a expansão massiva da energia hidroelétrica, impulsionada pelo mito de que se trata de uma energia verde, alavancada por subsídios estatais e financiamento de bancos internacionais. Na UE, 25.000 barragens hidroelétricas estão registadas, de acordo com o EEB. Este número não inclui sequer as pequenas centrais hidroelétricas – o número real é, portanto, muito maior. Quase dois terços dos rios europeus estão em mau estado ecológico.

“Nós temos de parar esta obsessão por barragens. Os rios europeus há muito que pagam com a sua integridade pelo nosso estilo de vida sedento de energia. Os últimos rios intactos devem permanecer livres”, diz Ulrich Eichelmann, diretor da Riverwatch.

As centrais hidroelétricas não destroem apenas a biodiversidade dos habitats ribeirinhos, como também transformam a dinâmica dos rios num corpo de água estagnado e monótono. Além disso, a energia hidroelétrica não é sequer uma fonte de energia

neutra em carbono, pois os reservatórios das barragens são uma enorme fonte emissora de metano um dos piores gases de efeito estufa. Além disso, as barragens têm também terríveis custos sociais. Mundialmente, entre 500 a 750 milhões de pessoas sofrem impactes, diretos ou indiretos, das barragens.

GEOTA marcou presença em Sarajevo

Ana Brazão representou a organização portuguesa na Cimeira e apresentou o projeto Rios Livres GEOTA – vocacionado para a preservação dos rios selvagens em Portugal ameaçados por grandes projetos de produção de energia hidroelétrica, como é o caso do Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH).

Será através deste projeto que o GEOTA irá continuar a luta pelo fim do PNBEPH, nomeadamente pelo cancelamento definitivo da barragem de Fridão, suspensa até 2019. Uma barragem que, a ser construída, ficará sobre uma zona de atividade sísmica, onde, em caso de colapso, colocará em risco a população da cidade de Amarante, que se encontra numa zona de auto-salvamento (onde a onda de inundação chegaria tão depressa que a proteção civil não conseguiria alocar meios para resgatar os seus habitantes).

<https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/agora-imagina-um-mundo-onde-a-tua-cerveja-favorita-sabe-a-agua-suja-wwf-lanca-campanha-para-defender-lei-da-agua-na-ue-363532>

Jornal Económico

DATA: 09-10-2018

09-10-2018 | Jornal Económico | “Agora imagina um mundo onde a tua cerveja favorita sabe a água suja”. WWF lança campanha para defender Lei da Água na UE

Todos os Estados-membros da União Europeia seguem uma lei comunitária para preservar cursos de água, embora “neste preciso instante, vários governos estejam a tentar enfraquecê-la – uma terrível notícia para os rios e lagos, e tudo o que deles depende, inclusive a produção de cerveja”, alerta a World Wide Fund for Nature (WWF) na sua nova campanha pela defesa da Lei da Água da União Europeia, lançada esta terça-feira.

A nova campanha da WWF, que em Portugal é promovida pela Associação Natureza Portugal (ANP) em associação com a WWF, e é subscrita pela Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), pela Liga Portuguesa pela Natureza (LPN), pelo Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA) e pela Associação Zero, intitula-se “Protege a Água” e pretende encorajar os cidadãos a participar na consulta pública, lançada pela UE e que decorre até 4 março de 2009, na defesa da Diretiva-Quadro Água.

A campanha da organização não-governamental (ONG), sediada na Suíça, é lançada em mais de 20 países europeus e recorre às redes sociais, com #ProtectWater e #ProtegeaAgua (tradução em português), para alargar o público alcançado. Recorre também à produção de cerveja, a bebida alcoólica bastante apreciada em toda a Europa, para afirmar que dos “muitos ingredientes que entram na produção de cerveja”, o mais importante é “a água de boa qualidade”.

“Agora imagina um mundo onde a tua cerveja favorita parece, cheira e sabe a água suja”, alerta a WWF.

“Este é o cenário que mais de cem ONGs europeias querem impedir, através da nova campanha que apela à Comissão Europeia para que defenda a atual Lei da Água (Diretiva-Quadro da Água) e, subsequentemente, proteja todas as fontes de água da Europa, como rios, ribeiros, lagos, zonas húmidas e águas subterrâneas”, lê-se no comunicado da WWF enviado à redação.

No vídeo da campanha “Protege a Água”, são os activistas da WWF tentam, através de cenários provocativos revelar o futuro da cerveja, procurando incentivar os cidadãos europeus a participar na consulta pública lançada pela Comissão Europeia sobre a Diretiva-Quadro da Água da UE (DQA).

A DQA está neste momento em processo de avaliação, permitindo que todos os cidadãos europeus dêem a sua opinião.

Os activistas da WWF defendem, através desta campanha, que a atual Lei da Água já é eficaz.

“Atualmente, 60% das águas portuguesas e da UE não são saudáveis, porque os Estados-membros permitiram que fossem degradadas através das barragens, da construção de outras infraestruturas destrutivas e da agricultura insustentável”, sublinha a WWF.

A campanha “Protege a Água” tem também o apoio da European Environmental Bureau, a European Anglers Alliance, a European Rivers Network e a Wetlands International que juntos formam a coligação Living Rivers Europe.

Esta campanha também recebeu o apoio de algumas produtoras de cerveja europeias, que manifestaram “a sua real preocupação com a futura qualidade da água na Europa”. É o caso da Csupor, Tektonik Brewery e Associação de Pequenas Cervejarias Independentes da Eslováquia, que reconhecem que “a sua capacidade de produzir cerveja de boa qualidade depende da proteção e gestão sustentável das fontes de água da Europa e, por conseguinte, apoiam a DQA na sua forma atual”.

“A atual lei da água é forte e tem metas realistas e equilibradas, económica e socialmente falando”

Os representantes das associações ambientais nacionais que impulsionam esta campanha da WWF, defende que a atual Lei da Água da União Europeia é suficientemente forte e eficaz, na salvaguarda de rios e lagos e, por isso, defendem que a DQA “é uma das legislações ambientais mais progressistas da UE”, mas que os “Estados-membros estão atualmente a falhar na sua implementação”.

Ângela Morgado, diretora executiva da ANP|WWF afirma, em comunicado, que “a atual lei da água é forte e tem metas realistas e equilibradas, económica e socialmente falando. Se permitirmos que sejam feitas alterações, a lei será enfraquecida e será mais fácil que a pouca [e cada vez menos] água de que dispomos seja esbanjada, poluída ou contaminada por quem vê num rio apenas um fator de produção. A lei em causa é boa, se for bem implementada, cabendo a cada Estado-Membro fazer a devida aplicação”.

Também o presidente da Zero, Francisco Ferreira, comenta que “a DQA é um instrumento essencial. Em Portugal, a poluição industrial que tem afetado o rio Tejo e a proveniente de explorações agrícolas e pecuárias são exemplos prementes. Há ainda muito a fazer e um enfraquecimento da legislação europeia de proteção da qualidade da água apenas contribuirá para perpetuar estas situações e dificultar a atuação das autoridades ambientais”.

Os governo da União Europeia comprometerem-se a “garantir que não haja deterioração e a alcançar um bom estado para a grande maioria das massas de água até 2015, o mais tardar até 2027”, segundo os termos inscritos na DQA, em 23 outubro de 2000 (transposta em 29 de dezembro de 2005 para o quadro legal português).

Implementada há quase duas décadas, os ambientalistas pretendem agora defender a DQA, que está a ser sujeita a “uma revisão padrão na forma de uma verificação de aptidão”. As ONGs envolvidas nesta campanha, argumentam que a DQA “provou ser eficaz para alcançar seus objetivos de bom estado da água e não deterioração, equilibrando com sucesso os requisitos ambientais, sociais e económicos”.

“Estamos a trabalhar na salvaguarda da DQA da UE e no reforço da sua implementação e aplicação”, lembram os ativistas portugueses, em coligação com a Living Rivers Europe.

“A implementação desmedida pelos Estados-Membros da lei da água da UE é um crime em si, mas as tentativas desesperadas de enfraquecê-la são um passo demasiado grave”, afirma Andreas Baumüller, diretor de recursos naturais do gabinete europeu de política da WWF, no mesmo comunicado.

<http://www.sinal.tv/videos/rio-tamega-em-debate-na-adrat-no-proximo-dia-22-de-outubro-1539730800>

Sinal TV

DATA: 17-10-2018

17-10-2018

| Sinal TV |

Rio Tâmega em debate na ADRAT no próximo dia 22 de outubro

“Que Rio temos e que Rio queremos?” é o mote para a primeira sessão aberta em Chaves promovida pela Inducar, parceira da GEOTA no projeto Rede Douro Vivo. O objetivo é reunir vários atores locais e população em geral para que se possa discutir e debater sobre as temáticas que envolvem o Rio Tâmega. Inscrições através do endereço de email: dda@dourovivo.pt

<https://www.ambientemagazine.com/geota-e-populacao-local-juntam-se-para-impedir-barragem-de-fridao/?fbclid=IwAR1pgLkGNlQxUzAsZdHh72d3Az4NGCHgqIFL-JMIsfEo4E-QD4fdr3jQd7M>

Ambiente Magazine

DATA: 17-10-2018

17-10-2018 | **Ambiente Magazine** | **GEOTA E POPULAÇÃO LOCAL JUNTAM-SE PARA IMPEDIR BARRAGEM DE FRIDÃO**

O grupo ambientalista promove esta semana a 3.ª “Caravana pelo Tâmega”, que passará pelos concelhos que serão afetados caso se confirme o aproveitamento hidroelétrico de Fridão. O objetivo é recolher testemunhos da população local, a agregar à Ação Popular que vai colocar em tribunal, no final deste mês.

A construção da barragem de Fridão, incluída no polémico Programa Nacional de Barragens, lançado por Manuel Pinho durante o mandato de José Sócrates, encontra-se suspensa até abril de 2019, na sequência da reavaliação deste programa – uma das contrapartidas do acordo de governação entre PS e Os Verdes.

Ana Brazão, do projeto Rios Livres GEOTA, teme que “aproximando-se a data do fim da suspensão, se iniciem trabalhos para erguer o paredão que criará uma albufeira em zona de atividade sísmica ativa, a escassos 6 quilómetros da cidade de Amarante”. “Se a barragem avançar, as pessoas que vivem e trabalham no centro da cidade estarão em risco permanente. Em caso de colapso, a onda de inundação chega em menos de 13 minutos”, alerta.

Segundo o Regulamento de Segurança de Barragens, Amarante seria considerada uma “zona de autossalvamento”. Ou seja, está tão próxima que as autoridades não teriam tempo para pôr em marcha um esquema de evacuação ordenada, pelo que a responsabilidade pela fuga e salvamento cairia unicamente sobre os próprios amarantinos.

Além dos riscos associados à segurança e aos impactes ambientais, o GEOTA destaca o desalojamento de dezenas de famílias, a diminuta contribuição para a produção elétrica do país, as alterações microclimáticas que poderão influenciar negativamente a produção de vinho verde e a destruição do potencial económico das atividades ligadas a este trecho de rio livre.

“Paisagens de barragens há muitas. Em Portugal estão identificadas mais de 7000 barreiras fluviais. O que é hoje procurado por turistas são os cada vez mais raros rios selvagens”, afirma a ambientalista.

<https://www.pressreader.com/topics/594187>

Jornal de Noticias

DATA: 18-10-2018

18-10-2018 | **Jornal de Noticias** | **Ação popular contra barragem em “zona sísmica**

GEOTA quer travar avanço da construção de estrutura de Fridão

A associação ambientalista GEOTA está a preparar uma ação popular para apresentar em tribunal de forma a parar de vez com a construção da barragem de Fridão, no rio Tâmega, em Amarante. A infraestrutura está prevista no Programa Nacional de Barragens, lançado pelo ex-ministro da Economia Manuel Pinho. A construção está suspensa até abril próximo, na sequência da reavaliação do programa – uma das contrapartidas do acordo de governação entre PS e “Os Verdes”. Ana Brazão, do projeto Rios Livres GEOTA, teme que, “aproximando-se a data do fim da suspensão, se iniciem trabalhos para erguer o paredão que criará uma albufeira em zona de atividade sísmica ativa, a escassos seis quilómetros da cidade de Amarante”.

Depois de amanhã, o GEOTA promove a III Caravana pelo Tâmega, que passará por Mondim de Basto, Celorico de Basto, Cabeceiras de Basto, Ribeira de Pena e Amarante, que serão afetados pelo projeto hidroelétrico. O objetivo é recolher testemunhos, a agregar à ação popular que vai para tribunal, no final do mês.

“Se a barragem avançar, quem vive e quem trabalha no centro da cidade estarão em risco permanente. Em caso de colapso, a onda de inundação chega em menos de 13 minutos”, alerta Ana Brazão.

<https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/ana-brazao-do-geota-temos-que-desmistificar-o-papel-das-barragens-na-luta-contra-as-alteracoes-climaticas-368549?fbclid=IwAR0YrMnoV6nrE87UC6jaITuqcSCL41SukLk57ElfB77f-uBYFiX-AQ8Pfp0>

18-10-2018

| Jornal Economico |

Ana Brazão do GEOTA: “Temos que desmistificar o papel das barragens na luta contra as alterações climáticas”

Engenheira ambiental e coordenadora do projeto Rios Livres do GEOTA, Ana Brazão diz que as barragens emitem gases com efeito de estufa e alerta para o impacto nos ecossistemas dos rios que “são hoje os ‘habitats’ mais ameaçados do planeta”. Em alternativa, defende a aposta na eficiência energética. E antecipa a 2ª Cimeira Europeia dos Rios que vai realizar-se no Porto, em 2020.

O Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA) participou recentemente na 1ª Cimeira Europeia dos Rios, em Sarajevo, Bósnia e Herzegovina, tendo recebido o testemunho para a realização da 2ª Cimeira Europeia dos Rios, no Porto, em 2020. Que balanço é que faz da iniciativa e que expectativas é que tem para a 2ª Cimeira Europeia dos Rios?

O GEOTA, através do projeto Rios Livres, foi um dos co-organizadores da 1ª Cimeira Europeia dos Rios. Esta iniciativa surgiu em conjunto com outras associações europeias que têm trabalhado pela proteção dos rios em estado selvagem. A primeira cimeira reuniu ativistas de movimentos e associações de toda a Europa, sobretudo da região dos Balcãs, de Portugal e de Itália, que têm lutado contra a construção de barragens. Contou com a participação de vários especialistas e dos próprios ambientalistas, que partilharam conhecimentos sobre mecanismos legais e de campanha para a sua proteção. Sentimos que a partilha de ideias por pessoas que lutam pelo mesmo, mas em escalas geográficas, históricas e políticas tão diversas, permitiu criar uma comunidade agora mais munida de ferramentas de atuação. Na 2ª Cimeira Europeia dos Rios esperamos replicar o conceito, ampliando-o a outras regiões do mundo, contando com as experiências de casos como os da América Latina, onde o direito à contestação é muito reduzido e onde existem ameaças reais e casos concretos de homicídio de ambientalistas. Tentaremos igualmente que haja uma maior representatividade de outras latitudes europeias, sobretudo de Espanha, França ou Suécia, onde a remoção de barragens obsoletas é uma realidade há anos. Esperamos igualmente que o facto de um evento desta escala ser realizado em Portugal tenha um impacto na opinião pública nacional.

As barragens costumam ser entendidas como um sinal de progresso. Essa perceção comum representa um obstáculo para a missão do GEOTA de preservar os rios selvagens em Portugal? É também uma questão cultural? Ou mero desconhecimento sobre os efeitos negativos ao nível ambiental?

As barragens estão associadas à ideia de desenvolvimento tecnológico, económico e até ambiental. Essa perceção é em muitos aspetos equivocada, blinda o debate sobre alternativas e desvaloriza os impactos ambientais e socioeconómicos negativos. Este tem sido o maior obstáculo ao nosso trabalho: desmistificar a inevitabilidade de destruímos mais recursos naturais em prol do progresso.

Este posicionamento acaba por ser um resultado do que têm sido as políticas de investimento público, assentes na necessidade de aumentar e não adaptar as infraestruturas que temos. Mas também de uma desconexão crescente entre as comunidades e o meio natural, que tem levado à perda da perceção dos serviços prestados pelos ecossistemas. Sabemos que esta mentalidade é resultado da promoção destas obras como positivas, tanto no sistema de educação como na comunicação social, assim como pelos próprios decisores políticos e por empresas como a EDP. O que tentamos fazer primordialmente é alterar mentalidades, focando-nos em explicar não apenas os impactos das barragens mas sobretudo as alternativas viáveis em termos de disponibilidade de água e produção elétrica. Mas posso dizer que há alguns anos esse trabalho era bastante mais difícil do que é hoje. Casos como a barragem de Foz Tua, onde muitas promessas foram feitas e poucas foram cumpridas, em detrimento de um património natural e patrimonial único, começaram a alterar a perceção sobre os argumentos dos ambientalistas e das vantagens económicas para as regiões afetadas. O mesmo se aplica aos casos de poluição no rio Tejo, que vieram demonstrar o impacto que a poluição, potenciada pela estagnação da água em albufeiras, pode ter nas comunidades que dependem do rio.

Qual é a importância social, ambiental e económica dos ecossistemas ribeirinhos e de que forma é que estes são afetados pelas barragens?

Os rios são as veias do nosso planeta. Transportam água e nutrientes, desempenhando um papel muito importante no ciclo da água, ao atuarem como canais de escoamento de águas superficiais. Bloqueá-los tem um impacto direto em todas as funções dos ecossistemas. Uma barragem transforma os ecossistemas lóticos (de águas em movimento) em lênticos (de água paradas), alterando a heterogeneidade dos habitats e induzindo alterações significativas na qualidade e nos parâmetros físico-químicos da massa de água afetada. Travam as dinâmicas sedimentares, bloqueando o transporte de areias ao longo do rio e que se depositariam na linha de costa. Bloqueiam transversal e longitudinalmente a passagem de fauna, particularmente espécies de peixe migradoras, e fragmentam ainda mais o território para mamíferos como o lince e lobo ibéricos. Afetam igualmente a distribuição de água, com alterações ao nível da recarga dos aquíferos. Podem criar alterações micro-climáticas, aumentando a

humidade relativa do ar, o que potencia o risco de doenças nas vinhas, tendo implicações no custo do produto final, devido aos tratamentos utilizados. E em geral, impactos climáticos, porque as albufeiras são propensas à emissão de metano, um gás com um potencial de aquecimento global muito superior ao dióxido de carbono, devido à decomposição da matéria orgânica. Para além da implicação social e económica que estes impactos acabam por ter, destaca-se ainda a afetação da prática de vários desportos de águas bravas e a monotonia da paisagem, o que prejudica o turismo da região ao destruir algo que é raro e cada vez mais procurado: um rio livre.

Por outro lado, as barragens também estão associadas ao processo de transição para energias renováveis que é urgente exponenciar, atendendo às alterações climáticas. Esse contributo para as energias renováveis não compensa os efeitos negativos?

Temos que desmistificar o papel das barragens na luta contra as alterações climáticas. Um estudo recente publicado na revista científica *BioScience* concluiu que, devido ao metano libertado nas albufeiras, as barragens podem emitir o equivalente a todas as emissões de dióxido de carbono do Brasil. Além de serem emissoras de gases com efeito de estufa, as barragens reduzem a nossa resiliência à subida do nível médio das águas do mar. Isto porque travam as areias que os rios outrora transportavam até à linha de costa. Em Portugal, são um dos principais responsáveis pela erosão costeira no litoral.

O uso de energias não renováveis não é a única causa do efeito de estufa de origem humana e, logo, a transição para renováveis não é a única solução. Tão importante quanto isso é a alteração dos modos de produção alimentar, a redução do consumo de carne e a conservação de zonas naturais. Isso tem uma implicação direta na redução de gases de efeito de estufa e na preservação dos ecossistemas, sumidouros naturais de carbono. Mas o espaço para esse debate é substancialmente mais reduzido, porque não têm o mesmo potencial económico dos investimentos nas renováveis. E porque, em última instância, dependem de uma adaptação dos padrões de consumo, algo ainda hoje erradamente associado à perda de qualidade de vida.

É precisamente no último ponto que surge a proteção dos rios, hoje os habitats mais ameaçados do planeta. Importa salientar que 81% das populações globais de vida selvagem de água doce foram perdidas, mais do que em qualquer outro ecossistema. Segundo o Ministério do Ambiente, Portugal tem mais de 7 mil barreiras fluviais, desde açudes a grandes barragens. O número exato ainda não é conhecido para todas as regiões hidrográficas, nem as suas características, usos e estado. Recuperar algumas das existentes seria uma das possibilidades à construção de novas, uma vez que a maioria dos impactos ambientais e sociais já terá ocorrido.

Outra das opções seria o investimento em eficiência energética, como o GEOTA tem defendido na última década. Segundo os nossos cálculos, um investimento em projetos de uso racional da energia equivalente à construção das novas barragens pouparia 1,3 TWh/ano de eletricidade. Com um investimento de 220 milhões de euros, criaríamos uma poupança anual de 150 milhões, equivalente à redução de mais de 5% da fatura eléctrica. A aposta em eficiência energética é de longe a melhor forma de obter energia, como prova a redução sistemática da intensidade energética ao longo das últimas duas décadas na União Europeia, EUA, Canadá, Rússia, China e Índia, entre outros. A aposta nas renováveis e, no geral, a abordagem à necessidade de aumentar a produção eléctrica nacional, tem de ser analisada à luz das reais necessidades face aos potenciais de redução de consumos, o que por sua vez tem um impacto positivo para famílias, serviços e indústrias.

Em Portugal, os estudos de impacto ambiental parecem ser uma mera formalidade burocrática, sem capacidade para travar empreendimentos com grandes repercussões no meio ambiente. Considera que os estudos de impacto ambiental deveriam ser reforçados ou blindados relativamente a interesses políticos e empresariais?

Em termos processuais, a Avaliação de Impactos Ambientais é teoricamente adequada. É nesse âmbito que surgem os Estudos de Impacto Ambiental (EIA), aos quais estão associados uma fase de consulta pública e a análise de uma Comissão de Avaliação (CA) constituída por representantes das entidades com diferentes competências e a quem cabe, entre outros, proceder à apreciação técnica do EIA. Já presenciámos casos em que esse processo vai além da mera formalidade burocrática, como foi o caso da mini-hídrica no Rio Vez, em Sistelo, também conhecida como o “Tibete Português”. Este projeto recebeu um parecer desfavorável porque os impactos negativos não compensavam os positivos e não eram passíveis de minimização. E o projeto foi travado. Contudo, estes estudos são encomendados pelo próprio proponente da obra e os resultados da consulta pública e dos pareceres recebidos não são vinculativos, servindo apenas de orientação para a tomada de decisão final, que cabe à Agência Portuguesa do Ambiente. Como e porque é tomada a decisão é a fase opaca do processo e, logo, impossível de compreender em que medida está sujeita a esses interesses.

O Plano Nacional de Barragens tem sido motivo de várias suspeitas, envolvido em casos de alegada corrupção que estão a ser investigados. Isso não reforça a ideia de que o interesse público não foi acautelado?

Todo o processo do Programa Nacional de Barragens foi pouco transparente, a começar pela razão pela qual não foram equacionadas outras políticas energéticas como a aposta no solar ou na eficiência energética. Estes investimentos, ditos privados

e supostamente rentáveis, acabaram por vir a ser subsidiados publicamente já depois de aprovados. Na Europa, esse apoio ao investimento é frequente no caso das mini-hídricas, mas que nunca encontramos no caso de grandes barragens, até porque já quase não são construídas. Para além de que a maioria das barragens previstas no Programa Nacional de Barragens é de bombagem, que segundo a legislação nacional e europeia aplicável não pode sequer ser considerada energia renovável.

O GEOTA submeteu, por isso, na Procuradoria-Geral da República, uma queixa-crime no ano passado, processo que se encontra em segredo de justiça. Independentemente dos contornos, omissões e permissões que a lei possa oferecer, as decisões tomadas não respeitaram o interesse público. As metas traçadas eram energéticas, o que várias outras soluções tecnológicas permitiriam atingir. Se as decisões estivessem assentes no cariz técnico, provavelmente não teriam sido tomadas. Ter-se-iam observado investimentos mais reduzidos e com menores impactos, ou a aposta na eficiência energética.

Têm sido denunciados vários focos de poluição no rio Tejo, com origem em determinadas indústrias. Considera que a fiscalização e controlo pelas autoridades têm sido eficazes? E as multas aplicadas são suficientes para impedir a reincidência?

A fiscalização e o controlo das autoridades visam, de modo genérico, a verificação do cumprimento das obrigações das unidades industriais. No nosso entender é a montante que começam as falhas. Por um lado, a gestão partilhada com Espanha e o facto de Portugal se encontrar a jusante, com implicações no caudal afluente. A Convenção de Albufeira (Convenção sobre Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas) estabeleceu em 1998 os caudais mínimos e, em 2008, o regime de caudais mínimos trimestrais e mensais. Mas com um conjunto de exceções como em situações de seca. Também o facto de os caudais definidos não corresponderem aos ecológicos faz com que o rio Tejo tenha menos água e, assim, agrave qualquer foco de poluição.

Estas condições, para além de reequacionadas, têm de ser tidas em conta na gestão da bacia hidrográfica no que diz respeito à capacidade de carga do rio Tejo para receber efluentes de indústrias. Aqui entra a análise global das empresas que o fazem e, mediante autorização, terem de ajustar os seus processos de tratamento para assegurar a qualidade do efluente descarregado. As multas só são aplicáveis se verificado que uma unidade industrial está em incumprimento da sua licença, o que se tem verificado difícil de comprovar. E, estando em cumprimento, deveriam ser revistas, pois claramente têm um impacto significativo no meio hídrico. Ou seja, o esforço no reforço da fiscalização e controlo só se traduz nas melhorias do rio Tejo se as indústrias tiverem licenças adequadas, em quantidade e qualidade, ao meio em que descarregam.

<https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/ambientalistas-pedem-suspensao-da-caca-a-rola-brava-especie-que-desde-2015-esta-vulneravel-a-extincao>

24 Sapo

DATA: 13-11-2018

13-11-2018

| 24 Sapo |

Ambientalistas pedem suspensão da caça à rola-brava, espécie que desde 2015 está vulnerável à extinção

A coligação das seis maiores associações de defesa do ambiente portuguesas apelou ao Governo para suspender de imediato a caça à rola-brava e recordou que a redução da espécie nos últimos 14 anos atingiu aos 80%.

Em comunicado, associações como a GEOTA, a Liga para a Proteção da Natureza (LPN), a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), a Quercus, o Fundo para a Proteção dos Animais Selvagens (FAPAS) e a ANP/WWF (Associação Natureza Portugal/World Wild Fund) defendem que a proibição deve vigorar “até que seja definido o limite sustentável de abate e que esse limite possa ser corretamente implementado no nosso país”.

Lembram que a população de rola-brava “tem diminuído acentuadamente por toda a Europa nas últimas dezenas de anos”, sobretudo devido à intensificação agrícola (corte de sebes, destruição de mosaicos agrícolas e uso indiscriminado de fitofármacos) e à caça excessiva em países como França, Espanha, Portugal e Itália.

“A situação da rola-brava é de tal maneira grave que a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) classificou-a como espécie Vulnerável à extinção em 2015”, recordam.

https://www.sapo.pt/noticias/nacional/associacoes-ambientalistas-escrevem-a_5bfb05c785176283a7aab45

Lusa

DATA: 26-11-2018

Seis associações ambientalistas escreveram hoje uma carta aberta ao Ministro do Ambiente e da Transição Energética expressando a sua preocupação sobre a alienação da Herdade da Comporta a promotores imobiliários que querem urbanizar aquele espaço.

O país está, pois, na iminência de assistir não só à conversão de um vasto espaço agroflorestal num complexo residencial e turístico, como à entrega a decisores particulares de algumas decisões cruciais para o futuro ambiental e social do território", pode ler-se no documento a que a agência Lusa teve acesso.

A carta é subscrita pela ACU - Associação Comporta Utopia, ALA - Alentejo Litoral pelo Ambiente, GEOTA -- Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente, LPN - Liga para a proteção da Natureza, QUERCUS -- Associação Nacional de Conservação da Natureza e ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável.

A posição das organizações não-governamentais de defesa do ambiente surge na véspera de uma reunião à porta fechada dos credores do fundo imobiliário Gesfimo (do Grupo Espírito Santo) "para deliberar a venda da Herdade da Comporta a promotores imobiliários", salienta-se na carta.

"Estes, apoiados em controversos diplomas legais de 1993 e 2008, tornaram já público o seu projeto de urbanizar na extensão máxima toda a área que pretendem adquirir", destacam as associações.

Para estas seis entidades, falta discutir alternativas e "continua a apostar-se acriticamente numa fórmula de ordenamento prevista em abstrato há vinte e cinco anos com o primeiro PROTALI [Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo Litoral] e reiterada há dez anos por um despacho ministerial assinado durante uma profunda crise nos setores da construção e do imobiliário".

Entre os cinco pontos que constam na carta, assinala-se que "falta resolver as controvérsias da Reserva Ecológica Nacional" e assinala-se a necessidade de ser respeitada a Rede Natura 2000, uma área classificada pela União Europeia para fins de conservação da biodiversidade.

Por outro lado, salienta-se no documento que a Caixa Geral de depósitos, enquanto principal credor da Gesfimo, "deverá guiar-se pelo interesse público", possibilitando a reversão "para a esfera pública da decisão sobre o futuro daqueles núcleos de desenvolvimento turístico", ou definindo "critérios supletivos para a venda, impondo não apenas o preço, mas também condições ambientais reforçadas à execução dos planos".

As seis associações defendem que "os contribuintes não devem sustentar 'elefantes brancos'", lembrando a crise financeira que atingiu Portugal no final da década passada e um cenário "infelizmente familiar" aos portugueses: "a proliferação de urbanizações devolutas, dispersas pela paisagem, cujo valor financeiro foi inscrito como imparidades em bancos resgatados".

A Gesfimo adiantara a 25 de outubro, num comunicado enviado à Lusa, que tinha assinado um "contrato promessa de compra e venda" da propriedade com o consórcio Amorim/Vanguard.

"A Gesfimo -- Espírito Santo Irmãos Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA, na qualidade de entidade gestora do Herdade da Comporta -- Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado, informa que assinou com o consórcio constituído pela Amorim Luxury SA e Port Noir Investments SARL [mais conhecido por Vanguard Properties], um contrato promessa de compra e venda de ativos que integram o património do fundo, no âmbito de um processo de venda assessorado pela Deloitte", pode ler-se no documento.

Já o consórcio Vanguard Properties e Amorim Luxury indicou no mesmo dia que "se propõe desenvolver assenta na ligação virtuosa entre a comunidade, o mar e a terra, garantindo um desenvolvimento sustentável de toda a região".

https://www.evasoes.pt/noticias/passadicos-do-paiva-sao-a-melhor-atracao-de-aventura-do-mundo/	
Evasões	DATA: 01-12-2018

01-12-2018 | Evasões | Passadiços do Paiva: melhor atração de aventura do mundo

Os Passadiços do Paiva, em Arouca, acabam de conquistar o prémio de Melhor Atração Turística de Aventura, no âmbito dos World Travel Awards.

Os Passadiços do Paiva, um projeto do município de Arouca, já tinham arrecadado quatro distinções nos World Travel Awards, os prémios do turismo: o de Melhor Projeto Europeu de Desenvolvimento Turístico, em 2016, 2017 e 2018; e o de Melhor Atração Turística Europeia de Aventura, também neste ano. Agora volta a repetir este último, na gala que decorreu esta noite, no Pátio da Galé.

A infraestrutura, que oferece paisagens ricas em beleza e biodiversidade, junto ao rio, está integrada no Arouca Geopark, um território com 328 quilómetros quadrados, reconhecido pela UNESCO como Património Geológico da Humanidade.

O Arouca Geopark tem 41 geossítios – sítios de interesse geológico – classificados, e só nos Passadiços do Paiva encontram-se cinco: a Garganta do Paiva, a Cascata das Agueiras, a Praia Fluvial do Vau, a Gola do Salto e a Falha da Espiunca.

O percurso, entre Areinho e Espiunca, tem declives acentuados, escadas e troços de terra batida. Acaminhada pode começar em qualquer das extremidades dos passadiços de madeira, ou a meio, no Vau, embora o esforço físico seja menor partindo da praia fluvial do Areinho. São precisas cerca de três horas para percorrer um sentido.

Os Passadiços do Paiva têm várias distinções na bagagem. Recentemente, receberam o Prémio Guarda-Rios 2018, atribuído pela organização ambientalista GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e do Ambiente; e a Medalha de Mérito Turístico – Menção Honrosa, do Turismo de Portugal.

https://24.sapo.pt/actualidade/artigos/europa-compromete-fim-da-sobrepesca-em-2020-com-dois-pesos-e-duas-medidas-para-portugal	
24 Sapo	DATA: 19-12-2018

19-12-2018 | 24 Sapo | Europa compromete fim da sobrepesca em 2020, com dois pesos e duas medidas para Portugal

A PONG-Pesca defendeu esta quarta-feira que a Europa comprometeu o fim da sobrepesca em 2020 e que “nos ‘stocks’ mais importantes para Portugal terá havido dois pesos e duas medidas”.

Para a Plataforma de Organizações Não Governamentais Portuguesas sobre a Pesca (PONG-Pesca), em causa estão as decisões tomadas durante o conselho de ministros das Pescas, que terminou esta madrugada em Bruxelas.

Em relação a Portugal, sublinhou o presidente da PONG-Pesca, “os pareceres terão sido desrespeitados para os ‘stocks’ com informação menos robusta – como o linguado, a solha e as raias – mesmo quando as capturas dos últimos anos têm sido próximas ou mesmo abaixo dos pareceres científicos”.

“A exigência de seguir os melhores pareceres científicos aplica-se a todos os ‘stocks’. Para os que têm dados científicos menos robustos, é ainda mais crucial ter uma abordagem precaucionária e respeitar as recomendações”, referiu Gonçalo Carvalho, citado na nota.

Para a PONG-Pesca, “os ministros [das Pescas da UE] voltaram a tomar muitas decisões acima dos pareceres científicos, tendo-se registado, tudo indica, uma estagnação da tendência lentamente positiva que tinha sido registada em anos anteriores”.

Na sua rede favorita

ANEXO 3 - LISTA DE REPRESENTAÇÕES EM EVENTOS E REUNIÕES EXTERNAS – 2018

JANEIRO

04-01-2018 – Reunião direção PASC, Lisboa, Helder Careto

08-01-2018 - Reunião de GTEAS (Grupo de Trabalho de Educação Ambiental para a Sustentabilidade da APA), Agência Portuguesa de Ambiente, Lisboa, Carla Pacheco

10-01-2018 – Reunião C6, Lisboa, Helder Careto

12-01-2018 - Cerimónia de Entrega de Prémios do Green Project Awards Portugal, APA/Quercus, Porto, Ana Catarina Miranda

13-01-2018 - II Seminário Ibérico sobre o desenvolvimento das comunidades ribeirinhas do Tejo, A Confraria Ibérica do Tejo – CIT e a Unidcom / ID:Co.Lab da Universidade Europeia / IADE, Vila Velha de Rodão, Helder Silva, AEAT representou o GEOTA

16-01-2018 - Reunião interassociativa - GEOTA-PATO, Tornada, Teresa Lemos, Carla Pacheco

17-01-2018 - Participação no Eco-escolas da ETEO (Escola Técnica e Empresarial do Oeste), Carla Pacheco

18-01-2018 – Reunião da Comissão Diretiva da Reserva Natural Local do Paul de Tornada, Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada, Tornada, Teresa Lemos

18-01-2018 - Reunião direção PASC, Lisboa, Helder Careto

23-01-2018 – Reunião CE CPADA, Lisboa, Helder Careto

24-01-2018 - Reunião entre o Programa Gulbenkian Sustentabilidade e as ONGA, Lisboa, Patrícia Tavares

25-01-2018 - Sessões Regionais de Ambiente - Sessão sobre Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (RCD), CCDR LVT, Lisboa, Helder Careto

25-01-2018 - Recursos Hídricos e incêndios Florestais: Dos Impactes às Soluções, APRH, Lisboa, Ana Brazão, Ana Bento, Pedro Santos e Miguel Jerónimo

26-01-2018 – Entrevista na SIC Notícias — Informação sobre a Poluição do Tejo, Lisboa, João Joanaz de Melo

30-01-2018 - The black hole of funding applications Webinar, StoneSuop Academy, Marlene Marques, Miguel Jerónimo e Helder Careto

30-01-2018 – Comemoração do 2º Aniversário da ALIANÇA ODS PORTUGAL, Lisboa, Marlene Marques

FEVEREIRO

01-02-2018 – Apresentação “Barragens: problemas do passado e soluções do futuro” na Universidade do Minho, Ana Brazão

09-02-2018 – Reunião Extraordinária da PASC, Lisboa, Helder Careto, Marlene Marques

09-02-2018 - Debate CES “O Futuro da UE: Orçamento da União e Portugal!”, Lisboa, Helder Careto

09-02-2018 - Seminário Coastwatch, Lisboa - Carla Pacheco, Marlene Marques

12-02-2018 - Reunião interassociativa - GEOTA-PATO, Tornada, Teresa Lemos

17/18-02-2019 - Curso do Projeto Rios - Carla Pacheco

19.02.2019 - Participação num programa da rádio Nazaré - Teresa Lemos, Marlene Marques

24-02-2018 – Reunião ProTejo, Vila Nova da Barquinha, Ana Brazão

28-02-2018 - Reunião CE CPADA, Lisboa, Helder Careto

MARÇO

08-03-2018 - Reunião direção PASC, Lisboa, Helder Careto

08-03-2018 – Seminário “Da ameaça à convivência: a proteção das comunidades em cenário de incêndio rural”, Estrutura de Missão para a Instalação do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, Lisboa, Miguel Jerónimo

12-03-2018 - Reunião CE CPADA, Lisboa, Helder Careto

19-03-2018 - Participação no Grupo de Trabalho da Água do EEB (Berlim), Ana Brazão

20-03-2018 - Entrevista TSF a Marlene Marques sobre o projeto Terra Seixe

22-03-2018 - Conferência Consumo Consciente, DECO, Lisboa, Patricia Tavares

23-03-2018, LNEC - Debate sobre a Convenção Albufeira, organizado pela APRH, Lisboa, Ana Bento

23-03-2018 - Comemorações do Dia Mundial da Árvore, com plantações de espécies autóctones nas escolas da Freguesia de Tornada e Salir do Porto, Caldas da Rainha, Carla Pacheco

23-03-2018 - Assembleia Geral Ordinária da Associação PATO, Tornada-Caldas da Rainha, Teresa Lemos, Carla Pacheco

23-03-2018 - Debate sobre a Convenção de Albufeira, APRH, Lisboa, João Labrincha, Ana Bento

23-03-2018 – Assembleia Geral da CPADA, Helder Careto, Marlene Marques

26/27-03-2018 - Audição Pública dedicada ao tema do “Rio Tejo – Poluição e outros conflitos”, Os Verdes, Lisboa, João Labrincha

26-03-2018 - Audição do PEV sobre poluição no Tejo e Convenção de Albufeira, Lisboa, João Labrincha

28-03-2018 – Assembleia Geral PASC, Lisboa, Helder Careto

ABRIL

02-04-2018 – Festa de Aniversário EPAL, Lisboa, Patrícia Tavares

07-04-2018 – Reunião ProTejo, Vila Nova da Barquinha, Ana Brazão

09-04-2018 - Comemorações do Dia Mundial da Árvore, com plantações de espécies autóctones nas escolas da Freguesia de Tornada e Salir do Porto, Caldas da Rainha, Carla Pacheco

10-04-2018 – Reunião C6, Lisboa, Helder Careto

11-04-2018 – ExpoFCT, Faculdade de Ciências e Tecnologia/UN, o GEOTA participou com uma Banca, Monte da Caparica, Helder Careto

11-04-2018 - Seminário “O engenheiro florestal na prevenção e combate aos incêndios rurais”, CEF - Centro de Estudos Florestais do Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, Miguel Jerónimo

15-04-2018 - Reunião CE CPADA, Lisboa, Helder Careto

16-04-2018 – Reunião extraordinária da Comissão de Acompanhamento Ambiental do Sistema Eletroprodutor do Tâmega, Porto, Ana Bento

16/17-04-2018 - Seminário AMBER y Dam Removal Europe, Projeto Amber, Madrid, João Labrincha

20-04-2018 - XXIV Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental - Apresentação de uma comunicação Eixo 2 – Educação Ambiental em espaços rurais e ecoaldeias TerraSeixe, ABAE, Setúbal, Miguel Jerónimo

20-04-2018 - XXIV Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental - Apresentação de uma comunicação: “no Eixo 1:Eixo: 1 – Educação Ambiental em equipamentos e espaços naturais, ABAE, Setúbal, Carla Pacheco

20-04-2018 - Reunião direção PASC, Lisboa, Helder Careto

MAIO

03-05-2018 - Reunião Direção PASC, Lisboa, Helder Careto

10-05-2018 - Assembleia Geral do MIA, Lisboa, Marlene Marques e Helder Careto

15-05-2019 - Reunião C6, Lisboa, Helder Careto

23-05-2018 - XIV Reunião da Assembleia Geral da OesteSustentável, Caldas da Rainha, Teresa Lemos

16-05-2018 - Representação no Conselho Eco-escolas da EHTO (Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste), Carla Pacheco

16-05-2018 - Entrevista SIC Notícias, João Joanaz de Melo entrevistado sobre a queixa à PGR

23-04-2018 - Reunião CE CPADA, Lisboa, Helder Careto

24-05-2018 - Participação no seminário “O rumo da bioeconomia azul em Portugal” - Que soluções nacionais para os desafios globais?”, Bluebio Alliance, Lisboa, Carla Pacheco

24-05-2018 - Almoço Fórum do Património, GECORPA, Lisboa, Marlene Marques

25-05-2018 - Reunião Direção PASC, Lisboa, Helder Careto

30/31-05-2018 - Semana infantil, Caldas da Rainha, Carla Pacheco, Teresa Lemos

JUNHO

07-06-2018 - Reunião Direção PASC, Lisboa, Helder Careto

01/05-06-2018 - Semana infantil, Caldas da Rainha, Carla Pacheco, Teresa Lemos

09-06-2018 - MIA Manifestação “Cerrar Almaraz e todas las demás – Cerrar lá Mina”, Salamanca, Marlene Marques

12-06-2018 - Cerimónia da entrega dos prémios do projecto “Ventos de Poupança 2” da Oeste Sustentável, Carla Pacheco

18-06-2018 - Saída Projeto Rios, Rio de Tornada, Tornada, Carla Pacheco, Teresa Lemos

18-06-2018 - Conferência «Um Orçamento para o futuro - Quadro financeiro plurianual da União Europeia, Representação da Comissão Europeia em Portugal, Lisboa, Marlene Marques

19-06-2018 - Reunião da Comissão Diretiva da Reserva Natural Local do Paul de Tornada, Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada, Tornada, Teresa Lemos

19/20-06-2018 - 8ª reunião da Comissão de Acompanhamento Ambiental do Sistema Eletroprodutor do Tâmega, Porto, João Labrincha

20-06-2018 - Reunião de preparação Ações formação com a CFAE OESTE, ADTA e OesteSustentável, Caldas da Rainha, Carla Pacheco

21-06-2018 - Projeto Piloto de Redução do Lixo nas Praias, Reunião com. Municipal de Mafra, Mafra, Carla Pacheco e Patrícia Rocha

22-06-2018 - Reunião Direção PASC, Lisboa, Helder Careto

22-06-2018, Apresentação do Programa Nacional de Investimentos, Lisboa, João Labrincha

JULHO

02-07-2018– Aniversário da Reserva Natural Local do Paul de Tornada, Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada, Carla Pacheco, Marlene Marques, Teresa Lemos

20-07-2018 - Reunião Direção PASC, Lisboa, Helder Careto

27-07-2018 - “Os desafios da Europa - Les défis de l’Europe” Encontro com os Cidadãos - Consultation Citoyenne, Lisboa, Marlene Marques

AGOSTO

03-08-2018 - Reunião Direção PASC, Lisboa, Helder Careto

03/15 -08-2018 - Feira das Tasquinhas - representação no stand da União de Freguesias de Tornada e Salir do Porto, Teresa Lemos, Carla Pacheco

17/26-08-2017 – Feira dos Frutos, Caldas da Rainha, Teresa Lemos, Carla Pacheco

SETEMBRO

12-09-2018, Reunião de Associações Nacionais no EEB, Lisboa, Ana Brazão

14-09-2018 - Reunião Direção PASC, Lisboa, Helder Careto

18-09-2018 - II “Encontro do Mar do Alqueva”, Associação “Unidos pelo Mar – Economia Azul”, Mourão, Marlene Marques

19-09-2018 - Reunião CE CPADA, Lisboa, Helder Careto

20/21-09-2018- 9ª reunião da Comissão de Acompanhamento Ambiental do Sistema Eletroprodutor do Tâmega, Porto, Ana Brazão e Ricardo Próspero

21-09-2018 - Reunião Direção PASC, Lisboa, Helder Careto

27-09-2018 - Reunião da Comissão Diretiva da Reserva Natural Local do Paul de Tornada, Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada, Tornada, Teresa Lemos

28-09-2018 - Reunião de preparação Ações formação com a CFAE OESTE, ADTA e OesteSustentável, Caldas da Rainha, Carla Pacheco

OUTUBRO

03-10-2018 - Seminário de Apresentação dos Referenciais de educação ambiental para a Sustentabilidade com uma apresentação sobre EAS, no dia 3 de Outubro 2018, na sede da OesteSustentável - Carla Pacheco

03-10-2018 - Reunião CE CPADA, Lisboa, Helder Careto

04-10-2018 - Reunião Direção PASC, Lisboa, Helder Careto

04-10-2018 - Participação com um stand de divulgação e atividades de EAS do Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada e do Projeto Coastwatch, no Dia do Galardão Bandeira Verde Eco-escolas 2018, em Pombal, Carla Pacheco

06-10-2018 - Eurobirdwatch - Atividade no Paul de Tornada Teesa Lemos, Carla Pacheco

09-10-2018 - Sessão de trabalho "Transformação fundiária e conservação de cadastro geométrico da propriedade rústica", Direção-Geral do Território ao Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente, Lisboa, Marlene Marques

10-10-2018 - Sessão de Apresentação do Programa de Educação Ambiental 2018/2019, Câmara Municipal da Amadora, Amadora, Helder Careto

10/12-10-2018 - Formação em policy advocacy para funcionários das ONGs de defesa do ambiente, promovida pelo Programa Gulbenkian Sustentabilidade e pela Advocacy School, Programa Gulbenkian Sustentabilidade e pela Advocacy School, Lisboa, Ana Brazão, João Labrincha

12-10-2018 - Reunião C6, Lisboa, Helder Careto

13-10-2018 - Seminário: Gestão Sustentável dos Recursos do Tejo. Desafios para o Século XXI, Santarém, Ricardo Próspero

15-10-2018 — Entrevista na SIC Notícias — Informação sobre o Furacão Leslie e ordenamento do território, João Joanaz de Melo

19-10-2018 - Reunião Direção PASC, Lisboa, Helder Careto

21-10-2018 - 30º aniversário da Associação PATO, Tornada, Marlene Marques

23-10-2018 - Debate "Os Aspetos Económicos da Exploração de Hidrocarboneto em Portugal e as Alterações Climáticas". Ordem dos Engenheiros, Lisboa, João Joanaz de Melo foi orador convidado.

27-10-2018 - Seminário ProTejo, Vila Nova da Barquinha, Ana Brazão

27-10-2018 - Tejo Vivo: seminário para a recuperação do rio Tejo e seus afluentes. Protejo/C.I Médio Tejo, Abrantes, João Joanaz de Melo orador convidado no painel "A escassez de água na bacia do Tejo em situação de seca periódica e alterações climáticas".

29-10-2018 — Participação na RTP1 no Programa Prós e Contras sobre o Aeroporto Civil do Montijo, João Joanaz de Melo

NOVEMBRO

05-11-2018 — Entrevista na SIC Notícias — Opinião Pública sobre Ordenamento costeiro, João Joanaz de Melo

05-11-2019 - Reunião Direção PASC, Lisboa, Helder Careto

10-11-2018 - Apresentação do Projeto CW no Porto, no evento Voice for the Ocean | Portugal | Surfrider Foundation Europe, Carla Pacheco

16-11-2018 - Reunião Conselho Eco-Escolas, Escola Hotelaria e Turismo do Oeste, Caldas da Rainha, Carla Pacheco

05/07-11-2018 - Simpósio Raising Awareness and Funding for Freshwater Life – Visions and Opportunities, Berlim, Ricardo Próspero

09-11-2018 - Conselho de Representantes PASC, Lisboa, Marlene Marques, Helder Careto

10-11-2018 - Tertúlia-Debate Será Portugal um país racista?, PASC, Lisboa, Helder Careto

16-11-2018 - Reunião Direção PASC, Lisboa, Helder Careto

21-11-2018 - Encontro Nacional de ONGA /Associações de Defesa do Ambiente "Agricultura, Ambiente e Saúde", CPADA, Lisboa, Marlene Marques, Helder Careto

24-11-2018 — Reunião ProTejo, Vila Nova da Barquinha, Ana Brazão

26-11-2018 — Reunião do Conselho de Região Hidrográfica do Norte, Amarante, Ricardo Próspero

30-11-2018 - Participação I Aqua Fórum Alto Tâmega, Vidago, Ricardo Próspero

30Nov/02Dez-2018 - Visões do Futuro - 1ª Edição Mobilidade e Sustentabilidade. DECO/PROTESTE, Estoril, João Joanaz de Melo orador convidado no painel “Eficiência energética”.

DEZEMBRO

01/12-2018 - Reunião interassociativa - GEOTA - PATO, Teresa Lemos, Marlene Marques

05-12-2018 - Seminário de Política e Inovação em Ambiente "Actores da política de ambiente: ONGA", FCT/NOVA, Monte da Caparica, Marlene Marques, Ana Brazão

05-12-2018 – Lançamento do Livro “Água Subterrânea”, Lisboa, Marlene Marques, Irina Gomes

05-12-2018 - Conferência O regime de prevenção e reparação do dano ecológico: o balanço possível de dez anos de vigência, FDUL, Lisboa, Ricardo Próspero e Irina Gomes

10-12-2018 – Reunião C6, Lisboa, Helder Careto

11-12-2018 - Reunião sobre caça, representantes ICNF, SEPNA, Reserva Caça Associativa, Centro Ecológico Educativo; Tornada, Carla Pacheco, Teresa Lemos

13-12-2018 - Reunião CE CPADA, Lisboa, Helder Careto

20-12-2018 - Reunião Tempo de Antena, RTP, Lisboa, Helder Careto

28-12-2018 - Reunião Direção PASC, Lisboa, Helder Careto

ANEXO 4 - LISTA DE ENTIDADES APOIANTES DO GEOTA EM 2018

(Ordenada por tipos de entidades e por ordem alfabética, por qualquer tipo de apoio)

Entidades Públicas e Governamentais

Presidente da República	CM Penafiel
APA – Agência Portuguesa do Ambiente	CM Peniche
Área Metropolitana de Lisboa	CM Ponta Delgada
CCDR Algarve	CM Portimão
CCDR LVT	CM Sintra
Centro de Educação Ambiental de Marim Parque Natural da Ria Formosa	CM Torres Vedras
Centro de Educação Ambiental Funchal	CM V. R. Stº António
CM Águeda	CM V.N.Gaia
CM Albufeira	CM Vagos
CM Alcobaça	CM Vila do Bispo
CM Alcochete	CM Vila do Campo
CM Aljezur	CM Vila do Porto
CM Amadora	CM Vila franca de Xira
CM Barreiro	CM Vila Real de Stº António
CM Batalha	Direção Geral da Educação
CM Cadaval	Direção Geral do Território
CM Caldas da Rainha	Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares
CM Cartaxo	Governo Regional dos Açores
CM Cascais	ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Floresta
CM Felgueiras	IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude
CM Figueira da Foz	JF Odeceixe
CM Funchal	Junta de Freguesia de Santo Antão do Tojal
CM Horta	Junta de Freguesia Nossa Sra. do Pópulo (Caldas da Rainha)
CM Ílhavo	MA - Ministério do Ambiente
CM Lagos	Ministério da Educação e Ciência
CM Lisboa	OMA – Observatório do Mar dos Açores
CM Loures	Parque Biológico e Águas de Gaia
CM Mafra	PNA (Parque Natural da Arrábida)
CM Moita	PNLN (Parque Natural Litoral Norte)
CM Monchique	PNRF (Parque Natural da Ria Formosa)
CM Montijo	RNET (Reserva Natural do Estuário do Tejo)
CM Nazaré	Reserva Natural Local do Paul de Tornada (Câmara Municipal de Caldas da Rainha)
CM Odivelas	
CM Oeiras	
CM Oliveira de Azeméis	

Secretaria de Estado do Ambiente

União de Freguesias de Tornada e Salir do Porto

Escolas e Universidades

Agrupamento de Escolas S. João do Estoril.	Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNL
Centro de Formação Orlando Ribeiro	FCSH/UNL
Cercina	FCT/UNL
Ciência Viva Algarve (Tavira, Olhão, Faro)	Fundação da FCT
Escola Básica 2, 3 Roque Gameiro	IST/UTL
Escola de Hotelaria e Turismo do Oeste	E.S. de Camões
Escola EB1 nº 1 do Laranjeiro	Universidade de Évora
Escola Superior de Educação de Coimbra - IPC	Universidade de Lisboa
Escola Superior de Tecnologia do Mar de Peniche	Universidade do Algarve
Externato Penafirme	Universidade dos Açores

Organizações Não Governamentais

AAMARG (Associação dos Amigos dos Moinhos e Ambiente da Região da Gândara)	DECO
ADACE	EEB
ADES	Espeleoclube Torres Vedras
ONGaia	FPCUB
ADP Mértola	Gê-Questa (Ilha Terceira)
AEAT	Geração 21
Agência Oeste Sustentável	Grupo Ecológico de Cascais
AMCPN	Grupo Flamingo
Amigos da Beira	Grupo Montanheiros
APECE	LPN
Associação Ecológica Amigos dos Açores - S. Miguel	MAVA Fondation pour la Nature
Associação PATO	OIKOS – Leiria
AZÓRICA (Faial)	Onda Verde - Vila Nova de Gaia
C6	Ordem dos Engenheiros
Centro de Arqueologia de Almada	PALP
Centro de Educação Ambiental Funchal	PASC CC
Centro Português de Atividades Subaquáticas (CPAS)	Plataforma Salvar o Tua
CIBIO	SCIENA - Associação de Ciências Marinhas e Cooperação
Clube da Montanhismo da Arrábida	PONG Pesca
Clube do Ambiente – Sta Mª da Feira	Quercus – ANCN
Clube Pesca e Náutica Desportiva – Albufeira	Seas-at-risk
CNE – Corpo Nacional de Escutas	Seixal Surfing
CPADA	SERS – Sindicato dos Engenheiros
	SETA
	SPEA

Anthony Frank Lambe

Designways

EPAL

INVESTIRE

Senso Comum

Sysdomain

ANEXO 5 - GEOTA na Rede

Recursos educativos e de informação do GEOTA

Lista de links de páginas do GEOTA na Internet:

Página institucional do GEOTA: www.geota.pt

Página do Projeto O Meu Eco-Sistema: www.omeueco-sistema.pt

Página do O Meu Eco-ponto: www.omeuecoponto.pt (em integração com a página OMES)

Centro Ecológico Educativo Prof. João Evangelista e Reserva Natural Local do Paul de Tornada: www.ceept.pt

Projeto Rios Livres <http://rioslivresgeota.org/>

Blogues e páginas do Facebook:

GEOTA (página institucional do facebook) <https://www.facebook.com/www.geota.pt>

Geotàlupa (informação geral sobre ambiente): <http://geotalupa.blogspot.com/> e

BiodiverCidade (Projeto de ambiente urbano) <http://biodivercidade-geota.blogspot.com/> e <https://www.facebook.com/BiodiverCidade>

O Meu Eco-Sistema (blogue do Projeto O Meu Eco-Sistema) <http://omeueco-sistema.blogspot.com/> e <http://www.facebook.com/omeuecosistema>

Coastwatch (Blogue do Projeto Coastwatch) <http://coastwatch-coastwatch.blogspot.com/> e <http://www.facebook.com/pages/Coastwatch/193434474051232>

Pelos Rios Livres - Sem Mais Barragens (Página do facebook) <https://www.facebook.com/rioslivres> <http://rioslivresgeota.org/>

CEEPT <http://ceept.blogspot.pt/> e <https://www.facebook.com/pages/Centro-Ecol%C3%B3gico-Educativo-do-Paul-de-Tornada-Prof-Jo%C3%A3o-Evangelista/360549383968680>

RELATÓRIO DE CONTAS DO GEOTA DE 2018

Análise de Contas

[Euros]

	2018												Total	
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro		
CONTAS DE BALANÇO														
11 Caixa														
12 Bancos	535.891	107.640	40.745	22.657	131.577	89.480	76.308	112.621	27.196	18.011	18.456	47.884	47.884	
21 Clientes	991	696	399	439	485	516	1.161	796	776	1.229	7.666	9.332	9.332	
22 Fornecedores	-11.911	-19.799	-12.177	-12.233	-12.614	-11.071	-59.065	-12.830	-27.048	-29.366	-47.828	-12.367	-12.367	
23 Pessoal				-1.065					-114		-122	-38	-38	
24 Estado	-3.193	-3.809	-5.831	-5.664	-5.333	-4.318	-4.318	-9.318	-5.471	-5.947	-7.196	-5.947	-5.947	
25 Financiamentos obtidos	-391	-1.754	-609	-2.067	-1.044	-544	-1.349	-1.964	-179	519	-38	-1.659	-1.659	
26 Accionistas/sócios														
27 Outras contas a rec./pagar	260.469	420.718	461.350	461.915	392.420	429.924	430.200	410.775	500.297	498.162	498.412	518.015	518.015	
28 Diferimentos	-829.899	-911.200	-762.479	-752.752	-725.078	-699.404	-697.580	-626.956	-670.232	-581.503	-562.806	-529.773	-529.773	
29 Provisões														
CONTAS DE RESULTADOS														
621 Subcontratos	30.378	30.378	30.378	30.378	30.378	30.378	30.378	30.378	30.378	30.378	30.378	30.378	30.378	364.636
6221 Trabalhos especializados	22.378	31.003	314	328	629	8.769	53.369	26.642	23.519	1.476	38.647	4.445	211.806	
6222 Publicidade e propaganda		2	2	68	119	17	2	61	2	263	17	2.148	2.719	
6223 Vigilância e segurança										103			103	
6224 Honorários					1.340	200	3.325			3.773	9.291	200	14.047	
6225 Comissões														
6226 Conservação e reparação			63						133				195	
6228 Outros serv. especializados														
6231 Retenções e utelilicos		413	14	265	924			1.937	491	10	1.099	253	6.436	
6232 Livros e documentação técnica					11	4	4			2.077	21	182	2.297	
6233 Material de escritório	46	46	126	82	243	103	348	38	72	65	651	464	2.275	
6234 Artigos para oferta														
6236 Outros materiais				23								2.728	932	
6241 Electricidade	163	100	97	127	189	69	196	96	134	140	108	141	1.612	
6242 Combustíveis														
6243 Água	7	70	9	63	10	62	9	74	12	67	12	69	470	
6248 Outros fluidos														
6251 Deslocações e estadas	333	1.797	3.067	2.020	1.639	2.179	1.116	4.001	3.051	9.169	6.104	2.694	40.005	
6252 Transportes de pessoal					38		7						45	
6253 Transportes de mercadorias														
6258 Outras deslocações														
6261 Rendas e alugueres	748	790	748	748	748	748	748	748	748	748	748	773	9.046	
6262 Comunicação	146	134	245	210	303	157	169	203	170	151	142	262	2.313	
6263 Seguros	154				191							177	622	
6264 Royalties														
6265 Contencioso e notariado										50			50	
6266 Despesas de representação														
6267 Limpeza, higiene e conforto			20	4	5	25	4	4	10	4	11		68	
6268 Outros serviços	37	12	140	682	65	244	611	6	-105	24	69	315	3.131	
63 Gastos com o pessoal	9.012	10.717,21	15.963	13.013	14.495	11.710	11.710	13.032	15.243	15.655	15.777	16.534	162.081	
64 Gastos de depreciação	931	700	700	765	5.322	760	760	700	700	744	744	744	13.603	
65 Perdas por imparidade														
66 Perdas redução justo valor														
67 Provisões de período														
68 Outros gastos e perdas	21		640	1.734	128		945	54	295	20	212	38	4.056	
69 Gastos de financiamento	719		0										719	
6 Total de gastos	65.272	76.279	62.614	60.627	67.112	65.429	109.701	78.634	77.679	63.960	102.644	60.783	844.827	
71 Vendas														
72 Prestações de serviços	4.701	17.130	1.450	550	1.033	21.981	666		21.603	971	7.490	84.064	172.407	
73 Variações invent. produção														
74 Trabalhos próprios entidade														
75 Subalíquota à exploração	59.102	59.102	59.102	59.102	59.102	59.102	74.064	59.037	59.102	59.102	59.102	59.102	754.111	
76 Reversões														
77 Ganhos aumentos justo valor														
78 Outros rendimentos	7	5	64		6		1.836				4	4.641	6.563	
79 Juros, div. e rend. similares					9								9	
7 Total de rendimentos	63.809	76.237	60.616	59.662	60.160	81.089	76.566	59.037	80.704	60.073	66.596	159.606	933.119	
811 Resultado antes de impostos	-1.463	-42	9.003	9.125	3.039	25.059	-27.135	10.369	3.027	-3.668	-36.248	97.924	88.282	

Indicadores Principais

Indicadores principais - performance geral						
Unid: EUROS	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Venda de mercadorias						
Prestação de serviços	99.563	126.156	59.424	63.569	144.691	172.437
Volume de negócios total	99.563	126.156	59.424	63.569	144.691	172.437
Custo mercadorias vendidas						
Custo serviços prestados						
Total do custos das vendas						
Margem comercial	99.563	126.156	59.424	63.569	144.691	172.437
Margem comercial vendas %	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Outros rendimentos	22.631	30.969	89.356	126.634	88.643	760.683
Fornecim. e serv. externos	37.009	88.977	47.897	63.312	155.906	663.368
Gastos com o pessoal	53.305	65.324	94.185	105.269	86.975	162.881
Outros custos	3.896	5.562	18.489	18.063	37.828	18.578
Resultado antes de impostos	27.984	-2.738	-11.791	3.559	-47.376	88.292
Impostos						108
Resultado líquido do período	27.984	-2.738	-11.791	3.559	-47.376	88.184
EBITDA	29.918	1.773	4.734	20.337	-30.790	102.805
EBIT	28.031	-2.738	-11.791	3.559	-47.082	89.002
Taxa crescimento das vendas		26,7%	-52,9%	7,0%	127,6%	19,2%
Rentabilidade das vendas	28,1%	-2,2%	-19,8%	5,6%	-32,7%	51,1%
Total do activo	109.591	304.125	226.729	212.647	153.147	1.785.001
Rentabilidade do activo	25,5%	-0,9%	-5,2%	1,7%	-30,9%	4,9%
Total dos capitais próprios	82.528	259.754	178.590	171.111	52.587	136.135
Rentabilidade capitais próprios	33,9%	-1,1%	-6,6%	2,1%	-90,1%	64,8%
Solvabilidade	305,0%	585,4%	371,0%	412,0%	52,3%	8,3%
Autonomia financeira	75,3%	85,4%	78,8%	80,5%	34,3%	7,6%

Balço Individual

(Modelo reduzido)

RUBRICAS	NOTAS	2018	2017
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis		98.715,48	107.785,46
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis			170,83
Investimentos financeiros		1.309,61	1.049,81
Fund., benem., patroc., doad., assoc. e memb.			
		100.025,09	109.006,10
Activo corrente:			
Inventários			
Clientes		9.331,58	675,95
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos			
Fund., benem., patroc., doad., assoc. e memb.			
Outras contas a receber		1.073.960,20	3.782,96
Diferimentos		543.040,44	27.556,88
Outros activos financeiros		10.759,38	1.000,00
Caixa e depósitos bancários		47.884,42	11.125,27
		1.684.976,02	44.141,06
Total do Activo		1.785.001,11	153.147,16
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos			
Excedentes técnicos			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas			
Resultados transitados		-45.648,72	1.726,98
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização de activos			
Outras variações nos fundos patrimoniais		93.599,94	96.235,39
		47.951,22	99.962,37
Resultado líquido do período		88.183,54	-47.375,70
Total do fundo de capital		136.134,76	52.586,67
Passivo:			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Passivo corrente			
Fornecedores		12.356,58	40.043,83
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos		6.055,20	4.480,10
Fund., benem., patroc., doad., assoc. e memb.			
Financiamentos obtidos		1.658,08	27.165,68
Diferimentos		1.072.813,00	1.287,50
Outras contas a pagar		555.983,49	27.583,38
Outros passivos financeiros			
		1.648.866,35	100.560,49
Total do passivo		1.648.866,35	100.560,49
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.785.001,11	153.147,16